

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS  
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE  
HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC)

Proibida a publicação no todo ou em parte; permitida a citação. A citação deve ser textual, com indicação de fonte conforme abaixo.

LOPES, Luís Simões. *Luís Simões Lopes II (depoimento, 1990)*.  
Rio de Janeiro, CPDOC, 2003.

**LUÍS SIMÕES LOPES II**  
**(depoimento, 1990)**

## ***Ficha Técnica***

tipo de entrevista: história de vida  
entrevistador(es): Celina Moreira Franco  
levantamento de dados: Celina Moreira Franco  
pesquisa e elaboração do roteiro: Celina Moreira Franco  
sumário: Ignez Cordeiro de Farias  
conferência da transcrição: Maurício Silva Xavier  
copidesque: Ignez Cordeiro de Farias  
técnico de gravação: Clodomir Oliveira Gomes  
local: Rio de Janeiro - RJ - Brasil  
data: 20/03/1990 a 24/03/1990  
duração: 5h 40min  
fitas cassete: 06  
páginas: 95

Entrevista realizada no contexto da pesquisa "Trajetória e Desempenho das Elites Políticas Brasileiras", parte integrante do projeto institucional do Programa de História Oral do CPDOC, em vigência desde sua criação, em 1975.

temas: Aliança Liberal (1929), Departamento Administrativo do Serviço Público, Dívida Externa, Fundação Getúlio Vargas, Getúlio Vargas, John Kennedy, Jorge Oscar de Melo Flores, José Linhares, Luiz Simões Lopes, Mário Henrique Simonsen, Revolução de 1930, Serviços Públicos

## *Sumário*

1ª Entrevista: a criação do Serviço Florestal (Ministério da Agricultura - governo Artur Bernardes), seu funcionamento e a criação da Revista Florestal; comentários sobre a criação da Aliança Liberal (AL); o apoio de alguns estados à candidatura de Getúlio Vargas à presidência da República, campanha eleitoral e participação do entrevistado na campanha da AL (1929); o incidente com o deputado federal Manuel Francisco Sousa Filho no palácio Tiradentes (26/12/1929); prisão (1929), julgamento e absolvição do entrevistado e de seu pai (1930); comentários sobre a Revolução de 1930: a tomada do quartel de Pelotas, as resistências e adesões no Rio grande do Sul, a participação do entrevistado; convite do presidente Vargas para trabalhar como oficial-de-gabinete da Secretaria da Presidência da República (1930); na Comissão de Reajustamento da Comissão Mista da Reforma Econômico-Financeira; comentários sobre a Lei n.º. 284 aprovada em 1936; observações sobre a administração pública no governo Vargas e na época da gravação da entrevista; reorganização do serviço público durante o governo Vargas: o papel do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), a participação do entrevistado e sua ação como presidente da Comissão de Orçamento; comentários sobre o ministro da Fazenda Artur Sousa Costa; a imparcialidade dos concursos do DASP; críticas a possíveis despachos contraditórios da Presidência da República; comentários sobre a administração dos assuntos públicos no governo Vargas e nos governos anteriores; organização, equipe e importância do DASP; criação e organização das escolas de administração e de economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV); as idéias que originaram a criação da FGV, sua organização e financiamento; comentários sobre Guilherme Guinle; considerações sobre as dívidas externa e interna do país.

2ª Entrevista: a Lei n.º 284 e sua elaboração; comentários sobre a Comissão Rondon (1907/1909); a criação do Conselho Federal de Serviço Público Civil (CFSPC), em 1936, e sua substituição pelo DASP; as atribuições do DASP; a elaboração do orçamento da União durante o primeiro governo Vargas; na Comissão de Orçamento do Ministério da Fazenda; a importância da formulação do orçamento; a experiência na Comissão de Estudos de Negócios Estaduais do Ministério da Justiça (1939-1945); a experiência no DASP (1938-1945); comentários sobre o Estatuto dos Funcionários Públicos; críticas aos possíveis despachos contraditórios do presidente Vargas; a resistência à criação da biblioteca do Ministério da Fazenda; relação de trabalho entre o entrevistado e o presidente Vargas; alguns diretores do DASP; o governo de José Linhares em relação ao serviço público e o episódio envolvendo o entrevistado e o deputado Edmundo Barreto Pinto; considerações sobre os concursos públicos; comentários sobre Roberto Campos; o serviço público no Brasil; o controle do presidente Vargas sobre as despesas públicas; os concursos do DASP; a necessidade de se criar escolas de administração para melhorar o serviço público no país; planejamento e criação da Fundação Getúlio Vargas; breve comentário sobre Mário Henrique Simonsen e os curso de pós-graduação da FGV; o papel do Estado na criação da FGV (1944); a organização da FGV e a importância da criação da Assembléia Geral; a Escola de Administração de Empresas de São Paulo (EAESP); opinião sobre política; o incidente com o deputado Sousa Filho e suas consequências; breve comentário sobre a participação do entrevistado na Revolução de 1930.

3ª Entrevista: a Lei n.º 284, suas emendas e vetos; a criação do CFSPC (1936); criação, organização e atribuições do DASP; o controle das despesas públicas no governo Vargas; os concursos do DASP para o serviço público e a necessidade da criação da FGV; estrutura do DASP; situação do serviço público no Brasil e sua reorganização no primeiro governo Vargas; comentários sobre o Projeto Orçamentário e o DASP; na Comissão de Orçamento Geral do Ministério da Fazenda; concursos e nomeações para o serviço público; críticas a José Linhares na presidência da República; impressão sobre o governo à época da entrevista; forma e estrutura da FGV na época de sua criação; papel do governo na organização da FGV; crise na FGV durante o governo Linhares; irregularidades administrativas na FGV (1946); a reestruturação da

FGV durante o governo Dutra; comentários sobre a construção da Cidade Universitária no Rio de Janeiro; atuação de Luís Alves de Matos na Fundação Getulio Vargas; comentários sobre a Escola Técnica de Comércio (ETC); a criação da EAESP (1954); negociações para conseguir financiamentos e doações para a FGV; convite do presidente Jânio Quadros para trabalhar no governo; composição e funcionamento da FGV e a importância de sua Assembléia Geral; relação da Fundação Getulio Vargas com o empresariado paulista e carioca; auxílio da ONU à FGV; o investimento no aperfeiçoamento dos professores da FGV; relato sobre a relação dos governos com a FGV e as divergências com o ministro Antônio Delfim Neto; considerações sobre a Fundação Getulio Vargas à época da entrevista.

*1ª Entrevista: 20.03.1990*

C.P. - Dr. Simões, vamos começar pelos princípios que nortearam o senhor à criação da Fundação Getulio Vargas. O que o levou a imaginar criar uma instituição como a Fundação Getulio Vargas?

S.L. - Bom, se você está disposta a tomar mais tempo, eu gostaria de voltar um pouco para trás, voltar à campanha de 1929 para 1930, que acabou levando o dr. Getúlio Vargas ao governo do país, e quando se resolveu criar o partido que se chamava Aliança Liberal. Eu estava aqui no Rio, no meu trabalho normal no Serviço Florestal, no Ministério da Agricultura, que eu conhecia razoavelmente bem, porque não só eu gostava muito do assunto – tanto que, pouco tempo depois, consegui criar, a minha custa e de um outro amigo, uma revista chamada *Revista Florestal*, que foi, que eu saiba, a primeira manifestação clara de pregar, através de uma revista especializada, a conservação da natureza, como nós chamávamos então, que hoje muitos chamam de meio-ambiente. Eu era do gabinete do ministro da Agricultura, dr. Miguel Calmon, quando ele criou uma comissão para preparar um projeto de lei criando o Serviço Florestal do Ministério da Agricultura, e me pediram que ajudasse. Fui uma espécie de secretário desta comissão, e era um assunto que realmente me interessava. Fizemos esse projeto que foi aprovado, e foi criado o Serviço Florestal. Eu então, que já era funcionário do Ministério da Agricultura, recebi um convite do dr. Francisco de Assis Iglésias, que ia ser nomeado novo diretor do Serviço Florestal – uma pessoa de grande valor, de dedicação ao serviço público e ao problema florestal – , para me transferir do lugar onde eu estava no Ministério da Agricultura para o novo serviço que se criava, cuja sede foi feita ali junto ao Jardim Botânico, no chamado Horto Florestal. Lá fui trabalhar, com muito interesse...

C.P. - Isso foi no governo de quem?

S.L. - No governo do presidente Artur Bernardes. Eu conhecia bem o presidente Artur Bernardes, inclusive seu filho, chamado geralmente de Arturzinho Bernardes – faleceu não faz muitos anos – era meu colega de colégio, do Colégio Aldridge, que foi iniciado em 1913, em Niterói, quando eu entrei; eu era menino, tinha nove anos. Depois o colégio se mudou para a Praia de Botafogo, não para esse lugar onde estamos, que depois foi também Colégio Aldridge, mas para uma outra casa mais adiante, aqui na Praia de Botafogo, onde tinha sido, há longos anos também, um outro colégio. Mas voltando ao Serviço Florestal. O Serviço começou a

funcionar com alguns funcionários muito bons, competentes, engenheiros agrônomos, que se dedicaram muito a esse problema. O governo teve também a boa idéia de trazer um técnico dos Estados Unidos. Veio para o Brasil, escreveu uma série de trabalhos sobre o problema florestal, viajou pelo país, viu a situação. Naquele tempo o Brasil ainda era uma grande floresta; hoje está essa incrível devastação verdadeiramente criminoso, que se praticou e se pratica todos os dias, até no Rio de Janeiro.

C.P. - E como é que o senhor começou a se interessar pela questão florestal, chamada hoje de meio-ambiente?

S.L. - Porque, naturalmente, eu teria uma tendência para isso. Fiquei tão interessado que, como eu disse, resolvi criar uma revista, a *Revista Florestal*. E como o governo não criava, nem tinha dinheiro para pagar, eu e um colega de repartição resolvemos nos arriscar a fazer uma revista e mantê-la com anúncios etc., o que, até um certo ponto foi conseguido, porque nós mantivemos a revista durante tempos. Vou até mandar buscar a revista para lhe mostrar.

C.P. - Ótimo.

S.L. - Isso tudo foi até às vésperas da campanha iniciada em 1929, terminada em 30 pela revolução de outubro, e aí comecei a me envolver com o problema político. O presidente desse partido que foi criado para apoiar o novo candidato à presidência, que era o dr. Getúlio Vargas, era o dr. Afonso Pena Jr., se eu bem me lembro, um mineiro muito ilustre, que eu conheci bem. Era um homem muito preparado, conheci a biblioteca dele, na casa dele, era uma maravilha, e o vice-presidente era o meu pai, Ildefonso Simões Lopes, então deputado federal pelo Rio Grande do Sul. Mas como o dr. Afonso Pena não gostava muito dessa parte de campanha, penso eu, ele pouco aparecia nas primeiras reuniões... Porque a candidatura Vargas foi levantada, na realidade, pelos mineiros, pelo dr. Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, que era presidente de Minas Gerais e que se opôs à candidatura Júlio Prestes. Então, realmente, houve uma coisa muito importante para o que iria acontecer no futuro: Minas, Rio Grande do Sul e a Paraíba apoiaram a candidatura Vargas, e o presidente – ou governador, não me lembro como se chamava na Paraíba. Rio Grande do Sul e Minas era presidente...

C.P. - Presidente.

S.L. - Então o presidente da Paraíba foi feito candidato à vice-presidência da República. Infelizmente não foi possível ele ir até às eleições porque foi assassinado antes, mas ele foi um excelente companheiro, prestou muitos serviços. E, como eles chamavam, a pequena Paraíba, desde o primeiro momento da Revolução de 30, se colocou inteiramente coesa com os dois estados maiores, Minas e Rio Grande do Sul, que chefiavam a Revolução de 30. Não vou falar muito sobre a campanha, porque a minha interlocutora está muito bem informada sobre tudo o que se passou.

C.P. - Mas o senhor participou da campanha da Aliança Liberal?

S.L. - Mas é claro! Porque o meu pai sendo o verdadeiro presidente, por princípio, eu era uma espécie de secretário e participava. Havia muitas reuniões no Hotel Glória onde morava João Neves da Fontoura, que era o líder da bancada riograndense, era um dos grandes oradores a favor do nosso candidato na Câmara dos Deputados, e era vice-presidente do estado do Rio Grande do Sul. Eu fui saber da candidatura Vargas, a primeira notícia decisiva de que haveria a candidatura Vargas e que estava resolvido e aprovado, em uma noite em que eu estava – era muito mocinho – tocando violão na casa do senador Azeredo, que era uma das figuras importantes da política de então. Aliás foi nosso adversário durante a campanha que se iniciou, mas eu estava lá na casa dele. As filhas eram mais velhas que eu mas gostavam muito de violão, e eu era tocador de violão; estávamos conversando, tocando violão, quando chegou o dr. Collor, avô do nosso atual presidente, que era deputado federal pelo Rio Grande do Sul. Homem inteligente, muito ativo, tinha dirigido durante vários anos *A Federação* em Porto Alegre, escrevendo quase que diariamente um artigo sobre problemas políticos e sobre o partido.

[INTERRUPÇÃO DE FITA]

S.L. -... E o dr. Collor disse para o senador Azeredo, e nós ouvimos, que estava decidida a candidatura Vargas, que ia começar a campanha em breve, e conversou mais generalidades com o senador Azeredo. Eu estou falando do dr. Collor, Lindolfo Collor, porque sou muito grato a ele pelas razões que eu vou explicar daqui a pouco. Aí começou a campanha, cheia de dificuldades de toda ordem, porque todos os demais estados e a Presidência da República favoreciam violentamente, forçadamente, a candidatura Prestes. Dr. Washington Luís, que era presidente da República, era paulista. Então aquele café-com-leite, troca entre Minas e São Paulo, estava se executando há algum tempo mas ele quis impor outro paulista, que eu tive oportunidade de

conhecer pessoalmente, o dr. Júlio Prestes, que era governador de São Paulo. Uma vez, até eu me lembro que eu estava tomando um trem em São Paulo para vir para o Rio de Janeiro, quando chegou junto a mim uma pessoa da parte do dr. Júlio Prestes e disse: “Ah, o senhor vai para o Rio de Janeiro?” Eu disse: “Vou.” Ele disse: “O dr. Júlio Prestes viu o seu nome na lista dos que vão para o Rio e pede ao senhor o obséquo de levar esta encomenda, que é importante, para o pai dele que está em um hotel no centro da cidade, na Avenida Rio Branco.” Parece-me que se chamava Palace Hotel, hoje já não existe mais. E eu trouxe. No dia seguinte fui levar ao pai do dr. Júlio Prestes. Ele conhecia bem meu pai e ficou muito agradecido etc... Eu tinha um bom relacionamento com a família Prestes, mas era um rapazote sem maior significação, era apenas um funcionário público que exerceu, no governo Bernardes, essa função de oficial de gabinete do Ministro da Agricultura, como eu disse. Aí, começou a campanha...

C.P. - No governo Washington Luís o senhor continuou no Ministério da Agricultura?

S.L. - Continuei. Era um cargo efetivo que eu tinha no Ministério da Agricultura, fiquei lá. Aliás, tinha também bom relacionamento com ele. Inclusive eu vou, depois, fazer um elogio a ele, porque durante uma situação difícil que nossa família passou, ele, como presidente da República, a meu ver se portou bem, nunca tomou nenhuma posição clara contra nós. Senão, podia ter nos prejudicado bastante. Mas veio esta campanha e, quando chegou o fim do ano, os deputados que eram favoráveis à candidatura Vargas eram, naturalmente, muito ativos, talvez até violentos nas campanhas que faziam na Câmara dos Deputados, e eram uma minoria, porque a grande maioria acompanhava o governo federal, eram todos contra. Então, chegou um momento em que os deputados do governo acharam que aquilo não convinha estar saindo todos os dias, porque os jornais publicavam aqueles discursos, aquelas manifestações dos deputados da Aliança Liberal. Como eles eram a maioria absoluta na Câmara, resolveram não dar mais número, para não haver sessão. Aí, os deputados da oposição acharam por bem fazer *meetings* na porta da Câmara dos Deputados e começaram a fazer discursos – vários deputados nossos – para o povo que se juntava ali em volta, já que não podiam falar da tribuna porque não havia sessão. Então o governo, parece que o ministro da Justiça era o dr. Augusto Viana de Castelo, mineiro, contra a candidatura Vargas, resolveu acabar com esses pronunciamentos dos deputados da oposição; contrataram esses bandidos conhecidos aqui do Rio de Janeiro, um grupo grande, para não permitir que os deputados falassem ao povo dali das portas da Câmara dos Deputados. E um desses dias eles impediram, através de gritos, de perturbações e até ameaças de violência pessoal, os *meetings* que estavam sendo feitos ali. E aí alguns deputados, entre os quais o meu pai, que



era um homem sensato, muito bom, mas homem muito corajoso e, quando necessário, violento... Ele desceu e resolveu agredir com palavras os bandidos que estavam fazendo essas violências ali na porta da Câmara. Eu desci junto dele, armado, porque achei que aquilo ia ter um fim muito perigoso. Realmente, ele desacatou aqueles bandidos e disse que não tinha medo deles, que eles iam falar do mesmo jeito, daquela mesma maneira. Meu pai já era um homem de uma certa idade, já era um homem mais velho, mas, naturalmente, ficou muito irritado com isso que estava acontecendo, e então, quando subimos... Eu vinha atrás dele, ele subindo para a Câmara dos Deputados, eu ainda fiquei ali vendo que posição tomavam esses sujeitos, com receio que eles viessem agredir meu pai quando ele subisse. Porque a situação era de grande violência. Não aconteceu nada, meu pai entrou na Câmara dos Deputados, mas foi com um passo mais rápido e eu fiquei um pouco atrasado. Quando entrei na Câmara percebi que ele estava discutindo com outro deputado, que era um pernambucano, Sousa Filho, que era do governo, um homem também muito violento, muito malcriado, conhecido em Pernambuco e aqui pela sua maneira de proceder etc. Vi de longe aquilo e tratei de me aproximar o mais rápido possível do meu pai porque não gostei da maneira como eles estavam discutindo. Quando eu cheguei perto vi que eles estavam iniciando uma briga. Eu soube depois que ele teria dito uma série de insultos, deboches à oposição, e se dirigindo diretamente a meu pai: “É isso que vocês merecem etc.” Então, meu pai, que era um homem violento, deu um empurrão nele e disse umas outras coisas. E quando eu vejo, de repente, vêm deputados por trás do meu pai e o agarram para evitar a briga, naturalmente a intenção seria essa, puxando meu pai para trás. E aquele sujeito, já de faca na mão... Ele puxou um punhal daqueles nordestinos... Como se usava no Rio Grande do Sul as facas de prata, eles também usavam umas coisas maiores um pouco. E meu pai estava imobilizado por pessoas que o puxavam, ele assim, não podia se defender. Eu, então, entrei entre meu pai e ele e com a minha bengala, que eu levava, dei uma bengalada na cabeça dele. Depois foi visto por várias pessoas que ele estava com um lanho na cabeça, mas quando eu dei essa bengalada nele a minha bengala se quebrou. Era uma bengala dessas que a gente usava mais por elegância, não era uma bengala para esse fim, e eu fiquei apenas com o toco da bengala na mão. Ele, então, voltou-se contra mim. Voltou-se e veio de faca em cima de mim e eu me defendendo com aquele pedaço de bengala. Aí, deu-se uma coisa que eu não posso afirmar se é verdadeira ou não, dizem inclusive nesse livro sobre o dr. Getúlio Vargas. O autor diz o que foi dito muitas vezes naquela ocasião, que alguém na Câmara dos Deputados... Quando eu vinha recuando, me defendendo, eu caí, e eles dizem que me passaram uma rasteira. Não é impossível, porque havia um grupo grande de polícias mascarados, quer dizer, sem farda, sem nada, que estavam acompanhando a campanha ali, dentro da Câmara dos Deputados. O fato é que eu caí e ele veio

em cima de mim. E eu não conseguia tirar o meu revólver da cintura, estava amarrado e tal... Até que consegui tirar, mas, nesse momento, eles me passaram a rasteira ou não passaram, o meu revólver saiu da minha mão e foi parar longe de mim alguns metros. E eu procurei pegar o meu revólver, mas não consegui, porque se meteu gente no meio, aquela coisa toda. E aí, então, quando meu pai viu que ele estava em cima de mim, de faca, meu pai conseguiu se livrar daquela gente que o estava segurando, puxou o revólver e deu dois tiros nele. Acertou e o matou. Naturalmente criou-se um ambiente horrível dentro da Câmara e meu pai, de revólver em punho, ali tinha muita polícia secreta, disse: “Matei. Ele quis matar meu filho, eu matei. E atiro no primeiro que se meter contra nós.” Isso não aconteceu, ninguém se meteu. E aí, por conselho de deputados... Eu me lembro do Collor, do ministro Mascarenhas, João Neves foi chamado porque estava em uma sala ao lado, e eles acharam que devíamos sair da Câmara, que era um lugar muito perigoso.

C.P. - Todos da oposição? Os deputados que formavam a oposição?

S.L. - Formavam a oposição. Não me lembro se estava também o Plínio Casado, parece que sim. O pessoal do Rio Grande todo. E aí, quando saímos da Câmara – meu pai e todos os outros acharam que devíamos sair pela frente da Câmara e não por outras portas –, quando chegamos na porta, a polícia estava lá e nos prendeu, meu pai e a mim. Fomos levados dali para a chefatura de polícia etc. Ele foi preso, eu também fui em um outro lugar diferente dele. Ele ficou oito meses na prisão e eu, se não me engano, uns dois ou três. Porque o que eles diziam contra mim era para esconder que eu tinha sido agredido pelo Sousa Filho, que ele tinha me perseguido de faca etc... Porque quando ele caiu morto, ele caiu com a faca na mão e veio alguém, tirou a faca e escondeu. E, ao mesmo tempo, eles quase não falaram na minha atividade e me processaram porque eu era portador de armas sem licença. Meu pai tinha como advogados o Plínio Casado e o Evaristo de Moraes. E meu irmão, o segundo, abaixo do meu irmão mais velho, o Álvaro... Tinha um outro, Ildefonso Simões Lopes Filho, que foi deputado estadual no Rio Grande do Sul, que em 23 tinha servido como major secretário da Coluna Zeca Neto – quer dizer, contra nós, porque nós éramos republicanos –, ele acompanhou os revolucionários, mas era muito amigo nosso, foi também um dos advogados do meu pai. Aí, naturalmente, deu-se aquela cena que sempre rememoro com certa nostalgia e saudade, a maneira como meu pai enfrentou tudo aquilo. Porque eu queria que a culpa recaísse sobre mim e não sobre ele. Mas acontece que ele era o mais visado. Ele era o vice-presidente da Aliança Liberal e deputado pelo Rio Grande. Era interesse deles atacar muito mais o meu pai do que a mim. Tanto que eu fiquei preso pouco tempo, depois

me soltaram, com mil recomendações feitas pelo chefe de Polícia, que era aquele grande canalha, que depois o dr. Getúlio Vargas o chamou para diretor do Banco do Brasil, Coriolano de Góis. Tinha sido chefe de Polícia do Washington Luís e depois se passou para a Revolução. Um grande canalha! O filho dele, outro. Porque depois ele foi diretor da Carteira do Banco do Brasil, onde eu fui diretor de Exportações e Importações, e o filho dele praticou uma série de irregularidades. Dizem que ficou muito rico lá, durante esse tempo. Depois, quando veio o Osvaldo Aranha para ministro da Fazenda, tinha uma divergência com ele, ele teve que sair do lugar.

C.P. - Isso demonstra muito, dr. Simões, o acirramento e as tensões que existiam nesse momento que antecedeu a Revolução de 30, não é?

S.L. - Ah, sim. Porque o Washington Luís não admitia... Ele era um homem também muito cheio de vontades, de autoridade, embora, a meu ver, fosse um homem intelectualmente medíocre, mas um homem de bem. Inclusive, eu chego aí, durante este julgamento – meu pai esteve preso mais de oito meses –, durante todo esse movimento que houve, nunca o dr. Washington Luís, que eu saiba, tomou posição contra nós e a favor da família do dr. Sousa Filho.

[FINAL DA FITA 1-A]

S.L. - Quando eu saí da prisão ele mandou me chamar e disse: “Olha, o senhor...” Não disse nada propriamente agressivo contra mim, porque senão eu teria respondido, mas ele me disse: “O senhor precisa tomar cuidado, porque os filhos, os irmãos do dr. Sousa Filho estão todos no Rio de Janeiro e estão loucos para lhe encontrar. O senhor corre perigo! De modo que eu lhe aconselho a não sair muito etc. O senhor corre sério risco!” Respondi: “Se era isso que o senhor tinha a me dizer, o senhor devia falar com eles e não comigo. Porque eu não pretendo agredir ninguém, mas se eu for agredido, vou responder.” E, de fato, andava sempre armado e uma vez pensei até que ia haver um conflito: entrei em um cabeleireiro e lá estava – segundo me disseram, eu não o conhecia – um dos irmãos do dr. Sousa Filho, mas não houve nada. Eles ficaram fazendo ameaças, mas nunca nos agrediram. E veio depois o nosso julgamento, e nós fomos julgados por um grupo de pessoas de muito bom nível que nós não conhecíamos, nenhum dos jurados, mas fomos absolvidos por unanimidade de votos. E ficamos sujeitos... Porque o promotor, geralmente, pede novo julgamento, que depois se realizou, mas muito mais tarde, e foi confirmada a decisão desse grupo de pessoas que eram os nossos julgadores. Aí nós estávamos

acompanhando de perto o movimento que estava se formando no Brasil para a Revolução de 30, e nós fomos para o Rio Grande. Meu pai precisava descansar também. Quando ele esteve preso, ele recebeu mais de três mil visitas, pessoas que foram cumprimentá-lo na prisão e assinavam os nomes em um livro, livro esse que eu não sei onde é que está. Ficou com a minha madrasta, não sei que fim levou. E fomos para o Rio Grande, para Pelotas, onde já se falava, com certa reserva, na revolução. Aqui no Rio também já se falava muito, entre o pessoal do Rio Grande, o pessoal de Minas... Eu me lembro que um secretário do governo de Minas me encontrou aqui no Rio – depois até acabou sendo nosso adversário, não me lembro agora o nome dele, são tantos anos, isso foi em 30 – e ele me disse: “Tudo que é gente que saiba atirar, você mande para Minas. Eu estou precisando de gente que saiba dar tiros, que saiba brigar, porque não vai ser fácil enfrentar o governo federal, o Exército etc.” Esse era o pensamento que já havia entre os políticos bem informados. Mas nesse meio tempo dá-se a substituição do presidente de Minas, que terminou seu mandato, o dr. Antônio Carlos. Veio para presidente... o nome?

C.P. - Olegário Maciel.

S.L. - O dr. Olegário Maciel, que era um homem já velho, que não tinha tomado parte em nada dessas combinações, mas, segundo me contaram depois, o procedimento dele foi perfeito. Porque quando ele aceitou o governo, foi eleito governador de Minas, ele teria perguntado aos políticos mais influentes do estado, que era gente do dr. Antônio Carlos, se Minas teria assumido um compromisso com o Rio Grande do Sul e a Paraíba. E teriam respondido a ele que sim, que havia um compromisso para a revolução, e que ele, então, teria dito: “Minas Gerais cumpre os seus compromissos.” Eu não sei se isso é verdadeiro, ouvi contar, mas, em todo o caso, ele procedeu assim. Foi-se preparando a revolução no Rio Grande, em Minas e na Paraíba, onde estavam vários daqueles antigos tenentes revolucionários, entre os quais o Juraci Magalhães, o Juarez Távora e outros. Veio a revolução, você sabe bem como tudo se passou, e...

C.P. - E o senhor estava onde durante a revolução?

S.L. - Eu estava em Pelotas. No dia 3 de outubro, dia da revolução, eu era um dos 200 jovens que estavam cercando o quartel de Pelotas. Foi organizada em Pelotas, e eu, naturalmente, aderi imediatamente, uma força civil para cercar o quartel. Eram mais ou menos 200 pessoas. Mas havia no quartel de Pelotas uma situação mais ou menos equilibrada. Havia uns que eram a favor da revolução e outros não. Mas havia um oficial que era irmão do Góis Monteiro, era o capitão

Cícero Góis Monteiro, que justamente era o que chefiava a parte revolucionária do quartel. E ele agiu muito habilmente, porque todos os dias ele saía com o pelotão dele, *soi-disant* para fazer exercícios, e voltava às cinco horas da tarde. Isso foi acostumando todo mundo, o pessoal do quartel achava isso tudo muito natural. E no dia 3 de outubro, às cinco horas da tarde que estava marcada a hora da revolução, nós já sabíamos disso há vários dias, tinha havido umas mudanças... Inclusive, uma vez, eu me lembro que estava em um baile no Clube Comercial de Pelotas – naquele tempo, a gente fazia os bailes de casaca ou de smoking, em Pelotas –, e eu estava esperando a qualquer hora a notícia da revolução. Nesse tempo eu pensava que o ataque ia ser de noite, eu queria tomar parte e fiquei esperando toda a noite. Mas não, tinha sido adiada para mais tarde. Realmente só veio ocorrer no dia 3 de outubro. Mas eu estava cercado o quartel e o Cícero Góis Monteiro, como fazia todos os dias, entrou com a tropa... Aí não estava mais o comandante, tinha ido para casa, alguns oficiais também tinham saído, parece que acabava às quatro e meia o serviço lá, e ele chegava às cinco horas sempre. Às cinco horas do dia 3 ele chegou com a força dele, entrou no quartel e nós estávamos cercado o quartel, na presunção de que podia haver uma resistência dos oficiais pró-governo dentro do quartel. Mas não aconteceu nada disso, porque o Cícero Góis Monteiro entrou com a força dele, tomou conta do quartel e os que eram contra não tomaram posição nenhuma. Aliás, fiquei com uma impressão dolorosa de ver a atitude de muitos oficiais do Exército que pura e simplesmente não fizeram nada, nem pró, nem contra a revolução. Alguns em Porto Alegre resistiram, muito poucos. Em Jaguarão, por exemplo, eles não tomaram posição, mas no Rio Grande eles tinham resistido e tinham sido vencidos pelas tropas revolucionárias.

C.P. - Mas essa posição do Exército foi só no Rio Grande do Sul ou foi em geral, no Brasil inteiro?

S.L. - Foi mais ou menos generalizada, porque no Nordeste eles acabaram abandonando... Os governadores abandonaram as cidades, fugiram. Dizem até... Há uma história que contam que o Estácio Coimbra, que era governador de Pernambuco, saiu vestido de mulher. Não sei se é verdade. Penso que não é, porque é demais. Mas houve uma certa resistência no Nordeste, relativamente pequena. No Rio Grande do Sul houve uma certa resistência, e muitos oficiais ficaram contra, mas não fizeram nada e foram presos. Em Jaguarão, como eu dizia, durante três dias eles não tomaram posição nenhuma. Então, nós mandamos uma pessoa a Jaguarão para ver se conversava com eles, para convencê-los a aderirem à revolução e tal. E, nesse dia, a pessoa telefonou de lá muito habilmente, porque como ele sabia que o telefonista lá era contra a

revolução, ele falou alto, na presença do telefonista: “Olha, os oficiais não tomaram posição, não sei o quê, e tal...” E nós dissemos: “Bom, então as tropas revolucionárias que acabam de vencer na cidade do Rio Grande – aliás, aí, exagerando um pouco –, onde houve muitas mortes – houve muito poucas, mas houve algumas mortes –, marchará imediatamente para Jaguarão para ocupar o quartel.” Tudo isso propositadamente, para o telefonista ouvir e contar para os oficiais. O fato é que os oficiais abandonaram o quartel, se passaram para o Uruguai e deixaram os soldados deles no Brasil, sem os oficiais.

C.P. - E os soldados aderiram?

S.L. - Os soldados aderiram à revolução facilmente. Aí, nesse momento, depois da tomada do quartel de Pelotas, eu e um primo, João Simões Lopes Filho, fomos encarregados de procurar o oficial de Marinha que ocupava uma função que todos os portos têm, Capitão do Porto, para ele aderir à revolução. Se ele não aderisse, prendê-lo e trazer preso. Fomos procurá-lo, chegamos no escritório dele e ele já tinha ido para casa. Já seriam aí quase seis horas, por aí. Então nós fomos à casa dele, ele não sabia de nada. Chegamos, cumprimentamos, e dissemos: “Não sei se o senhor sabe que a revolução que começou hoje, às cinco horas, praticamente já dominou o Brasil inteiro.” Exageros que a gente faz, naturais desses momentos. “E nós viemos convidá-lo para aderir à revolução. Se o senhor aceitar, o senhor será o Capitão do Porto de Pelotas, nomeado pela revolução.” E ele levou um susto enorme e disse: “Mas outra revolução? Eu já tomei parte em três, me saí muito mal... Vocês estão querendo que eu me envolva em outra...” “Ah, capitão, é que não há mais jeito nenhum.” Aquelas conversas que se tem. Ele pediu Icença para falar com a mulher dele, foi lá para dentro. Eu disse para o meu primo: “Ele foi é buscar uma arma. Então você se coloca naquele canto e eu nesse outro aqui, e você pega o revólver, porque é capaz de ele vir aí armado e nos correr daqui.” Mas ele voltou de lá de dentro todo sorridente e dizendo que sim, que ele ia acompanhar a revolução. “Então nós estamos autorizados a dizer ao senhor que o senhor está convidado para continuar no seu posto de Capitão do Porto.” Nos despedimos dele, saímos bem e tal. E continuamos, eu e um que depois foi meu primo – casou-se com a minha prima que eu acho que você conhece, a Laura Simões Lopes Costa, mulher do Ubirajara Índio da Costa, que já morreu há muito tempo –, ficamos tentando organizar uma força para se juntar às forças revolucionárias; o meu primo Augusto Simões Lopes Jr., aderiu a um batalhão daqueles que ia para as frentes de combate e foi muito fácil. Mas o Rio Grande do Sul inteiro queria ir para a revolução e não havia maneira. Não havia transporte, não havia armas, não havia fardamentos, não havia nada para aquela multidão toda que queria ir para a revolução. O

Osvaldo Aranha, que ficou no governo quando o dr. Getúlio foi para a frente... Aliás, o dr. Getúlio mandou um avião a Pelotas pegar o meu pai, levou para Porto Alegre, meu pai fardou-se também e foi com ele, dr. Getúlio, no trem que veio para a frente de combate. Eu fiquei em Pelotas com esse amigo, que naquele tempo não era ainda meu parente, tentando organizar uma força para se juntar às forças revolucionárias porque nós pensávamos que a revolução ia durar uns seis, oito meses. Então resolvemos... Como naquele tempo os Republicanos tinham feito acordo com a oposição no Rio Grande – era a Frente Única do Rio Grande –, os dois partidos acompanhavam o dr. Getúlio, eu lembrei de nós convidarmos para nos dirigir um caudilho riograndense, que era da oposição, tinha feito a Revolução de 1923, o general Zeca Neto. Meu irmão tinha sido major secretário da Coluna de 1923. Aí telefonamos para ele, convidamos, ele aceitou e disse: “Olha, eu estava indo para Pelotas, nesses dois dias, por aí.” E marcou um encontro em um hotel em Pelotas, que hoje não existe mais, de manhã muito cedo, seis, sete horas da manhã, e nós, naquela hora marcada, estávamos na porta do hotel esperando a chegada do general Zeca Neto, que deveria vir de Camacuã onde morava. Esperamos ali, sete horas, sete e meia, oito horas, ele não aparecia. “Bom, então, ele não vem mais. Vamos falar aqui no hotel para saber o que aconteceu ao general Zeca Neto.” E dissemos: “Nós viemos procurar o general Zeca Neto, que marcou conosco aqui, mas não apareceu.” O homem do hotel disse: “Não, senhor. Ele está aí há muito tempo.” E nós: “Então faça o favor de dizer que as pessoas com quem ele marcou estão aqui esperando por ele. Nós não o vimos entrar. Estávamos na porta e ele não passou aqui.” É que o general Zeca Neto, que nós conhecíamos de retratos – eu tenho muitos retratos em casa, ele com o meu irmão e tal – tinha uma barba desse tamanho, um homem velho, baixinho... O general Zeca Neto tinha cortado as barbas, o bigode, tudo! Era uma cara completamente diferente. Certamente passou por nós e nós nem vimos. Mas, enfim, ele chegou, nós confirmamos o convite, ele aceitou, disse que tinha que voltar a Camacuã, mas que nós podíamos começar a procurar gente para organizar a força. Mas acontece que a revolução em vez de durar oito meses, durou 22 ou 23 dias, uma coisa assim; não houve tempo nem de organizar a força, acabou a revolução. Eu era funcionário público aqui no Rio de Janeiro, resolvi voltar. Meu pai veio com dr. Getúlio de trem, via São Paulo, e eu tomei um navio no Rio Grande. Três dias depois eu estava aqui no Rio, cheguei mais ou menos junto com o dr. Getúlio, ou um pouquinho antes, não me recordo exatamente. Mas cheguei em casa e encontrei um recado, que o dr. Getúlio mandava me dizer que precisava falar comigo. Ele me conhecia, eu o conhecia bastante, desde 1923, quando ele veio como deputado federal para o Rio de Janeiro. Meu pai o visitava, era colega dele da Câmara, e nos conhecíamos. Eu conhecia já a d. Darci, os filhos, que eram pequeninos nesse tempo, e aí eu fui procurá-lo. Ele me convidou: “Eu queria que você viesse

trabalhar aqui comigo, porque eu estou em uma dificuldade muito grande, tem aí centenas de pessoas querendo falar comigo, mas eu...” Ele tinha trazido junto com ele o Sarmanho e o Vergara. Que eu me lembre, eram as duas pessoas que vieram com ele, que eu conheci, mas ambos nunca tinham trabalhado aqui no Rio de Janeiro, não conheciam as pessoas, não sabiam quem eram as pessoas. Era um pouco difícil escolher, no meio daquela multidão, quem é que você ia dar preferência para ser recebido pelo dr. Getúlio, era mais difícil. E eu já conhecia, porque tinha sido oficial de gabinete, durante anos, de um ministro de Estado aqui.

C.P. - A sua primeira função no governo de Getúlio foi...?

S.L. - No gabinete dele. Ele me convidou para o gabinete dele, eu aceitei. Não podia negar, naquele momento, e perguntei a ele: “Quando é que o senhor quer que eu comece a trabalhar?” Ele disse: “Agora, hoje! Eu estou com essa gente toda aí, preciso ver com quem vou falar.” E já não saí do palácio. Passei a comer, dormir, tomar banho, tudo no palácio. Mandava minha roupa para casa, para mudar de roupa e tal... Naquele tempo eu já tinha o meu *fordzinho*. E fiquei trabalhando lá como oficial-de-gabinete dele. Já tinha uma certa experiência, tinha sido oficial de gabinete de um ministro de Estado, durante anos, e começamos logo a ajudar em todas aquelas coisas que era preciso fazer imediatamente. Dali, passados alguns anos...

C.P. - Quanto tempo o senhor ficou no gabinete?

S.L. - Bom, eu fiquei no gabinete de 1930... Dr. Getúlio tomou posse em 30. Em 36 dr. Getúlio me convidou para presidente da Comissão de Reforma Administrativa. Ele tinha criado uma comissão que era mista, entre o Executivo e o Congresso Nacional, e a parte do Executivo nessa comissão, era dirigida por um homem muito competente, que era o embaixador Maurício Nabuco.

C.P. - É a Comissão Mista da Reforma Econômico-Financeira.

S.L. - É? Não me lembro o nome. Na realidade, era muito mais referente a administração pública do que a economia e finanças. Mas o fato é o seguinte: essa comissão apresentou um relatório, que eu nunca soube muito bem porque não foi aceito, creio que pelo pessoal da Câmara ou pelo pessoal... Ou foi o próprio dr. Getúlio que não quis... Eu não soube muito bem disso porque nunca indaguei. Eu apreciava muito o Maurício Nabuco, inclusive ele foi, durante muitos anos, o



presidente do nosso Conselho da Fundação Getulio Vargas. Não do Conselho Diretor, o Conselho... O outro conselho que nós temos...

C.P. - Curador.

S.L. - Conselho Curador. Ele foi presidente por muitos anos. Morreu como presidente do Conselho da Fundação. Mas, aí, o dr. Getúlio resolveu fazer outra comissão.

C.P. - Mas o que essa comissão fez? Essa mista, presidida pelo Nabuco?

S.L. - Ela fez um projeto de reclassificação de cargos, mas surgiu uma porção de coisas... Feito por deputados, esse negócio não funciona mesmo. Porque deputado não sabe nada disso, não entende nada dessas coisas e têm lá as influências políticas. A grande luta que eu tive na presidência dessa comissão foi com os políticos.

C.P. - Isso já na Comissão de Reajustamento, em 36?

S.L. - Em 36. Chamava-se Reajustamento?

C.P. - É.

S.L. - 36, é. Porque, inclusive, na Câmara havia representação de classes, três representantes dos funcionários públicos, gente de péssima categoria que foi eleita. E esses camaradas queriam, naturalmente, fazer... Fizeram milhares de emendas, não sei quantas, adulterando o nosso projeto. Queriam premiar uma determinada classe ou uma determinada pessoa, era um projeto de emenda dentro da Câmara. Então, era, realmente, uma dificuldade muito grande você fazer isso com a Câmara funcionando. Mas nós usamos de uma certa malícia, porque aquelas emendas, que foram únicas, eu consegui destruir na própria Câmara, com apoio da bancada do Rio Grande. Dr. Simplício tinha sido secretário do dr. Getúlio lá no Rio Grande do Sul, era o presidente da Comissão creio que de Finanças e Orçamento, e nós conseguimos derrubar muitas emendas dos deputados que escangalhavam completamente o projeto.

C.P. - Foi aí que se apresentou a Lei 284<sup>1</sup>?

S.L. - Exato. Ela se transformou na Lei 284. Bom, essa lei organizava o serviço público. Colocava o pessoal todo, obrigatoriamente, no concurso, e criava um órgão próprio para fazer os concursos, porque esses concursos feitos nos ministérios... Era melhor não ter concurso porque o concurso era foco de grossas bandalheiras. Eu ainda assisti o fim de um, que ainda veio dar nas mãos do dr. Getúlio, feito no Ministério da Fazenda, para fiscal não sei de quê. Era uma bandalheira total! Inclusive alguns dos novos getulistas conseguiram se inscrever no concurso, sem saber nada de nada, e foram aprovados e nomeados, porque a Comissão já estava constituída, dr. Getúlio deixou correr aquilo. Era natural que se fizesse isso.

C.P. - Mas o que mais propunha essa Lei 284?

S.L. - Essa Lei 284 é uma série de normas sobre o serviço público, de um modo geral.

C.P. - E ela foi aprovada pela...

S.L. - Foi aprovada. Porque eles não se importavam com isso, eles se importavam era com a classificação dos cargos públicos, porque aí é que eles faziam os benefícios para os amigos, para aqueles grupos que eram mais ousados, que conseguiam apoio de vários deputados etc. Então, eu derrubei grande parte das emendas, consegui derrubar na própria Câmara, mas algumas não consegui. As emendas estavam aprovadas, nós usamos apenas um truque: conseguimos redigir a lei de tal maneira que as modificações que foram aprovadas na Câmara, nós respeitamos, mas incluímos em um só artigo. Isso assim fica de tal maneira, isso assim etc... Tudo isso em um artigo. E eu, depois da lei aprovada, falei ao dr. Getúlio: “Olha, aconteceu isso assim, assim... Eu acho que esse artigo tem que ser vetado pelo senhor porque isso é um absurdo. O que está aprovado pela Câmara, o senhor não pode mexer. Só há uma maneira: é vetar.” Ele vetou aquele artigo. Então a lei saiu exatamente como nós tínhamos projetado. Se você tiver tempo um dia, pede aí na biblioteca, lê a Lei 284, porque essa lei... No futuro do Brasil, daqui a cem anos, quando essa gente começar a compreender o que é serviço público, eles vão ter muito interesse em ler essa lei. Essa lei foi que estabeleceu uma norma de trabalho dentro do Brasil para o serviço público.

---

<sup>1</sup> Lei nº 284, de 28 de outubro de 1936, que organizou o Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), subordinado diretamente ao Presidente da República.

## [FINAL DA FITA 1-B]

C.P. - (...) o interesse principal era com o meio-ambiente. Agora, eu já o vejo, a partir dos anos 30, preocupado com a questão da administração pública. Como é que se deu essa passagem do seu interesse?

S.L. - Porque eu vi que a desordem era profunda no serviço público. Eu, como oficial-de-gabinete de um ditador... O dr. Getúlio teve um mérito, fez o que esse nosso novo presidente devia fazer, centralizar tudo na mão dele. Por que eu consegui reduzir os sessenta e tantos por cento do Orçamento que eram consumidos pelo funcionalismo público civil para 33%, mais ou menos? Porque não havia cargo sem ser o dr. Getúlio que nomeasse ou demitisse. Agora cada ministro que entra traz um bando de gente nova para o ministério, aquela gente fica lá definitivamente; vem outro ministro, novo bando. Eu estou vendo nos jornais, não sei se é exato, que o Sarney nomeou mais de 140 mil funcionários para um lugar onde havia uma multidão de gente, um excesso, como é o serviço público hoje. As pessoas não vão ao serviço, não comparecem, não vão lá porque não tem nem lugar para sentar.

C.P. - Mas isso o senhor pôde observar quando era chefe de gabinete do governo Vargas, no início do governo. Essa desordem administrativa o senhor observou...

S.L. - Essa desordem administrativa... E depois eu vou te contar uns certos fatos para ver como o dr. Getúlio tinha o desejo de fazer um bom serviço público. E, realmente, você pode ter um grande presidente, um grande ministro, mas se você não organizar o serviço público, não tiver um serviço público competente, capaz de executar aquele pensamento, aquelas ordens que o governo quer atribuir, não consegue nada. Com essa gente que está aí, o Collor, coitado, vai lutar de uma maneira tremenda. Isso é uma gente incompetente, incapaz, ignorante. Não sabem nada! Eu digo porque vi isso de perto.

C.P. - O senhor pode detalhar como o senhor viu, como o senhor observou e como amadureceu essa idéia?

S.L. - De uma maneira muito simples. Vou dar apenas um dado. Quando eu era presidente do DASP<sup>2</sup> – vou chegar lá ainda, porque eu ainda não estou no DASP –, a Lei 284 criou o Conselho Federal do Serviço Público Civil, eu fui nomeado presidente pelo dr. Getúlio, e comecei a organizar o serviço público. Mas nesse meio tempo veio o 1937. E com o 1937, a Constituição brasileira. Com a experiência adquirida já desse ano e tanto de trabalho no Conselho e a Constituição brasileira – evidentemente por instrução do dr. Getúlio e acerto com o ministro Campos que foi um dos autores da grande Constituição de 37 – , incluíram a criação de um órgão para cuidar do serviço público. Em vez do Conselho Federal do Serviço Público Civil, do qual eu era presidente, eles criaram um Departamento Administrativo do Serviço Público na Presidência da República, então sob o comando direto do presidente, como era também o Conselho Federal do Serviço Público. Ele já era subordinado diretamente ao presidente da República. Mas o DASP tinha muito mais atribuições, e constitucionais, quer dizer, o DASP tinha uma larga faixa de trabalho em tudo o que dizia respeito ao serviço público. Já no tempo do Conselho Federal – e posteriormente do DASP muito mais, mesmo porque aí eu já estava muito mais bem preparado – tinha gente melhor escolhida etc. O DASP chegou a ter gente muito boa, porque eu consegui do dr. Getúlio Vargas, facilmente, uma lei em que eu podia mandar 200 funcionários do serviço público brasileiro, por ano, para cursos nos Estados Unidos ou na Europa. E eu tinha um grande homem que devia acompanhar o estudo de cada um, o trabalho que estava fazendo e tal. Se o sujeito não dava certo, mandava voltar para cá, e mandava outro. Primeiro foi o dr. Lino de Sá Pereira, que foi também diretor aqui do Conselho Diretor da Fundação, que o dr. Getúlio conhecia muito e apreciava. Foi ele o fiscal que eu nomeei nos Estados Unidos. Era um grande engenheiro, homem de grande talento, um pouco fraco nas posições dele, mas isso não vale a pena a gente comentar. Mas era um homem de grande capacidade, inteligência e preparo. Então, o DASP passou em concurso mais de 200 mil candidatos ao serviço público.

C.P. - Quantos funcionários tinha o Estado nessa ocasião?

S.L. - O Estado tinha cento e poucos mil, mas depois, em relação ao nosso Orçamento, foi caindo. Não que nós baixássemos os salários, ao contrário, demos vários aumentos de salário, mas os aumentos de salário... Para você dar um aumento naquele tempo, o DASP escrevia um livro explicando meticulosamente tudo que foi feito e porque foi feito, porque foi melhorado etc.

C.P. - O DASP controlava as...

---

<sup>2</sup> Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP).

S.L. - Eu estava lhe dizendo que nós tivemos duzentas e tantas mil pessoas em concurso, só pude aprovar 10%, porque o resto... Eram uns ignorantes totais, como são hoje, alguns piores ainda, mas que são nomeados para altos cargos, sem concurso nenhum. Eu estava na parte do Conselho Federal. O Conselho Federal do Serviço Público Civil, então, começou a organizar o serviço público, a classificar os funcionários, a criar carreiras dentro do serviço público e dar os nomes e os níveis de salário, e promover uma espécie de pirâmide em que o sujeito ia sendo filtrado aos poucos e, no fim de 20 anos, ele podia atingir os cargos mais altos dentro do serviço público, se ele fosse um grande funcionário.

C.P. - Foi aí que se criou o sistema do mérito?

S.L. - Foi aí que se criou. A Lei 284 foi que criou o sistema do mérito dentro do serviço público brasileiro. Eu tive depois, no DASP, funcionários por concurso que foram para os Estados Unidos fazer cursos lá, e voltaram. Fiquei muito tempo cuidando disso, de 36 a 45. Então eu tive tempo suficiente – porque isso você não faz do dia para a noite, de jeito nenhum – para organizar aquilo. Dr. Getúlio dava um apoio incondicional... Ele, por exemplo, só podia nomear gente por concurso mas, por lei, não era obrigado a respeitar a ordem de classificação. Mas ele nunca desrespeitou a ordem de classificação, nomeava na ordem de classificação, o que era muito bem visto por todos, pelos funcionários principalmente. Por que se escolheu o fulano? Porque está na vez dele. Tem uma vaga, então, foi o primeiro, foi o segundo, o terceiro, agora vai o quarto classificado nos concursos. Isso dava um prestígio enorme aos concursos. Criaram-se aqui no Rio de Janeiro mais de 100 cursos para preparar gente para concurso no DASP. E homens como Roberto Campos, Edmundo Barbosa da Silva, essa gente toda é fruto de concurso. O Itamarati só teve gente boa, através dos concursos do DASP. Esse Instituto Rio Branco que depois foi criado pelo João Neves da Fontoura, contra o meu voto, porque eu fui convidado... Eu não era mais presidente do DASP, não me lembro o que eu era, mas o Neves era ministro das Relações Exteriores e me convidou para uma reunião lá, onde iam discutir a criação do Instituto Rio Branco. Eu me manifestei contra, e muito acertadamente, porque até hoje nunca mais se colocou um homem de grande valor no serviço público no Itamarati. E eu coloquei uma quantidade de gente, homens como Pio Correia, podia ser ministro de Estado, homem como esses que eu falei, Roberto Campos, essa gente boa do Itamarati toda era do concurso do DASP. O Roberto Campos era um sujeito que tinha estudado em um seminário, que tinha essa cultura tremenda que ele tem, mas os estudos dele não valiam nada porque ele não podia entrar em uma universidade, porque

não tinha feito os cursos oficiais, aquela história toda. Ele não podia fazer concurso para várias coisas mas, para diplomata, eu não exigia nada. Eu queria que o sujeito entrasse por concurso, podia não ter nem curso primário, não queria saber. Agora, fazia aqueles trabalhos complicados que nós dávamos no concurso, o sujeito tinha que revelar a capacidade, senão não passava de jeito nenhum.

C.P. - Quer dizer que ao mesmo tempo em que o senhor mandou pessoas para fazer cursos no exterior, o senhor mandou 200 pessoas...

S.L. - Por ano.

C.P. - Por ano. E essas pessoas voltavam e atendiam a cursos, faziam cursos e formavam outras pessoas dentro do país, que, por sua vez, prestavam concursos e ingressavam na carreira do serviço público federal.

S.L. - Exatamente. E isso deu um resultado muito bom, porque nós botamos vinte e tantas mil pessoas no serviço público, gente de alto nível. E o negócio era tão sério, feito de tal maneira, que, no princípio... Porque eu fazia os concursos, depois eu exibia as provas para todos os que fizeram o concurso. Ele podia ver a prova dele e a prova dos outros, porque eu queria também controlar os examinadores. Inclusive os professores que eram convidados para examinadores, não podiam ter cursos particulares. Uma vez eu soube que havia, em Vila Isabel, um grupo de professores que era dos concursos e que estavam dando aulas. Mandei prender os professores e os alunos. Soltei os alunos e deixei os professores uma noite inteira na delegacia e os demiti de examinadores de concurso. Eu fazia concurso assim... Por exemplo, para escriturário, eu fazia o mesmo concurso para o Brasil inteiro, mandava fazer no Norte, no Sul, no Centro... E eu ia para o telégrafo, ficava desde de manhã até altas horas da madrugada no telégrafo. Uma vez, por exemplo, eu estava no telégrafo e recebi uma notícia: um determinado sujeito, em Belém do Pará, andava vendendo os resultados das provas que nós estávamos aplicando lá no Pará e em outras regiões do país. Eu, pelo telégrafo, mandei prender o sujeito e esperar que se realizasse o concurso, ele preso. Quando acabou o concurso, verificou-se, para felicidade nossa, que tudo que ele estava vendendo era mentira. Quer dizer, nenhuma daquelas questões que ele vendeu como resolvidas caiu no concurso. Ele era um charlatão, estava vendendo, a alto preço, o resultado do concurso.

C.P. - E o senhor pôde implantar esse sistema no período democrático ou no período de 1937 em diante, quando foi instaurado o Estado Novo?

S.L. - Nos dois. Mas eu devo dizer que, sem a ditadura, teria sido difícil vencer tudo isso. É como o Orçamento que eu passei a dirigir também, porque pela Constituição de 37, o Orçamento era feito pelo DASP.

C.P. - E antes, como era?

S.L. - Antes era feito pelo Ministério da Fazenda. Mas aí vou te contar uma coisa: o dr. Getúlio, que tinha aquela habilidade de agir – porque o difícil era tirar o Orçamento das mãos do Sousa Costa e passar para minhas mãos –, o que fez? Havia uma Comissão do Orçamento no Ministério da Fazenda. Ele me nomeou presidente da Comissão no Ministério da Fazenda.

C.P. - E que ele devia conhecer bem, porque ele já tinha sido ministro da Fazenda anteriormente, não é?

S.L. - É claro. Nesta Comissão eram 30 e tantos sujeitos que não se reuniam nunca, que não faziam Orçamento nenhum, e que recebiam uma gratificação. Quem fazia o Orçamento era o gabinete do ministro. O gabinete do ministro era dirigido por um homem muito sério, muito bom, que era o Vilela, mas, cá para nós dois, inteiramente incompetente, pouco inteligente, que não acreditava nesse negócio de serviço público moderno. Tudo isso não era com ele. A respeito disso, depois, vou te contar um detalhe. Mas eu fui nomeado presidente da comissão, e assumi. No fim do mês me veio uma representação da comissão com uma lista de gratificações. Naturalmente a minha era a maior, em cima, depois vinham eles todos. Os 30 sujeitos que não faziam nada, que eram funcionários com os quais não se sabia o que fazer, e que eram colocados na Comissão de Orçamento. Sujeitos importantes, que eram protegidos por políticos, isso ou aquilo, iam para a Comissão de Orçamento, recebiam uma gratificação e tal. Eu entrei e, no fim do mês, vieram com aquela lista, e eu disse: “Não, vocês estão enganados. Eu não vou receber essa gratificação. Eu sou presidente do DASP, já ganho o meu salário lá. É obrigação do presidente do DASP cuidar do Orçamento. Agora, vocês também não vão receber nada, eu não assino esse documento.”

C.P. - Não havia profissionais competentes, naquela época, que preparassem o Orçamento?

S.L. - Não. Não tinham a menor idéia do que fosse Orçamento. Eu mandei gente para os Estados Unidos estudar *budget*. Então, eles pediram demissão. Foi uma beleza, eu fiquei sem aquela carga em cima de mim, daqueles sujeitos que não faziam nada e que pertenciam à comissão da qual eu era presidente. Eles pediram demissão, só ficaram três, que eram bons, que eram trabalhadores, não queriam saber de gratificações nem nada disso. Porque o DASP não dava gratificação para ninguém. Então, comecei a fazer o Orçamento, mas no primeiro ano em que assumi o Orçamento – já como presidente do DASP, porque o Orçamento depois passou para o DASP, como mandava a Constituição de 37 – a Fazenda teve a ousadia de fazer um outro Orçamento paralelo. E mandaram, não sei como, porque o Orçamento só podia ser mandado pelo dr. Getúlio, que era o presidente da República. Naquele tempo o Congresso estava reunido, mandaram para a Comissão de Orçamento o Orçamento feito por eles, e chegou o nosso. Quando eu soube disso, disse: “Isso é um desacato. Eu acho que, na realidade, é um desacato ao presidente da República.” Mas não quero fazer intriga. Eu até gostava bastante do Sousa Costa, era meu conterrâneo, de Pelotas, era um homem que tinha um certo valor. Ele nunca estudou e era um homem inteligente, acabou um bom ministro etc... Era um homem de certa qualidade. Eu acho que ele foi fraco, porque depois foi eleito deputado, quando o dr. Getúlio Vargas caiu, e na Câmara os ataques eram os mais violentos contra o dr. Getúlio, contra a administração do dr. Getúlio etc. Ele foi o ministro da Fazenda, parece que nove anos ministro da Fazenda, uma coisa assim.

C.P. - Acho que foi mais de 10.

S.L. – É, ele nunca abriu a boca dentro da Câmara para defender o dr. Getúlio nem o governo do qual ele fazia parte, nem as obras, os orçamentos... Por que ele foi responsável, mas isso era fraqueza dele. Quando o dr. Getúlio tomou posse pela segunda vez, o coitado do Sousa Costa tinha tido um ataque grave...

C.P. - Derrame, não é?

S.L. - Derrame. Ele estava assistindo a posse do dr. Getúlio, mas muito caído, apoiado no braço de um outro e um pouco esquerdo ali, sozinho, em um canto. Ele tinha agido dessa maneira. E eu fiquei com tanta pena dele que saí de lá e fui ficar perto dele, dei o braço para ele, fui levá-lo no



automóvel. Porque eu gostava dele, era meu conterrâneo, de Pelotas. A mulher dele era uma mulher que não regulava muito bem. Então, ele tinha um ciúme de mim...

[INTERRUPÇÃO DE FITA]

S.L. - Eu ia discutir com o ministro Sousa Costa e ele, um dia, me pediu para ir na casa dele e eu fui. E cheguei lá, ele trouxe um negócio grande assim, onde ele escrevia coisas, e me disse: “Escuta, Luís, eu estou me lembrando que você me disse, sobre tal assunto, isso, isso e isso. É isso mesmo que você disse?” Respondi: “É.” Ele disse: “Então eu vou tomar nota disto.” E tomou nota em um papel grande, onde ele botava as opiniões de pessoas e o que ele lia, coisas que via que interessavam a ele, à administração dele, e tomava nota. Quer dizer, era um homem aplicado, era um homem inteligente e muito correto. Nunca ouvi dizerem nada contra a honestidade dele. Geralmente, os ministros da Fazenda são sempre muito acusados, mas ele não. Voltando a nossa...

C.P. - O senhor estava falando do Conselho Federal do Serviço Público Civil que conduziu, depois, os trabalhos que tiveram início na Comissão de Reajustamento. E o senhor estava para falar sobre a criação do DASP.

S.L. - Pois é. O DASP foi criado, então, pela Constituição de 37, e acabou o Conselho Federal do Serviço Público Civil. E o dr. Getúlio me nomeou presidente do DASP. O DASP tinha, inclusive, uma coisa que eu acho muito acertada: o Orçamento da República era feito sob a supervisão do presidente da República. Ele não ia lá trabalhar naqueles detalhes, mas ele sabia, porque eu dava a ele as notas, qual era a situação do Orçamento. Inclusive ele dizia também: “Eu não quero gastar mais do que tanto, não quero ter déficit etc.” e nós conseguimos fazer orçamentos equilibrados. A receita que nós calculávamos era realmente aquela que era recebida, e a despesa também. Nós não permitíamos que ultrapassasse as despesas orçamentárias. Isso funcionou bastante bem e o DASP foi crescendo. Tudo o que havia de complicado que aparecia na mão do dr. Getúlio, ele mandava para o DASP. Ele mandava: DASP. Quando era só para mim, ele botava: Luís. E aí continuamos naquela trabalhadeira infernal. Eu passei oito anos sem ir a Pelotas, sem ver a minha família, porque eu não tinha tempo para nada. Mas o dr. Getúlio apoiava todas as medidas que se precisasse tomar para organizar o serviço público, medidas, às vezes, muito duras. Demissões, mais isso, mais aquilo etc. E eu publicava no Diário Oficial as exposições de motivo do DASP e os despachos do dr. Getúlio. Uma vez o Capanema, que era

um homem muito distinto, inteligente, bom ministro, preparado, ficou muito impressionado porque um político mineiro disse a ele que era contra a ditadura e o dr. Getúlio, e disse a ele: “Só um governo desses permite que se publique no Diário Oficial estas coisas que o DASP diz. É uma vergonha, para o governo, o DASP dizer tais coisas. São verdades... Podem até ser verdades, mas essas coisas não se diz em público.” Eu disse: “Olha, Capanema, esse sujeito é um idiota porque devia dizer o contrário: Salve o dr. Getúlio, que é um ditador, e permite que um funcionário seu, que sou eu, diga essas coisas claramente e publique no Diário Oficial, para todo mundo ficar sabendo qual é a orientação do governo, e qual é a posição que o governo toma em relação a essas várias coisas que os jornais noticiam, às vezes como escândalo, como isso ou aquilo etc...” Daí veio aquela coisa, que eu acho que já lhe contei, que o DASP funcionava para tudo que o dr. Getúlio precisasse. Quem trabalhava junto dele e fazia aquele trabalho maior, tudo que dizia respeito à organização de órgãos, ele mandava para o DASP. Já te contei o negócio da moeda? O Sousa Costa mandou um negócio complicadíssimo para ele, quando ele criou o cruzeiro – era uma complicação, altamente discutível, porque o pessoal do Ministério da Fazenda era muito incompetente –, sobre tantos gramas de ouro valerem tanto, uma coisa altamente discutível. Então, o dr. Getúlio não quis decidir, mandou para o DASP. O DASP examinou, eu levei a ele e disse: “A meu ver, o senhor devia abandonar isso tudo e fazer uma coisa muito mais simples. É dizer, um mil réis é igual a um cruzeiro. Acabou a história toda, essa discussão altamente discutível, se realmente são tantos gramas de ouro que representam isso. Ainda mais em um país como o Brasil que não está ainda organizado.” Ele preferiu a solução do DASP e deu. E muitas vezes os ministérios mandavam coisas, ele mandava para o DASP, e eu era contra. Mandava a minha exposição e... Mas em grande número de casos, na maioria absoluta, pode-se dizer, ele adotava os critérios do DASP, porque era gente de muito melhor nível. Eu sempre andava em busca de talentos para o DASP. E mandava o sujeito para os Estados Unidos, mandava para a Europa. Eu mesmo...

C.P. - O senhor mandou mais para a Europa do que para os Estados Unidos?

S.L. - Mais para os Estados Unidos.

C.P. - Por que, dr. Simões?

S.L. - Porque era mais moderna a administração americana. Eu tinha feito umas certas visitas antes, visitei os Estados Unidos, visitei a Presidência da República, vi como é que eles

trabalhavam. Visitei a Inglaterra, vi um pouco como é... Eles eram tradicionalistas, tinham feito um serviço público de primeira ordem na época deles, há mais de 200 anos disso, especialmente o serviço colonial eles cuidavam muito, e também vi a França. Na Alemanha tive uma certa dificuldade, por problema de língua, porque a maioria deles não falava outra língua a não ser alemão e eu não falava alemão. Mas o negócio é o seguinte: nós fizemos o que se podia fazer no Brasil. Dentro das possibilidades brasileiras, o que se podia, eu fiz. E o serviço público mudou completamente de cara, porque o sujeito tinha orgulho em dizer que tinha concurso do DASP. No principio, você exibia os concursos, ia assim de gente para verificar o concurso dele e dos outros; no fim não ia mais ninguém. Todo mundo sabia que o DASP trabalhava sempre dentro de um critério sério que respeitava muito os concursados, então ninguém ia mais ver as provas, sabia que estava certo. Uma vez me apareceu a mulher do João Neves, foi me dizer, muito espantada – que o deputado João Neves pode [inaudível] porque isso não é culpa dele –, que a filha tinha sido reprovada no concurso para o Itamarati, e reprovada em francês. Ora, que a filha falava tão bem francês como o português, que ela falava muito bem, entendia muito bem etc. A mulher do Neves era um pouco atrapalhada. Eles viviam meio separados e... Eu, então, disse assim: “A senhora espera um pouquinho, vou mandar buscar a prova dela.” E como era bem organizado, cinco minutos depois eu tinha a prova dela, feita em francês, e mostrando os erros cometidos por ela. Tudo anotado do lado, com as notas e tudo. E ela viu, examinou, mas não se convenceu, e disse: “Bom, mas isso aí são coisas que não têm importância.” Respondi: “Não, tem muita, aqui está provado, dona fulana – não me lembro o nome dela –, que ela não sabe francês. Não pode ser uma diplomata, servir no Itamarati, se não sabe bem a língua francesa.” Que naquele tempo ainda era uma língua muito importante, para o diplomata especialmente. Hoje é muito menos, porque hoje o inglês domina completamente. Mas era muito difícil a função, porque reprovar, por exemplo, a filha do Neves, era uma inimizade para o resto de sua vida, mas nós agíamos assim. Não respeitávamos nenhuma posição do candidato, nem dos pais, nem do avô, nem coisa nenhuma.

C.P. - E como é que surgiu esse interesse pela administração pública dentro do governo Vargas?

S.L. - Eu acho que o dr. Getúlio, passou a gostar muito da história, porque eu disse duas coisas que redundaram em mais trabalhos para o DASP. Eu me lembro apenas de duas que eu disse, mas há mais de cem, provavelmente. Uma foi o seguinte: “Dr. Getúlio, o senhor sabe quanto o senhor gasta com as obras que está fazendo?” Ele disse: “É muito simples, é só olhar o Orçamento.” Eu disse: “Não, senhor. Lá está, por exemplo, 500 contos para fazer uma obra tal,

mas não há Orçamento, nem prazo de realização da obra. De maneira que o senhor não sabe quanto vai ter que botar no ano que vem, no outro ano e assim por diante. O senhor veja, na mesma cidade, dois prédios semelhantes, um custa tanto e o outro custa cinco vezes mais por metro quadrado. Por quê?” Ele disse: “Ah, é? Mas isso é coisa grave.” Eu disse: “Eu acho muito grave o governo assistir a isso, estar sendo roubado todo dia.” E ele perguntou: “Como é que se corrige isso?” “A meu ver, criando um setor do DASP que cuide da parte de obras públicas, da instalação boa e conveniente do governo federal pelo Brasil afora, que controle as obras que vão ser feitas, por que vão ser feitas, etc.” E ele concordou. Criou-se no DASP... Sabe quem foi o diretor naquela época? O Jorge Flores, que era um dos alunos – ele e o irmão dele – que tiveram as melhores notas na Escola Politécnica desde que a Escola Politécnica foi criada, no tempo do Império. Eram duas grandes cabeças. O irmão dele faleceu, mas o Flores é uma alta capacidade. É um sujeito que, se eu fosse governo, ele estaria em um ministério. E eu o nomearia, provavelmente, para resolver esse problema, que ninguém até hoje resolveu, da Previdência...

[FINAL DA FITA 2-A]

S.L. - (...) “dr. Getúlio, o senhor está dando esses milhares de despachos e, é natural que isso aconteça, o senhor está dando despachos que são incoerentes. Porque um caso o senhor dá aprovado, outro o senhor nega, e são casos idênticos. Então isso parece, ao povo em geral, que o senhor está protegendo determinadas pessoas e castigando outras, quando não é verdade. O senhor dá esses despachos, recebe do ministério um parecer, um processo com o parecer do consultor jurídico, que finalmente acaba no ministro, e o senhor põe aprovado. Mas passado algum tempo, ou até no mesmo dia, o senhor recebe um processo com o mesmo assunto, apenas é de outro ministério, que vem com o parecer favorável do consultor jurídico, do ministro, desse, daquele, o senhor bota também aprovado. Eu acho isso muito perigoso. Assim como há uma jurisprudência no Poder Judiciário, tem que haver uma jurisprudência no Poder Executivo. E principalmente agora, que sendo uma ditadura, o senhor é responsável por todos os despachos. O senhor vai ser acusado de uma coisa que o senhor não faz, favorecer determinadas pessoas e ser contra outras, porque o senhor despachou um mesmo assunto em sentido contrário.” Ele, que era um bom advogado, tinha feito muita advocacia no Rio Grande do Sul, tinha sido um dos maiores advogados da fronteira, ficou muito impressionado e disse: “Não, é claro. O Executivo tem que ter a sua jurisprudência, tem que ter uma norma que deve ser respeitada. Então, você fica autorizado a pegar os meus despachos, depois de dados, e ver o que não está dentro das normas e me trazer, para a gente rever isto.” Bom, todos os dias eu estava com um monte de papéis

debaixo do braço, de noite, levando para ele, para despachar das nove, às vezes, até as três da manhã. Eu até brincava com ele... Ele gostava, como bom advogado, de fazer um despacho longo, às vezes explicando porque que ele estava tomando aquela decisão e tal. E às vezes eu dizia: “O seu despacho está muito bonito mas não pode ser, porque o senhor já despachou isso mesmo em sentido absolutamente contrário ao que está aí. O senhor despachou baseado nas opiniões que vieram do ministério.”

C.P. - O senhor diria que antes de 30 não existiam normas e constituições dentro do Estado, capazes de dar racionalidade...

S.L. - Não existia nada. Antes de 30 não havia governo. Washington Luís era um homem que se reunia de vez em quando com os ministros e às quatro, cinco horas da tarde, ele saía do Palácio, ia passear de automóvel no Rio de Janeiro, ia para a Tijuca, não sei para onde etc., porque não entendia mesmo nada desse negócio de administração pública. O Washington Luís gostava, um pouco, era de coisas de história do Brasil antigo, principalmente de São Paulo.

C.P. - E o senhor diria que os outros governantes foram similares a esse tipo de administração?

S.L. - Similares. Porque os ministros tinham um grande direito de decisão, como agora têm, daí esses milhares e milhares de funcionários que ingressam nos ministérios, cada ministro que entra leva aquele monte de gente que fica lá. Ele arranja logo um emprego para os parentes... Agora é proibido pelo novo governo, o presidente demitiu os filhos de gente dele que nomeou os filhos para chefe de gabinete... Eu vi no jornal que o atual presidente demitiu. Agora, o que havia é que o dr. Getúlio ficou um bom conhecedor do serviço público porque todos os processos passavam pela mão dele, e quando ele achava que a coisa era meio complicada, discutível, geralmente ele mandava para o DASP. Alguns ele não mandava para o DASP, mandava: Luís. Outros, ele distribuía com os outros auxiliares dele. O Sarmanho, depois o... Aquele que foi prefeito, que, aliás, foi membro do nosso Conselho, aqui, o...

C.P. - Sá Freire Alvim.

S.L. - É. No último governo dele, ele estava me falando sobre o gabinete, eu disse: “Por que o senhor não leva o fulano de tal? É um homem sério, direito, já trabalhou com o senhor...” E ele levou. Era realmente um homem muito bom. Agora, a questão é que o dr. Getúlio teve tanta

coisa com o DASP... Ele até me disse uma vez uma coisa que eu fiquei, naturalmente, lisonjeado: “Eu conheço os papéis do DASP até de longe.” Porque ele tinha uma mesa grande onde botava todos os processos que ia recebendo. Ia botando ali na mesa na ordem que chegavam. Ele disse: “Quando eu olho a mesa, eu conheço os do DASP até de longe, pela boa apresentação.” Os ministérios mandavam manchados de tinta, sujos, e o DASP mandava uma coisa perfeita. Eu tinha os melhores datilógrafos que havia no governo brasileiro. O sujeito não fazia nada no gabinete dele, eu tinha um serviço de datilografia, com gente altamente especializada e capaz de fazer as coisas depressa, contratados de concursos etc. Então era muito bem apresentado. E, além disso, ele achava que as coisas feitas pelo DASP eram realmente feitas com muita cautela, com muito cuidado, com gente muito boa. Eu tinha uns diretores e funcionários muito bons porque tratei de catar onde havia sujeitos de... Uma vez fizemos um concurso para oficial administrativo. O que teve o primeiro lugar no concurso, o Dardeau Vieira, foi para o Ministério da Educação. Eu precisava de um secretário, eu andava sempre atrás de talentos, então, fui ao Ministério da Educação e disse para o diretor lá: “Olha, eu quero Dardeau Vieira para meu secretário.” Ele perguntou: “Mas por quê? O senhor conhece ele?” Respondi: “Não, não conheço, mas ele tirou primeiro lugar no concurso do DASP. Deve ser um sujeito competente.” “Ah, mas eu não posso ceder, porque ele é muito bom...” Eu disse: “Não, senhor, esse vai para mim.” Convidei o Dardeau, ele gostou muito, foi para o DASP e prestou um grande serviço. Ele era, de fato, um sujeito muito inteligente, de muito bom preparo. Depois foi contratado pelas Nações Unidas onde exerceu funções importantes, e finalmente veio acabar os dias aqui no DASP.

C.P. - Aqui na Fundação.

S.L. - Aqui na Fundação. Mas esse êxito que eu acho que o DASP efetivamente teve, foi graças ao apoio do dr. Getúlio. Mas também, se não fosse assim, eu não ficaria, porque eu não tinha amor, não tinha... Essa era a vantagem: eu estava disposto a sair a qualquer momento. Se as coisas não corressem como eu imaginava, eu saía. Tinha meu emprego, que era o Serviço Florestal, ia para lá, uma coisa que eu gostava... Mas tudo isso foi sendo feito e, realmente, o DASP que era, no fundo, uma parte da Presidência da República, eu acho que correspondeu muito bem ao que se esperava dele. Eu fazia coisas assim: uma vez pedi ao governo americano que escolhesse especialistas americanos, da mais alta categoria, para examinar o DASP, dar uma opinião franca. Não queria saber de elogios coisa nenhuma. Não me interessava isso, eu queria era um homem que examinasse o trabalho do DASP. Eles me mandaram um sujeito. Esse

homem veio para cá, ficou não sei quantos meses no DASP, nunca me fez nenhum elogio pessoal, nada disso, mas publicou um artigo, que era um verdadeiro livro, em uma revista de serviço público nos Estados Unidos. Eram uns elogios muito grandes ao DASP e apontando algumas coisas que ainda poderiam ser feitas. Era um sujeito de alto nível esse homem. Anos depois, eu já estava na Fundação, convidei-o para ser professor aqui na EBAP. Ele era professor nos Estados Unidos, veio ser professor da EBAP quando eu fiz as duas escolas... A Fundação foi feita, principalmente, para cuidar dos problemas da administração e da economia, os básicos; depois, o que pudesse mais fazer, muito bem. Então eu consegui, naquele tempo em que era presidente aquele ilustre presidente dos Estados Unidos, que eu tenho até hoje uma grande admiração por ele, que morreu assassinado... Qual era ele?

C.P. - Que morreu assassinado?

S.L. – É, que eu dei o nome à escola de São Paulo... Tem o nome e o busto dele, porque eles ajudaram muito a Fundação...

C.P. - Ah, o Kennedy.

S.L. - Kennedy. Tem o busto dele na porta da escola de São Paulo e o nome na escola, porque ele ajudou muito a América Latina, foi quem criou aquele plano para ajudar a América Latina. E eu tive dele, gratuitamente, duas coisas utilíssimas para a Fundação. Uma comissão de 10 professores americanos de uma universidade para formarmos a Escola de Administração Pública. Enquanto esses 10 funcionavam na Escola, eu fiz concurso de brasileiros para os lugares e aqueles que foram aprovados, escolhidos, eu mandei para os Estados Unidos para fazerem cursos nessa mesma universidade de onde eles vinham. E, em São Paulo, consegui outros 10, que ficaram também 10 anos no Brasil e que foram substituídos pelos professores que eu mandei preparar para esse fim. Essa gente, quase toda, hoje já desapareceu, porque já faz muito tempo. Mas isso aí teve um efeito muito importante porque eu tinha feito uma experiência com um pessoal mandado pelas Nações Unidas, também gratuitamente. Mas acontece que as Nações Unidas me mandaram uns professores muito bons, competentes, porém um era da África do Sul, outro era da França, outro da Inglaterra, outro dos Estados Unidos, outro não sei de onde, e eles não tinham, entre eles, nenhum ponto de vista comum. Como eu me lembrava, pelas visitas feitas aos Estados Unidos, que as escolas de administração tinham currículos muito diferentes uns dos outros, eu disse: “Eu não quero fazer uma escola para discutir como é que se ensina

administração pública e administração de empresas. Eu quero ensinar administração pública. Tenho que escolher uma dessas universidades e trazer gente só dessa universidade, gente que tenha os mesmos pontos de vista e critérios.” E mandei que os brasileiros fossem estudar nas universidades de onde eu tirava essa gente, de modo que não houve quase choque nenhum em substituir, depois, esses americanos por esses brasileiros que voltaram. Isso faz muito tempo. A escola daqui tem mais de 30 anos, a escola de São Paulo já tem também quase 30 anos, mas o fato é que o resultado foi muito bom. Isso tudo se deve ao presidente Kennedy, que conseguiu uma verba grande do Congresso para ajudar a América Latina a progredir. Você não pode progredir um país subdesenvolvido sem um bom governo, porque o governo tem um peso muito grande nos países em desenvolvimento. Mas, para isso, você precisa ter um governo competente, para isso você precisa preparar gente. Nós não éramos preparados, porque as nossas escolas foram as duas primeiras escolas de administração que foram criadas em toda a América Latina. Não havia. Quando se falava em ensino de administração, lá em São Paulo... Quando eu disse que ia fazer uma escola de administração pública, reuni 400 empresários, houve quem perguntasse: “Mas ensinar os paulistas a administrar? Os paulistas todos sabem administrar muito bem.” Eu disse: “O senhor está muito enganado. O senhor não sabe o que há de novidades na administração de empresas no mundo, especialmente nos Estados Unidos.”

C.P. - O senhor começou a pensar na criação da Fundação Getulio Vargas enquanto o senhor ainda era presidente do DASP?

S.L. - Exato. Porque uma das coisas que mais me preocuparam é que eu vi aquele desastre através dos concursos. Você só conseguir aprovar 10% dos candidatos, é uma prova evidente da incompetência desses candidatos. Então eu imaginei que para melhorar isto, precisava-se criar uma organização que cuidasse especificamente desses dois aspectos. Um, que já estava na cara do Brasil há muitos anos, que era a administração pública; e o outro que estava começando a nascer no Brasil e para a qual muito cooperou a Fundação Getulio Vargas, que chegou a ter uma escola de graduação em economia. Eu peguei uma escola, onde estava o Bulhões, outros etc. e trouxe para a Fundação. Mas, depois, chegou a um ponto em que havia tantas escolas de economia e de administração, que não havia mais razão para a Fundação fazer graduação em economia e administração. Precisava muito mais a pós-graduação. Quer dizer, ao indivíduo que já tinha uma base, podia-se dar um curso de nível muito superior àquele que se dava. Daí a idéia de transformar as duas escolas em escolas de pós-graduação. Mas São Paulo resistiu a isso porque tinha uma escola de graduação e porque o governo de São Paulo pediu – e contribuiu



com dinheiro também, durante esses anos todos – para se fazer um curso lá de administração pública. Porque não tinham nada, nem lá, nem no Brasil, nem na América Latina.

C.P. - Então, o senhor pensou na criação da Fundação Getúlio Vargas como uma tentativa de estimular o ensino de uma área que, como presidente do DASP, o senhor viu que estava falha no Brasil?

S.L. - Altamente falha. Economia era uma coisa também lamentável. Tinha um economista no Brasil, que era o Gudin, que eu trouxe para o Conselho da Fundação e para ser fundador da Fundação. Porque quando eu criei a Fundação, fiz uma coisa que até pode ter sido criticada, eu falei com cerca de 500 pessoas, mas escolhidas. Se você pegar o nome das pessoas que fundaram a Fundação, são 300 e tantas pessoas físicas e jurídicas, mas realmente gente do mais alto nível no Brasil. E trouxe também para o Conselho da Fundação o dr. Gudin, o Guilherme Guinle, essas figuras que eram os empresários importantes no Brasil. Este resultado foi bom, foi bastante bom, embora, graças ao Guinle, eu tenha deixado de fazer uma coisa que teria dado uma imensa possibilidade financeira à Fundação. Nós tínhamos uma quantia relativamente grande de dinheiro, daqueles que constituíram a Fundação e do governo. Era evidente que havia áreas, em São Paulo, que estavam crescendo de tal maneira que comprar terrenos lá era aumentar o seu capital em pouco tempo, em meses, 10 vezes, quinze vezes mais, no tempo em que quase não havia inflação. Então, eu propus isso, empregar o dinheiro comprando terrenos em São Paulo. Mas o dr. Guilherme Guinle, coitado, que era um homem inteligente, um chefe de empresas importantes – o dr. Getúlio mesmo deu a ele funções de grande relevância –, se opôs, e propôs ao Conselho, e o Conselho aceitou, que empregasse o dinheiro em títulos do governo, que davam 7% ao ano de renda e que não valiam nada, porque título do governo nunca valeu nada. Não há ninguém que queira comprar título do governo ainda hoje e naquele tempo também já era assim. Então, eu deixei de ganhar um “dinheiral” para a Fundação por causa dessa oposição do dr. Guilherme Guinle que, naturalmente, era considerado um empresário de grande merecimento e tal... Ele não era tanto assim. Era um homem que herdou uma fortuna muito grande do pai e um homem correto, bom, bem intencionado, patriota, tudo isso ele era, mas ele não era um entendido nessas coisas de negócios – tanto que ele acabou a vida dele pobre – nem de direção de uma entidade que visava dois fins fundamentais: administração e economia.

[INTERRUPÇÃO DE FITA]

S.L. - Havia um homem no Ministério da Fazenda, que ocupava um cargo modesto, que era o único homem que tinha uma relação das dívidas do Brasil no exterior. O Ministério da Fazenda era tão desorganizado que não se sabia direito quanto o Brasil devia. O dr. Getúlio criou um órgão novo... Aliás, no princípio, ele fez muito bem, porque deu um lugar importante ao Antônio Carlos de Andrada, que tinha lançado a candidatura dele, e a um homem que tinha sido ministro da Fazenda. O Antônio Carlos era um homem muito inteligente, conhecia aquelas coisas bastante bem. Criou um órgão, cujo nome eu não me lembro agora, em que o Antônio Carlos era o presidente e levou para lá um grupo de pessoas de bom nível. E aí se fixou qual era a situação das dívidas brasileiras no exterior.

C.P. - Porque não se conhecia a dívida do Brasil?

S.L. - Não se conhecia a dívida do Brasil. Havia títulos espalhados pelo mundo inteiro. A guerra liquidou, desapareceram muitos desses títulos, mas o Brasil, por falta de organização, continuou pagando esses títulos que não existiam mais. E pessoas como o famoso jornalista Chateaubriand... Ele era um grande larápio, ganhou muito dinheiro na compra e venda de títulos do Brasil no exterior, tal era a desorganização que reinava. Houve a criação deste órgão, que foi dirigido pelo Antônio Carlos até um certo tempo, depois foi um homem de menor categoria e não muito confiável, que era o Bouças.

C.P. - Valentim Bouças.

S.L. - Valentim Bouças. Era secretário do órgão, acabou dirigindo. O Antônio Carlos saiu, depois houve uma espécie de rompimento político, mas o Antônio Carlos era um homem muito conceituado no país, era um homem que foi político durante longos anos, nunca foi acusado de coisas erradas, irregulares, nem nada disso. Foi ministro da Fazenda também. E foi esse órgão que reorganizou o problema da dívida externa do Brasil. Hoje, não sei como está. Deve estar inteiramente abandonado, porque os ministros da Fazenda que têm ocupado o cargo esses últimos anos, todos não sabem nada de nada. Pessoas inteiramente incapazes de fazer um estudo dessa natureza. Isso tudo é muito importante para a administração do país e para a vida do país. Não acontece em nenhum país organizado, que tem tudo isso feito direitinho, calculado etc. Então, quando o governo toma uma atitude, ele está baseado nos elementos que ele possui e que estudou, verificou. Aqui não tem nada disso. Eu acho até que esses trabalhos que foram feitos já estão perdidos, estão lá em algum arquivo do Ministério da Fazenda. Mas são muito importantes,

principalmente hoje que a dívida brasileira é arrasadora. A internacional muito grave e, para mim, muito mais grave, a nacional.

[FINAL DA FITA 2-B]

*2ª Entrevista: 23.03.1990*

C.P. - Dr. Simões, vamos voltar um pouco à chamada Lei 284, que teve por objetivo reconstruir por completo o arcabouço da administração pública sob novas e sólidas bases, dotando-a de uma estrutura racional e seguras normas de funcionamento. As metas que o senhor apresentava na ocasião eram: uma implementação integral do plano de classificação de cargos; a instituição do sistema do mérito através da realização de concurso para ingresso em serviços; e a criação de um regulamento de promoções; a criação do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores, o IPASE<sup>3</sup>. O senhor poderia retomar e falar um pouco sobre o que foi a Lei Delegada, o impacto dela sobre o Estado, sobre a sociedade?

S.L. - Não foi Delegada.

C.P. - Não, desculpe. A Lei 284.

S.L. - Esta lei foi votada pelo Congresso, a Lei 284, e, modéstia à parte, porque eu fui o presidente da comissão que organizou este projeto de lei... Mas só foi possível fazê-la pelo apoio decidido do presidente da República, porque o presidente nos deu todo o seu apoio e todas as facilidades. Inclusive, como não tínhamos um local onde trabalhar, ele nos cedeu um dos andares do Palácio do Catete, onde ele também trabalhava. Ele não morava lá, morava no Guanabara, mas ele nos cedeu um dos andares. O trabalho foi, realmente, extremamente difícil e cansativo, e nos obrigou a tais atitudes que nós chegamos a introduzir um sistema de trabalho em que trabalhávamos 24 horas por dia. Então, o pessoal, a não ser os dirigentes porque esses não tinham horário nem coisa nenhuma, era obrigado a trabalhar 24 horas por dia, em turnos de seis horas: havia um turno que entrava às seis horas da manhã, outro turno que entrava ao meio-dia, outro turno que entrava às seis da tarde e outro turno que entrava a meia-noite. Eu me lembro que uma das minhas auxiliares, que era mocinha nesse tempo mas já muito preparada, muito inteligente, foi depois diretora da nossa escola de administração, a d. Beatriz... Lembra dela aqui na Fundação? Infelizmente hoje está doente.

---

<sup>3</sup> Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado (IPASE).

O pai dela era um oficial graduado do Exército, um homem muito distinto, antigo companheiro do general Rondon naqueles trabalhos extraordinários que ele fez, colocando as linhas telegráficas ligando o Norte ao Sul do país. E mais do que isso, porque a Comissão Rondon tinha uma série de especialistas, inclusive um que, anos depois, foi meu companheiro de trabalho no Serviço Florestal, o ilustre botânico Kuhlmann<sup>4</sup>, que um artigo dele está naquela revista que eu lhe mostrei. De maneira que eu vi no Ministério da Guerra caixotes cheios de trabalhos feitos pela Comissão Rondon, impressos. Infelizmente me pareceram um pouco deixados de lado, nem sequer distribuídos pelas bibliotecas principais do país. Mas, nesse tempo, claro que havia sempre alguém que se interessava por aquilo, que eram os antigos companheiros do general Rondon. Aliás, alguns foram aproveitados pelo dr. Getúlio para outros trabalhos importantes que foram feitos, alguns desses antigos membros da Comissão Rondon, que era uma comissão muito ilustre, de especialistas em vários setores, inclusive, esses botânicos a quem me referi.

Mas eu estava falando da Lei 284. Esta lei, eu acho que realmente foi um marco, que um dia será reconhecido como um marco fundamental da necessária reforma, cada vez mais necessária hoje, porque a situação é muito pior do que aquela que eu peguei há tantos anos atrás...

C.P. - O Estado era menor, não é? Menos problemas...

S.L. - O Estado era menor. Mas essa lei... De fato, todas as coisas fundamentais, básicas do alinhamento, da filosofia de um serviço público, estavam contidas, direta ou indiretamente, nesta lei. Eu penso que um dia os estudiosos desses assuntos hão de rever esta lei e hão de dar a ela o imenso valor que ela teve. Como eu já expliquei, esse Projeto de Lei foi mandado pelo dr. Getúlio Vargas ao Congresso, porque na época o Congresso estava funcionando. E foi uma grande luta dentro do Congresso, porque, naturalmente, havia muitos interessados dentro do Congresso em desrespeitar a lei para poderem fazer favores a classes de funcionários ou, às vezes, até a determinadas pessoas. Mas nós conseguimos derrotar esse grande número de emendas, que realmente desnaturavam a lei, na própria Câmara. E, finalmente, sobrou um certo número que a Câmara não alterou, emendas que eram nocivas ao espírito e aos objetivos da lei. Mas estas emendas foram, de maneira clara e correta, vetadas pelo dr. Getúlio Vargas, de modo que o nosso Projeto de Lei entrou em vigor. Era exatamente aquele projeto que nós tínhamos feito na Comissão. Eu, que era o presidente da Comissão, já referi que tinha substituído um

---

<sup>4</sup> Geraldo Kuhlmann, pesquisador do Jardim Botânico do Rio de Janeiro.

grande brasileiro, que era o ilustre embaixador Maurício Nabuco, que posteriormente, quando fez-se o DASP, veio presidir o nosso Conselho Curador e longos anos depois faleceu nesta qualidade. Era um grande brasileiro e eu me senti honrado em substituí-lo. Mas esta lei criava um organismo um pouco semelhante ao que havia nos Estados Unidos, a Civil Service Commission, que cuidava dos problemas do serviço público. Então nós criamos uma entidade que era o Conselho Federal do Serviço Público Civil e o dr. Getúlio Vargas me nomeou presidente desse Conselho. Nós começamos, inclusive, primeiro, recebendo as reclamações que surgiam, examinando uma por uma, e propondo modificações quando nos pareciam justas as reclamações e arquivando aquelas outras que nós não poderíamos admitir porque mudavam a orientação, até filosófica, da lei. E começamos a trabalhar. Nós já tínhamos feito um grande trabalho de classificação de cargos, todo o serviço público estava sendo tratado da mesma maneira, havia carreiras especializadas para os vários tipos de trabalho, havia um sistema de promoções muito claro e objetivo, e nós conseguimos fazer essa reforma com despesas relativamente modestas, porque era um princípio que o dr. Getúlio Vargas defendia, de que não devia haver muitos aumentos de despesa. Ele era muito econômico com o dinheiro do serviço público e não deu, portanto, muita facilidade, nem oportunidade de nós melhorarmos, como teria sido mais fácil fazer, a classificação, desde que pudéssemos gastar mais dinheiro com a classificação de cargos. Mas, de um modo geral, a lei foi bem recebida pelo funcionalismo. E todos viram que tinha chegado um novo momento no serviço público, em que as pessoas de mais mérito e que mais se dedicavam, mais trabalhavam pelo serviço público eram as pessoas que poderiam ser agraciadas e melhor tratadas pelo governo federal. Foram escolhidas pessoas de primeira ordem para constituir o Conselho, e eu quero aqui lembrar o nome de um, que já morreu há muitos anos, que era o embaixador Moacir Briggs. Ele prestou relevantes serviços...

C.P. - Ele foi diretor do DASP também, não foi?

S.L. - Foi também, depois, diretor do DASP. E já tinha servido na Comissão Nabuco. Era, talvez, o principal personagem que compunha a comissão dirigida pelo embaixador Maurício Nabuco. Moacir Briggs me acompanhou desde esse momento, ajudou muito nos trabalhos de classificação de cargos, orientação geral no serviço público e, mais tarde, quando o Conselho Federal do Serviço Público Civil foi substituído pelo Departamento Administrativo do Serviço Público, o DASP, eu também o convidei para ser o diretor da Divisão de Organização.

C.P. - Por que a mudança do Conselho para o DASP?

S.L. - Foi um problema em que eu não tive muita interferência, mas aquilo se deveu, eu acho, antes de mais nada, à compreensão do dr. Getúlio Vargas, que compreendeu a necessidade de manter um serviço público de alto nível, que é uma coisa de que se esquecem os políticos na maioria dos casos. É que, por melhor que seja o presidente, os seus ministros de Estado, secretários... Se você não tiver um pessoal de alto nível, muito bem preparado para aquelas funções, você não consegue fazer nada no serviço público. O governo dá as ordens, mas elas não são cumpridas ou são desvirtuadas, e aí você não consegue chegar a nenhum objetivo. Então, uma das coisas que o dr. Getúlio Vargas fez, porque foi ele que assinou a nova Constituição do Brasil, em 1937, onde deve ter havido uma interferência também muito grande do ministro de então, que era o ministro Campos... Não me lembro o primeiro nome.

C.P. - Roberto Campos?

S.L. - Não, o ministro mineiro.

C.P. - Ah, o Chico Campos.

S.L. - Francisco. Porque, realmente, eu também fui um pouco surpreendido, porque, apesar da minha posição ali, junto ao presidente Vargas, eu não conhecia o texto da Constituição de 1937, que eu acho que ninguém conhecia, a não ser o dr. Getúlio, o ministro, e talvez alguém mais tivesse colaborado...

C.P. - O datilógrafo. [risos]

S.L. - É, na redação. Mas aí se criou junto à Presidência da República esse Departamento Administrativo do Serviço Público, o DASP, com funções muito maiores e mais importantes e abrangentes do que o nosso Conselho Federal do Serviço Público Civil.

C.P. - O Conselho tinha uma função executiva ou essa função foi dada ao DASP?

S.L. - Não, o Conselho tinha função executiva. Inclusive, era o responsável por todos os concursos que iam ser feitos no país.

C.P. - Ah, também tinha uma função executiva.

S.L. - Tinha.

C.P. - Mas o DASP agilizou as decisões, os processos internos?

S.L. – Sim. O DASP, naturalmente, como eu disse, teve uma função muito mais abrangente porque, pela Constituição que foi então outorgada ao país, o DASP era o responsável pelo Orçamento da República. Quer dizer, o Orçamento da República saíria do Ministério da Fazenda e iria parar nas mãos do presidente do DASP. E como eu fui convidado também para ser presidente do novo órgão, o DASP, fui nomeado imediatamente, e o Conselho Federal do Serviço Público Civil, naturalmente desapareceu.

C.P. - Essa passagem do controle orçamentário do Ministério da Fazenda para o DASP não criou um certo problema dentro do governo?

S.L. - Criou. Era, evidentemente, um problema muito difícil e o dr. Getúlio Vargas conhecia bem, porque ele também tinha sido ministro da Fazenda, há mais anos. Mas ele usou de um sistema que acho que deu certo. Primeiro, ele nomeou a mim, que era presidente do DASP, presidente da Comissão de Orçamento do Ministério da Fazenda. Então, na realidade, não era ainda o DASP que fazia Orçamento, mas o presidente do DASP já passou a ser presidente da Comissão de Orçamento, que funcionava no Ministério da Fazenda.

C.P. - Fez uma duplicidade de presidências, não é?

S.L. - É, porque o ministro de Estado não era mais o responsável pela feitura do Orçamento, o ministro da Fazenda, já que havia um presidente de fora do Ministério. Essa comissão... Acho que já disse isso mas não me lembro bem, vou repetir. Ao assumir a função de presidente da Comissão de Orçamento da República, no Ministério da Fazenda, eu soube que havia um grande número de pessoas que pertenciam a essa comissão mas, realmente, pelo que eu pude apurar, essa comissão, praticamente, não fazia nada. Ela não fazia Orçamento, nem sequer isto. Eram pessoas que o Ministério da Fazenda não sabia bem o que fazer delas, pessoas que já tinham sido diretores, isso ou aquilo, ou tinham apoios, e nomeavam para a Comissão de Orçamento onde esses funcionários recebiam uma gratificação pelo fato de serem membros da Comissão de

Orçamento. Ora, é evidente que eu vi logo o número e as pessoas que compunham a Comissão, e achei que eu estava em uma grande dificuldade, porque com aquela gente eu não poderia contar para fazer um Orçamento exatamente como eu desejava fazer. Eu desejava modernizar completamente o sistema, fazer um Orçamento mais objetivo. Antigamente havia um vício tremendo no Brasil, antes do dr. Getúlio Vargas, eram as chamadas caudas orçamentárias: ao lado do Orçamento eram incluídos vários dispositivos de leis, que às vezes não tinham nada que ver com o Orçamento mas criavam cargos, melhoravam certas categorias de funcionários, havia uma porção de... Como há na Constituição Brasileira... Por exemplo a de 91, há uns finais onde eles, por exemplo, consideraram fundador da República Benjamin Constant, quando eu sou um convicto de que quem fez a República foi o Deodoro da Fonseca, não foi o Benjamin Constant. Eu também sei que nos últimos tempos Benjamin Constant prestou alguns serviços, era um homem de valor, e presidia um instituto de mudos e surdos... ou cegos... não me lembro bem, do governo. E era professor da Escola Militar. Mas eu tive um tio, marechal Ilha Moreira, que era ajudante de ordens do Deodoro. Quando veio a República, ele era capitão, e ele disse para mim, com toda a segurança, que ele foi aluno do Benjamin Constant na Escola Militar e que nunca o Benjamin Constant – ao contrário do que diziam os positivistas, porque ele era positivista – falou a eles sobre o problema de República, de instalar no Brasil a República etc. Então, aquela história de que ele foi o fundador, que levantou a idéia não é verdade. Havia um grupo de republicanos que eram reconhecidos, meu pai mesmo, que era filho de um visconde, era republicano. Tanto assim que foi presidente de dois clubes republicanos: o Clube Republicano da Escola Politécnica, que eram alunos de engenharia, onde ele estava se formando, e o Clube Republicano Riograndense, que existia aqui no Rio de Janeiro e era composto de riograndenses que estudavam aqui. Mas assim como havia essas coisas, também as leis orçamentárias tinham uma cauda, como se chamava, que acompanhava o Orçamento, e havia ali as coisas mais variadas, que eram votadas também pelo Congresso. Evidentemente, tudo isso nós tínhamos que extinguir. Orçamento não tem nada que ter cauda, nem coisa nenhuma. Não tem nada que ver com esses outros problemas. Nós fizemos um novo sistema orçamentário e passamos a congregar pessoas competentes. Eu ainda esqueci de dizer que, quando chegou no fim do mês, os membros dessa Comissão do Orçamento me trouxeram uma lista muito grande de gratificações, naturalmente a maior gratificação era para mim que era o presidente, e eles vinham depois, recebendo outras gratificações um pouco menores. Então, eu disse a eles: “Não, eu não vou receber gratificação nenhuma. Eu já sou pago como presidente do DASP, não tenho direito a gratificação nenhuma. Agora, os senhores também não vão receber mais nada, porque os senhores são funcionários da Fazenda, estão designados para a Comissão de Orçamento, então, é



o único trabalho que os senhores têm.” Não disse logo a eles que eles não faziam nada, que na realidade era isso. O Orçamento era feito no gabinete do ministro da Fazenda, mas eles aí, quase que em bloco, pediram demissão da Comissão. Sobraram três de vinte e tantas pessoas. Não tinha gratificação, eles pediram demissão, ficaram sem fazer nada no Ministério da Fazenda, o que para mim foi muito bom, fiquei muito satisfeito, porque pude compor a Comissão de Orçamento escolhendo os poucos funcionários brasileiros que conheciam alguma coisa ou que eram capazes de aprender alguma coisa sobre problemas orçamentários.

C.P. - O senhor lembra do nome de alguns?

S.L. - Bom, na Comissão de Orçamento trabalharam muitas pessoas, inclusive o dr. Benedito Silva, que é hoje nosso diretor aqui da Fundação Getúlio Vargas, e o dr. Arízio de Viana, que foi também membro do setor que fazia o Orçamento do DASP. Aliás, o dr. Arízio até seria bom ser ouvido, porque ele exerceu a função, durante algum tempo, no Setor Orçamentário. Depois, com o tempo, eu mandei muitos funcionários para o estrangeiro, eles viram de perto os problemas orçamentários nos Estados Unidos, alguns na Europa e, naturalmente, pudemos, então, fazer uma obra muito melhor e mais perfeita. Mas os Orçamentos do DASP acho que se notabilizaram pelo fato de que – e nós tivemos talvez até um pouco de sorte nisso, porque os dados eram muito precários – nós conseguimos fazer orçamentos que realmente regiam o sistema financeiro da União. Porque as receitas, aquelas que nós púnhamos no Orçamento, realmente aconteciam, o dinheiro entrava e as despesas também não saíam dos preceitos orçamentários. De maneira que os orçamentos passaram a ser muito mais respeitados. Mas aí se deu um episódio a que é bom eu me referir, porque isso é uma coisa um pouco grave. No primeiro Orçamento feito por nós e mandado ao presidente da República, que depois o mandou para a Câmara dos Deputados, o Ministério da Fazenda não abriu mão do que ele achava um direito, que era fazer o Orçamento. Então, fizeram um outro Orçamento paralelo, diferente daquele que nós tínhamos feito, o que, a meu ver, era até um desrespeito com o próprio presidente da República que tinha mandado o nosso para o Congresso. Mas o Ministério da Fazenda fez outro Orçamento e mandou também. Então, depois, isso foi examinado. Criou-se um problema sério dentro do Congresso. Era presidente da comissão que se ocupava com o Orçamento o deputado João Simplício, lá do Rio Grande do Sul, que tinha sido até, creio, secretário da Fazenda do dr. Getúlio Vargas, quando o dr. Getúlio era presidente do estado. João Simplício era um velho deputado, com uma boa tradição no Rio Grande do Sul e no Congresso brasileiro. Então, o assunto foi examinado por eles até que um dia eles marcaram uma reunião em que estávamos eu e mais algumas pessoas do

DASP, para dar alguma explicação que eles pedissem, e o pessoal do Ministério da Fazenda. Então, fizemos uma exposição: o que nós tínhamos feito no Orçamento, as modificações mais profundas que tinham sido introduzidas, especialmente na norma orçamentária etc. E depois foi discutido isso na Câmara pela Comissão de Finanças, creio que se chamava assim, mas era a comissão que cuidava do Orçamento. Aconteceu depois uma votação, nessa votação o projeto do DASP teve unanimidade de votos dentro da comissão do Congresso e, portanto, foi refugado o Orçamento feito pelo Ministério da Fazenda. O dr. Getúlio não se envolveu muito no assunto, que realmente era uma situação muito difícil, eu acho.

C.P. - O senhor lembra em que ano foi?

S.L. - Isto deve ter sido... ainda estava aberta a Câmara... era 36, não é? Porque em 37 já era a ditadura. Bom, mas no fim de 37 veio a ditadura, foi em novembro de 37. Podia também ter sido em 37. Eu não posso garantir se foi 36 ou 37.

C.P. - Dr. Simões, o senhor tem idéia do número de funcionários que o Estado brasileiro tinha naquela ocasião?

S.L. - Eram mais ou menos cento e tantos mil.

C.P. - E o número de órgãos, o senhor tem idéia?

S.L. - Bom, isso eu não tenho de cabeça, não me lembro mais. Mas nós fizemos depois, com o tempo, à medida que o DASP foi se aperfeiçoando, melhorando seu pessoal, exames aprofundados da organização estatal brasileira. E produzimos uma série de indicações e sugestões ao dr. Getúlio Vargas que, na realidade, aceitou-as em grande maioria, talvez até total, não me recordo. Mas eu não tinha muita preocupação de verificar essas coisas, porque eu era uma pessoa muito ocupada e cuidava do que era essencial para poder ajudar melhor o governo. Mas a verdade é que tanto o Conselho Federal como o DASP também, foram apoiados inteiramente pelo governo. Aliás, o DASP era uma espécie de novidade no serviço público. Por exemplo, nos Estados Unidos, eles tinham dois órgãos diferentes: a Civil Service Commission, que era subordinada ao presidente da República, e um instituto, um organismo – não me lembro se era instituto ou se era um organismo – para fazer o Orçamento da República, e aqui, na nossa Constituição de 37, ficou tudo junto. Agora, uma coisa que eu achava que foi muito acertada, é

que o Orçamento devia ser feito sob a supervisão do presidente da República, e não feita por um ministro da Fazenda, um homem ocupadíssimo, que não tinha tempo de olhar o Orçamento, e aquilo era feito por funcionários, alguns que não eram lá muito competentes e tal. E depois o responsável, entretanto, era o presidente, que era quem enviava o Orçamento ao Congresso. De maneira que eu acho que essa medida foi certa e ainda hoje acho que o Orçamento deve ser feito por um organismo subordinado diretamente ao presidente da República e da confiança dele.

[FINAL DA FITA 3-A]

S.L. - Eu quero apenas dizer uma coisa aqui: é preciso a gente não esquecer nunca que o Orçamento da União, no caso do Brasil que é uma federação, é um dos documentos mais importantes que há, e que o responsável direto deve ser mesmo o presidente da República e não um ministro de Estado.

C.P. - Recentemente o Orçamento esteve nas mãos do Ministério do Planejamento, acho que depois foi para a Fazenda...

S.L. - No atual?

C.P. - Nos 10 últimos anos eu acho que inicialmente era do Planejamento, depois ele voltou para a Fazenda... Ou voltou para o Planejamento... Não tenho muita certeza, mas é uma área que ficou entre o Planejamento e a Fazenda nesses 10 últimos anos.

S.L. - Eu não sei exatamente como é que está, nem mesmo sei como é que está sendo feito hoje o Orçamento, mas o Orçamento é, sem dúvida, um dos documentos mais importantes para a vida da nação. E nós também fazíamos sempre, no nosso tempo no DASP, um relatório que acompanhava o Orçamento, explicando tudo o que estava lá dentro. E também depois fazíamos um relatório de como se desempenhou aquele Orçamento feito por nós.

C.P. - O senhor também participou de uma Comissão de Estudos e Negócios Estaduais do Ministério da Justiça que, pelo que eu entendi, visou a interiorização das medidas ou dos DASPs pelos diferentes estados.

S.L. - Eu participei dessa Comissão de Estudos Estaduais, creio. E realmente ela não visava muito esse problema na criação nos estados e também nos municípios de pequenos órgãos semelhantes ao DASP. Mas está claro que, fazendo parte desta Comissão, eu procurava introduzir todos aqueles bons princípios da Lei 284 e, depois, as disposições do DASP eu procurava, de qualquer maneira, aplicar aos estados e municípios. E conseguimos duas coisas muito extraordinárias, aliás, três coisas. O estatuto do funcionário público era um projeto que existia na Câmara dos Deputados desde 1907, se eu não estou enganado apresentado pelo deputado do Nordeste Justiniano de Serpa, mas nunca tinha sido votado. Não havia estatuto do funcionário público. Então, uma das coisas mais importantes que o DASP fez, pouco tempo depois da sua criação, foi o Estatuto do Funcionário Público. E naturalmente que não havia essa desordem que há hoje, por exemplo, em que você tem ao lado do pessoal do Estatuto, uma porção de gente nomeada pelas leis trabalhistas. Isso é uma confusão que ninguém pode permitir em um país organizado. Os funcionários têm que ter, todos, a mesma classificação, os mesmos direitos e deveres. Mas esse estatuto feito pelo DASP me parece que foi muito bem recebido pelos funcionários e deu a eles as garantias que eles já tinham e estabeleceu uma série de princípios. Inclusive havia coisas que podiam chamar a atenção, mas o funcionário que fizesse pedidos políticos ou que fosse apoiado por políticos para melhorar de situação, ele, funcionário, era punido pelo Estatuto. De maneira que eu me lembro muito bem que o dr. Getúlio Vargas e às vezes a d. Darci, recebiam uma vasta correspondência, que era eu que respondia, e vinham muitas cartas ao dr. Getúlio de agradecimento. Era gente do interior, funcionários que viviam nos pequenos estados, e que não conheciam bem as normas, dizendo: “Senhor presidente, fiquei muito surpreso por ver que o senhor teve a bondade de me promover. Não pedi nada a ninguém, entretanto o senhor me promoveu. De fato eu sou o mais antigo dessa carreira.” Ou então: “Eu tenho me esforçado muito...” Porque havia dois tipos de promoção: por tempo de serviço e por mérito. Então, eu respondia sempre muitas dessas cartas, ou quase todas, e tinha mais ou menos um chavão: “O senhor não pediu e fez muito bem em não pedir porque, se pedisse, o item tal do Estatuto dos Funcionários Públicos puniria o senhor. O senhor seria punido por ter pedido a sua promoção ou ter arranjado um pedido político para ser promovido. Mas, entretanto, o presidente teve muita satisfação em promovê-lo, porque realmente verificou-se que o senhor era o mais antigo, ou um funcionário de mérito...” Fazia-se sempre um agrado para eles. E assim eu fiz milhares dessas cartas, que eram mais ou menos as mesmas sempre. Então, o Estatuto estabeleceu uma porção de normas. Depois eu consegui, graças ao regime que então havia... Quer dizer, como os governadores dos estados eram interventores nomeados pelo presidente Getúlio Vargas, eu consegui introduzir aqueles princípios sadios do DASP, do

Estatuto dos Funcionários nos estados e nos municípios. Então, nós conseguimos fazer uma coisa muito extraordinária: conseguimos que todos os estados fizessem seu estatuto – que certamente hoje já estão rasgados ou ninguém obedece, ninguém presta atenção –, e todos os municípios do Brasil – os milhares de municípios que havia – também tiveram seus estatutos dos funcionários públicos. Nós fizemos uma norma, mandamos para eles, pedimos que examinassem, se tinha alguma coisa a mais para introduzir ou a suprimir. Geralmente eles aceitavam nosso projeto sem dizer nada, porque, coitados, também pouco conheciam do assunto. A grande maioria, absoluta, aceitou o nosso projeto. Todos os funcionários públicos do Brasil, federais, estaduais e municipais tinham os seus estatutos aprovados pelas respectivas autoridades.

C.P. - E o sistema do mérito foi introduzido não só no governo federal, mas no estadual e municipal também?

S.L. - Exatamente. Em 15 estados do Brasil nós fizemos acordos pelos quais nós mandávamos um grupo de funcionários habilitados a introduzir nesses estados os princípios da Lei 284 e os princípios já adotados pelo DASP. E daí nós iríamos para adiante, para fazer nos demais estados, mas o tempo não foi suficiente, porque tudo isso leva muito tempo. Até que você conseguisse, naquele tempo, convencer um desses governadores ou prefeitos, alguns muito pouco preparados, como ainda hoje... Nos estados e nos municípios não compreendiam a necessidade e até não gostavam muito, porque preferiam ter liberdade total, como faziam antes, de nomear quem eles quisessem, sem concurso, sem nada, nomear os parentes... Nós vimos, por exemplo, que o atual presidente anulou as nomeações feitas pelos auxiliares diretos dele, inclusive o chefe do Gabinete Civil, por terem nomeado filhos e parentes para os ministérios. Porque, realmente, é uma norma que ele adotou, a meu ver muito acertada, de proibir. Realmente é uma vergonha isso que acontece no Brasil. No Parlamento é uma coisa incrível. Há ministros de Estado, hoje, cujas mulheres são funcionárias do Parlamento, onde eles estiveram antes e conseguiram nomear as suas mulheres para cargos que são verdadeiras sinecuras. Elas geralmente não aparecem lá, não vão lá, não fazem nada, mas recebem seus salários mensais.

C.P. - E altos.

S.L. - E altos. Aliás, o Congresso e o Poder Judiciário estão dando uma triste impressão aos brasileiros de como é que eles encaram o serviço público e os interesses gerais do país.

C.P. - Sobre o DASP o senhor teria mais alguma coisa a dizer?

S.L. - Sobre o DASP seria uma conversa que ia durar muitas horas, muitos dias ou talvez meses, porque realmente foram tantas as coisas em que o DASP interferiu... Porque tudo que era mais complexo, que o presidente não podia estar examinando, aqueles enormes projetos que vinham grossos de papéis, ele despachava: DASP. E outros que ele achava mais simples, ele botava apenas: Luís. Eu examinava e levava a ele. Mais algumas coisas, por exemplo, que eu me lembro no momento: o Ministério da Fazenda mandou ao presidente Vargas um longo trabalho mudando a moeda brasileira de mil réis para cruzeiro. Eram aquelas velhas idéias de que devia representar tantos gramas de ouro etc., umas coisas inteiramente fictícias, que não existiam na realidade, nunca o Brasil tinha dado a menor atenção a isso mas ocorreu, na cabeça de alguém mais exigente, de incluir no projeto do Ministério da Fazenda. E o dr. Getúlio Vargas achou aquilo muito complicado, mandou para o DASP que, na realidade, não tinha nada a ver com isso. Mas nós examinamos o assunto, discutimos no DASP, e chegamos a uma conclusão inteiramente oposta a que tinha chegado o Ministério da Fazenda. Nós fizemos, então, um longo arrazoado explicando ao presidente e dizendo que o negócio era muito mais simples. Não havia nenhum interesse em dizer que isso representava tantos gramas de ouro, que ninguém sabia se era isso ou não. Mas o que parecia mais fácil ao DASP era o presidente dizer – e agora esse presidente adotou o mesmo critério – que um mil réis era um cruzeiro. Estava resolvido o problema. Agora este disse: um cruzado novo é um cruzeiro. Voltou para o cruzeiro que nós inventamos há não sei quantos anos. E, assim, muitas questões de alta relevância foram examinadas pelo DASP. Nós tínhamos também um papel fiscalizador do serviço público. E nós fiscalizávamos...

C.P. - O cruzeiro foi instituído em que ano mesmo, dr. Simões?

S.L. - Ah, o ano eu não me lembro. Nós tínhamos que fiscalizar também o andamento do serviço público. Então, quando vinha um processo mais complicado sobre uma aposentadoria ou sobre um caso assim, o presidente despachava parte o DASP examinar. Lembro-me de um caso no Itamarati: apareceu um indivíduo pedindo readmissão no Itamarati, do qual ele teria pedido demissão há alguns anos. Ele estava pedindo readmissão e aquilo despertou, em nós que éramos funcionários lidando sempre com essas coisas, uma certa suspeita. Então, nós fizemos o seguinte: mandamos interrogar o Itamarati sobre o porquê de ele ter saído do Itamarati e, naturalmente, a resposta não vinha nunca. Então nós reclamamos através do presidente da República dizendo: “Mandamos esse papel ao Itamarati e não veio resposta”, e ele mandou

ordem para vir a resposta. Aquele indivíduo que pedira demissão do cargo há anos, na realidade tinha cometido um grande roubo em um consulado, creio que em Portugal e, naturalmente, algum “bonzinho” daqueles funcionários do Itamarati teria dito a ele: “Você pede demissão, senão você vai ser demitido a bem do serviço público e aí você nunca mais pode voltar porque pode ser processado.” O Itamarati acabou tendo que dizer que ele tinha cometido irregularidades... Então transformamos a demissão dele a pedido, em demissão a bem do serviço público, e propusemos a abertura de inquérito e processo em cima dele. Assim como esse caso que eu estou me lembrando agora, houve muitos outros, coisas semelhantes. Por exemplo, pouco tempo antes da saída do dr. Getúlio Vargas em 1945, eu fiz uma denúncia a ele: que um ministro de Estado tinha autorizado uma repartição, sob a direção dele, a pagar uma conta enorme para a compra de um material e, na realidade, o material nunca tinha sido recebido na repartição, mas dava o material como recebido para poder ser pago. Esse material não tinha entrado. Nós começamos a perguntar, eles alegaram, então, que o ministro tinha feito isso para aproveitar as verbas antes do fim do ano. Eu disse: “Mas isso, a meu ver, é uma gravíssima irregularidade. Um ministro de Estado autorizar o pagamento, dizer que o material entrou, o material sequer entrou e já está sendo pago, não está verificado, não está coisa nenhuma... Eu acho que merecia um processo nesse ministro.” O dr. Getúlio disse a mim que faria o processo.

C.P. - Dr. Simões, esses casos específicos de inquéritos e processos abertos dentro da administração pública foram criando uma certa jurisprudência para adequar novas normas do Estado?

S.L. - Exatamente. Este é um ponto que eu considero muito importante e que o dr. Getúlio teve uma excelente compreensão para o assunto. Um dia eu disse a ele que ele estava dando despachos incoerentes, que ele estava aprovando um determinado assunto de um ministério e desaprovando em um outro ministério, ou até no mesmo. Porque assim como há jurisprudência jurídica, deve haver uma jurisprudência administrativa e, principalmente sendo ele um ditador, devia ter muito cuidado com os despachos dele, porque isso seria compreendido pela gente de fora como ele estando ajudando uns e prejudicando outros por interesses políticos, quando não havia a menor intenção da parte dele de agir assim. Porque nunca vi o dr. Getúlio dar um despacho contrário aos interesses do país ou da administração quando bem informado. E ele, que era um bom advogado, compreendeu isso muito bem e disse: “É, mas isto é grave!” Eu disse: “Eu acho, também, bastante grave. Nesses casos pessoais, vem um processo para o senhor com pareceres do consultor jurídico e do ministro, o senhor põe aprovado. Depois, passa algum

tempo, vem de um outro ministério ou até do mesmo, o mesmo assunto, o mesmo caso e o senhor também aprova, mas o sentido é oposto àquela decisão que o senhor deu antes.” Então ele me autorizou a verificar os despachos dele e a levar a ele esses assuntos, para ele rever os despachos. Então, quase que todas as noites eu chegava com um certo número de processos – ele trabalhava muito, era um grande trabalhador – e, às vezes, eu brincava com ele, porque ele dava um despacho mais longo, como bom advogado que ele era, e eu dizia: “Seu despacho está muito bonito, mas não pode ser.” Ele perguntava: “Por quê?” “Porque isso colide com um despacho que o senhor já deu em um caso semelhante, em sentido oposto. Eu acho isso muito importante, já temos conversado sobre isso, sobre a jurisprudência administrativa que deve existir.” O DASP publicou volumes de jurisprudência administrativa, além de publicar no Diário Oficial todos os seus trabalhos com despachos do presidente. Isso, naturalmente, servia para educar um pouco os ministérios, os dirigentes que sabiam qual era o ponto de vista do governo naqueles diversos casos, e também era uma satisfação pública que o presidente dava da sua maneira de administrar o país. Eu me recordo que uma vez o ministro Capanema – que era um excelente ministro, um homem de bem, muito bem intencionado, ministro da Educação do dr. Getúlio durante anos – me disse, muito impressionado, que um político de Minas teria dito a ele que só um governo muito desmoralizado permitia que um órgão – no caso ele queria se referir ao DASP – publicasse aquelas verdadeiras chamadas que dava nos ministros de Estado, nesse ou naquele, e até no presidente da República indiretamente, que já tinha despachado às vezes alguma coisa, e que isso não era admissível etc. Eu respondi: “Olha Capanema, esse fulano de tal – eu não sabia quem era – é um idiota! Porque devia dizer ao contrário, devia dizer: este é um ditador que, entretanto, permite que os seus funcionários falem francamente a ele sobre os assuntos que são despachados pelo governo, e criticam despachos dados. Por exemplo, quando se fazia o Ministério da Fazenda, o DASP propôs que se criasse uma biblioteca no Ministério da Fazenda e, para isso, o DASP tinha mandado um arquiteto para os Estados Unidos estudar organização de bibliotecas, onde ele ficou dois ou três anos. Veio de lá um sujeito muito inteligente, conhecedor profundo, foi quem fez a biblioteca do DASP e a do Ministério da Fazenda. ” Aí o ministro Sousa Costa, meu amigo e conterrâneo, respondeu que não tinha fundamento nenhum fazer uma biblioteca no Ministério da Fazenda. Se o Ministério da Fazenda não tinha biblioteca, por que fazer uma biblioteca no Ministério da Fazenda?

C.P. - Que é uma das grandes bibliotecas do Rio.



S.L. - Pois é. Eu então respondi dizendo uma coisa assim: “Infelizmente Sua Excelência, o senhor ministro da Fazenda, que diz que o Ministério não possui biblioteca, não sabe que aqui no Rio de Janeiro existem quarenta e tantas ou cinquenta e tantas bibliotecas do Ministério da Fazenda, apenas não merecem o nome de biblioteca. São simples ajuntamentos de livros jogados pelo chão, sem nenhuma atenção, sem classificação. Ninguém sabe o que está ali.” E por aí fui fazendo uma crítica completa do sistema de bibliotecas que havia no Ministério da Fazenda, porque o Ministério da Fazenda não tinha um prédio, tinha vários prédios espalhados pelo Rio de Janeiro. O dr. Getúlio despachou contra o ministro da Fazenda mandando eu fazer a biblioteca. Era curioso porque, tempos depois, o ministro da Fazenda Sousa Costa, que ficou muitos anos no Ministério, toda a visita importante que recebia, ele levava para ver a biblioteca. Eu o encontrava com estrangeiros mostrando a biblioteca. Como ele era meu conterrâneo, conhecia a família, eu mexia com ele: “Mostrando a biblioteca, hein?” Eu dizia baixinho para ele. Ele também não queria que se fizessem aquelas duas alas, porque o Ministério da Fazenda são várias alas, interiores. Eu também fiz uma exposição de motivos – eu tinha uma divisão que cuidava desse problema dos estabelecimentos do serviço público, dos prédios, que prestou um grande serviço ao país nisso – e mostrei que era um absurdo aquela idéia do ministro, primeiro, porque o Ministério da Fazenda, certamente, dali a 10 anos, vinte anos, estaria muito maior do que era. Precisava não só fazer prédio para aquele pessoal que tinha, aquele material que tinha, mas para o futuro. E segundo, que construir depois essas alas, quando estivesse funcionando o Ministério da Fazenda, seria um verdadeiro horror dentro do Ministério. Fazer uma construção daquelas... E que, portanto, devia ser construída no momento que o prédio estava sendo construído etc.

C.P. - Dr. Simões, o DASP, na verdade, foi um super ministério no governo Vargas, não é?

S.L. - Um super ministério. Ele então aprovou o parecer do DASP e foram feitas as duas alas. E ainda mais, o DASP foi morar em uma das alas. Ele era muito sensível a essas coisas, era um homem muito inteligente e com experiências, tinha sido ministro da Fazenda, governador de estado, tudo isso; ele tinha uma certa experiência nessas coisas todas. Então, ele sabia onde é que estava a razão, de que lado estava. E o ministro, o... Fecha aí.

[INTERRUPÇÃO DE FITA]

C.P. - Então, dr. Simões, a relação do DASP com a Presidência da República, principalmente no Estado Novo, foi uma relação muito forte e o senhor tinha despachos diários com o presidente da República.

S.L. - Praticamente diários. Além disso, muitas vezes, quando tinha um assunto mais urgente, eu ia até lá e almoçava com ele no palácio. Muitas vezes saí do despacho com ele de noite, especialmente no verão onde despachávamos lá daquele carramanchãozinho que tem em cima do morro, atrás do Palácio Guanabara. Sabes que tem um carramanchãozinho lá?

C.P. - Sei, já passei por lá.

S.L. - Eu saía de lá, às vezes, às três horas da manhã, porque o dr. Getúlio começava a despachar, geralmente, às nove horas. Ele saía para andar um pouco depois do jantar e tal, às vezes ia até a cidade a pé. Eu tinha horror de sair com ele porque eu não gosto de caminhar, mas naquele tempo ele saía sem guarda, sem nada, ia com um oficial de gabinete. Todo mundo o conhecia, ele passeava na Praia do Flamengo, falava com as pessoas na rua, conversava, as pessoas vinham falar com ele. Era como se fosse uma outra pessoa qualquer. E vinha a pé também do Guanabara para o Catete, para fazer exercícios depois do almoço. Mas, realmente, o DASP desempenhou um papel muito importante que um dia algum estudioso que estudar esses arquivos antigos, lá no Arquivo Nacional, provavelmente...

C.P. - Eu espero que estejam lá. [risos]

S.L. - ...vai ver que teve uma colaboração muito grande do DASP. O DASP, naturalmente, tendo obtido do dr. Getúlio uma lei que permitia mandar 200 funcionários por ano para estudar no estrangeiro, em pouco tempo tinha um grupo de funcionários que ninguém tinha no Brasil. Tanto que, quando foi criada a ONU, vários funcionários do DASP foram contratados pelas Nações Unidas: Benedito Silva, Dardeau Vieira e muitos outros.

C.P. - O senhor tem de cabeça os principais diretores do DASP depois do senhor?

S.L. - Tenho. Entre os principais diretores do DASP tem três vivos. Eu, presidente. O Jorge Flores que foi diretor do setor exatamente das construções civis, que era engenheiro civil e um dos alunos que melhores notas teve desde a criação da Escola Politécnica do Brasil. Parece que

ele e o irmão tinham as maiores notas obtidas nos cursos de engenharia. Outro que existe ainda, que é um engenheiro também, muito inteligente e competente, é o dr. Mário Sampaio. Dr. Mário Sampaio tem a minha idade e dirigia, na Central do Brasil, o setor de pessoal, era uma pessoa que tinha experiência nesse problema de pessoal. No serviço público havia dois tipos de pessoal: os funcionários de carreira e os chamados extranumerários, que também eram de carreira e concursados mas tinham uma outra classificação, tinham uma classificação própria. O extranumerário era uma pessoa que nós já encontramos – não havia interesse em dispensar aquela gente porque o governo, naturalmente, como aconteceu, ia crescer, evidentemente – mas nós fazíamos concurso. O Arízio é um deles, fez concurso primeiro para extranumerário.

C.P. - O dr. Arízio também foi diretor do DASP, não foi? No segundo governo Vargas?

S.L. - Não, no governo Vargas ele não foi diretor, mas ele trabalhou muito no setor orçamentário. Mas ele foi diretor... Ah, foi no segundo governo Vargas. No segundo governo Vargas ele foi, na realidade, o presidente. Não sei como se chamava naquele tempo, se era presidente ou diretor. No meu tempo era presidente.

C.P. - O Arantes também foi, se não me engano, no governo Castelo Branco, não é?

S.L. - O Arantes também foi de lá, mas depois de mim.

C.P. - Foi no governo Castelo Branco, se eu não me engano.

S.L. - É, mas realmente eles não puderam mais fazer nada, porque o sistema do mérito estava liquidado. Não houve ninguém que mantivesse o sistema do mérito depois do dr. Getúlio Vargas.

C.P. - Não?

S.L. - Não, porque logo de saída, para substituir o dr. Getúlio, veio um sujeito que até hoje merecia um belo nome daqueles, para dizer quem era.

C.P. - Vai gravar?

S.L. - Pode deixar. Era o dr. Linhares. Foi um governo miserável. Ele nomeou os parentes dele todos para tudo quanto é lugar que você imaginar, sem concurso. Diplomatas, isso, aquilo... Tudo o que ele queria. Ele foi nomeando os parentes dele, a família dele...

C.P. - O senhor acha que foi isso que aniquilou o sistema do mérito?

S.L. - Ah, foi isso que liquidou o DASP. Inclusive eu vi uma coisa muito bonita do pessoal do DASP de então, eu não estava mais; eles protestaram perante o presidente da República daquelas nomeações, tudo aquilo, 50 e tantos funcionários do DASP.

[FINAL DA FITA 3-B]

C.P. - O senhor estava falando do governo Linhares.

S.L. - Eu estava falando que o presidente Linhares foi quem liquidou o sistema do mérito no Brasil porque nomeou, sendo presidente, os parentes dele em profusão. De tal maneira que uma vez pregaram um grande aviso no tribunal daqui: “Ficam convidados a comparecer ao Palácio do Catete todos os parentes do presidente da República até o vigésimo grau – trigésimo grau, uma coisa assim – sob pena de nomeação à revelia.” Pregaram no tribunal isso, tal era a vergonha. E os funcionários do DASP, muito corretamente, fizeram um protesto contra isso e foram punidos pelo Linhares. Infelizmente, eu digo sempre, antes do Linhares sair do governo, ele ficou com vergonha daquela punição que tinha aplicado ao pessoal do DASP, então mandou suprimir. Mas aquilo era uma coisa altamente honrosa para os funcionários do DASP, terem protestado contra aquele desmando vergonhoso do presidente Linhares em relação ao funcionalismo público, que nomeou, de uma vez só, parece que 17 parentes para tudo quanto é cargo que existe no governo. Nomeou gente dele! Aliás, eu já sabia que ele era um homem sem caráter, porque quando eu era presidente do DASP ele tinha um secretário que era também uma pessoa desclassificada, era aquele deputado Barreto que saiu uma vez em uma revista, de casaca e cuecas.

C.P. - Barreto Pinto.

S.L. - Barreto Pinto, era o secretário dele. Então, este homem foi ao DASP com uma lista de coisas pedidas pelo chefe, que era o dr. Linhares, que nesse tempo, sendo presidente do Supremo

Tribunal era presidente do órgão eleitoral. Como é que chama? Tem um nome, esse que dirige as eleições.

C.P. - Tribunal Regional Eleitoral... Superior Tribunal...

S.L. - Superior Tribunal. Eu olhei aquelas coisas todas que ele pedia, nada daquilo podia porque era contra as leis. E eu disse ao Barreto Pinto: “Olha, Barreto Pinto, você diz a ele que nada disso eu posso fazer porque isso é contra a legislação, é contra a lei, não pode ser atendido.” Passados alguns dias, ele voltou lá e me disse o seguinte: “Eu trago aqui uma outra lista de pedidos do presidente. Mas o presidente quer lhe dizer que quando ele pede uma coisa é para ser atendido, não é para dizer que não pode.” Respondi: “Você diga a ele que eu mando dizer que eu não atendo nenhum desses pedidos dele e que vou me queixar dele ao ministro da Justiça.” Saí dali, fui ao ministro da Justiça que era o Agamenon Magalhães, e contei a ele: “Aconteceu isso, o Barreto Pinto me apareceu com essas listas”, e contei a história toda. O Agamenon Magalhães pegou o telefone e passou uma descompostura no Linhares que eu nunca pensei que pudesse existir aquilo. Dizer para um ministro do Supremo Tribunal aquelas coisas que ele disse! E eu ouvi aquilo tudo, fiquei muito satisfeito, agradei muito a ele, e proibi a entrada do Barreto Pinto no DASP: “O secretário do ministro do Supremo não entra mais aqui no DASP. Está proibido.” Era um desclassificado mesmo o coitado, pessoa que acho até que era bondosa.

C.P. - Mas o senhor acha que o sistema do mérito foi minado por esse governo e, daí por diante, nunca mais?

S.L. - Foi, é claro! Daí por diante, nunca mais ninguém enfrentou.

C.P. - Isso é grave.

S.L. - Muito grave. Uma coisa altamente perniciosa aos interesses nacionais, mas o fato começou aí, logo que saiu o dr. Getúlio Vargas e que entrou o Linhares para substituir. Foi ele o responsável, teve a coragem de acabar com o sistema do mérito. Porque antes, é preciso a gente lembrar isso, havia também alguns ministérios que faziam concursos, mas em geral esses concursos eram todos falsificados. Então o concurso era um instrumento negativo em vez de ser positivo, porque eles faziam o concurso, depois aprovavam quem eles queriam. Um sujeito como o Benedito Silva que fez um concurso em Goiás, parece que tirou primeiro lugar ou uma coisa

assim, nunca foi aproveitado. Agora, os outros que eram os “empistolados”, passaram no concurso naturalmente, porque aquilo era uma fraude, e foram nomeados. Quer dizer, esse era o sistema dos concursos feito pelos ministérios. Eu diria agora, ao nosso atual presidente, que ele tem que ter um órgão – como nós tínhamos, que fazia os concursos – com todos os concursos feitos por ele. Nós fazíamos desde o Itamarati a tudo. Botamos no Itamarati essas grandes figuras do Itamarati, como Roberto Campos, como Barbosa da Silva... Essa gente toda foi posta por nós. Porque o tal do Instituto Rio Branco é uma grande falcatrua que existe no Brasil, a meu ver. Quando foi criado o Instituto Rio Branco, o João Neves da Fontoura era o ministro das Relações Exteriores. Acho que já era o dr. Getúlio de novo no governo, quando ele foi ministro. Fui convidado para uma reunião lá, em que ele ia discutir a criação do Instituto Rio Branco, e eu fui a única voz que teve a coragem de dizer ao ministro que eu achava um erro grave esses institutos, que em geral não funcionam direito. Não preparam ninguém, acaba que só os filhos dos diplomatas é que conseguem entrar no serviço público, quando um homem como Roberto Campos, por exemplo, que não tinha nem formação secundária – mas nós não exigíamos nada do candidato, apenas que ele fizesse o concurso, que era duríssimo –, tirou o primeiro lugar no concurso do Itamarati.

C.P. - Ele não tinha formação?

S.L. – Não, porque ele tinha estudado em seminário que não é oficializado. Ele tinha muito preparo, essa cabeça que nós todos conhecemos, mas ele não tinha, teoricamente... Não tinha os cursos. Mas nós não exigíamos nada disso, exigíamos que ele fizesse aquele concurso. Então, eram trezentos e tantos candidatos, passavam 20. Era assim o negócio.

C.P. - E Getúlio, no segundo governo, não conseguiu reconstruir o sistema do mérito?

S.L. - Não conseguiu. Aí foi o Arízio o presidente do DASP, mas eu acho que ele também não podia mais, não tinha condições políticas de conseguir isso. Ele só conseguiu tudo aquilo, aquela melhoria do serviço público, porque era ditador.

C.P. - O senhor faz uma relação entre a moralização...

S.L. - Ah, sim. Com essa politicagem que existe no Brasil, você jamais terá um serviço público que preste, porque nós somos muito atrasados. Isso funciona bem na Inglaterra, nos Estados

Unidos, mas no Brasil não funcionará. Porque aqui, sempre que você não tiver um presidente como eu espero que seja o nosso novo presidente, que me parece um homem enérgico e disposto a enfrentar essas dificuldades todas, não haverá moralização no serviço público. O dr. Getúlio era um homem que compreendia isso muito bem. Eu me lembro que quando ele chegou no governo, segundo me informaram, perguntou: “Quanto ganha o presidente da República?” “Ganha 20 contos.” Ele disse: “Então, eu vou ganhar 10.” E assim foi a orientação dele dada a todo mundo. Eu fui um dia chamado por ele... O Palácio tinha quatro automóveis, era uma miséria, tinha um automóvel de parada, um para ele, um para toda a Casa Militar e outro para toda a Casa Civil. Eu, um dia, fui chamado por ele... O jornal publicava ontem que esses sem-vergonhas dos vereadores do Rio de Janeiro compraram 46 automóveis, além dos que já têm. O dr. Getúlio um dia me chamou: “Estão gastando muito dinheiro aí com automóveis, você vai vigiar isso.” Eu disse: “Dr. Getúlio, não pode ser, são quatro automóveis, não tem despesa quase nenhuma.” Ele respondeu: “É, mas eu estive vendo as despesas, estão muito grandes. Você vai tomar conta disso.” Eu disse: “Está bem.” Fui tomar conta daquilo. É bem verdade que ele tinha razão de um certo ponto de vista, porque quando eu tomei conta, as despesas caíram. Portanto estava havendo algum desperdício ou roubo de gasolina, pneumáticos, essas coisas todas.

C.P. - Dr. Simões...

S.L. - Agora tu queres saber sobre a criação da Fundação, não é?

C.P. - Eu estou louca... [risos]

S.L. - Então, eu vou te dizer o seguinte: foi essa minha longa experiência, porque eu fiquei de 1936 a 1945 dirigindo esses organismos, inclusive fazendo todos os concursos que havia para o serviço público. Eu já disse, creio, que passei em concurso mais de 200 mil pessoas. Havia aqui, no Rio de Janeiro, mais de 100 cursos para preparar gente para os concursos do DASP. E também cerca de 100 livros, me constou na época, que foram publicados sobre os concursos do DASP. A tendência de todo mundo era fazer concurso, viram que tinham que se preparar. No princípio, quando o DASP fazia os concursos, eu exibia as provas de todos; todo mundo podia ver a dele e a dos outros, e confrontar. Então, vinha gente assim para ver as provas. Depois de um tempo ninguém mais aparecia, porque todo mundo sabia que o DASP tinha um critério sério, direito. Às vezes eu fazia concurso para o país inteiro no mesmo dia. Eu então ia para o telégrafo e ficava ligado a vários estados, passava o dia e a noite, até tarde, acompanhando os concursos.

Uma vez, eu estava no telégrafo e recebi uma denúncia de que, creio que em Belém do Pará, havia um indivíduo vendendo o resultado das provas. Portanto, teoricamente, tinha conhecimento das provas e vendia as respostas que o sujeito devia dar. Eu me entendi imediatamente com a polícia do estado e mandei prender o sujeito. Ficou preso até que se realizou o concurso. Organizou-se o concurso e verificou-se, para sorte nossa, que era tudo uma falsidade, o que ele vendia não tinha nada a ver com as provas que nós exigimos dos candidatos, realmente o segredo que nós tínhamos... Eram pessoas da nossa confiança que partiam para os estados levando, não tinha... Uma vez o dr. Getúlio foi ver um concurso de escriturário, nós fizemos uma vez em vários lugares do país. Aqui no Rio de Janeiro nós fizemos na Escola Normal, lá perto da Praça da Bandeira, ele foi ver, e ficou muito tempo lá vendo a entrada do pessoal do concurso etc. Ficou muito impressionado com aquilo. Eu disse a ele: “Pois é, dr. Getúlio, isso dá muito trabalho. Olhe, por exemplo, aqueles que são nomeados e que recebem dinheiro para julgar os concursos, não podem dar aulas a dinheiro. Eu proíbo. Mas eu soube que havia um grupo deles que dava aulas, aqui na zona norte da cidade, para uns 40 alunos, uma coisa assim. O senhor sabe o que eu fiz? Mandei prender essas pessoas todas, professores e alunos; depois mandei liberar os alunos e os professores ficaram lá uma noite. E os demiti de examinadores.” Porque precisava haver um respeito muito grande pelos concursos do DASP. Agora pode fechar aí, que eu vou te contar uma coisa.

[INTERRUPÇÃO DE FITA]

S.L. - Muito bem.

C.P. - Eu gostaria que o senhor falasse agora, talvez, da relação entre o DASP e a Fundação Getúlio Vargas.

S.L. - Eu era, como eu já disse, presidente do DASP durante esse tempo todo, e desde o Conselho Federal do Serviço Público Civil fazendo concursos, e verifiquei uma coisa bastante triste: que das duzentas e tantas mil pessoas que fizeram concurso no DASP, só conseguimos aprovar 10%. Em outras palavras, as pessoas eram muito mal preparadas – e acho que hoje são piores do que eram naquele tempo, são mais ignorantes ainda do que aqueles – não sabiam escrever as provas, não sabiam português, matemática, nem coisa nenhuma, e se reprovava em massa aquela gente toda. E eu tinha sempre a idéia de que o Brasil precisava melhorar a sua administração pública – era o meu sonho –, e só havia uma maneira: criando escolas de



administração pública e privada. Já havia muitas nos Estados Unidos. Inclusive, quando eu era presidente do DASP, pedi ao governo americano que me mandasse um especialista de uma daquelas boas universidades, capacitado em administração pública ou privada, de preferência pública, no caso. E eles mandaram um homem de primeira ordem para examinar o DASP, como ele trabalhava, quais eram os defeitos, o que devia corrigir etc. Este homem – que muitos anos depois voltou aqui como professor da nossa escola de administração, depois que a Fundação tinha criado a primeira escola de administração na América Latina, da mesma maneira que a Escola de Administração de Empresas de São Paulo – conversou muito comigo durante esse tempo todo, me disse muita coisa e tal, eu tive uma excelente impressão dele, da correção dele, sem nenhum objetivo de fazer elogios, nem coisa nenhuma. Eu disse a ele: “Olha, eu não quero saber de elogios, quero saber o que está errado aqui na nossa orientação. O senhor é um homem experiente, vem de um país onde isto está bem avançado, de tradição inglesa, que foi quem começou esse trabalho de serviço público etc.” E ele muitas vezes conversou comigo, sempre com muito bom senso, muita capacidade. Depois eu fui ver... Porque recebi dele – infelizmente, eu não guardei esse documento, não sei que fim levou, nessa minha vida tão atrapalhada – um artigo, que ele escreveu para uma revista especializada americana, que era um grande relatório sobre o DASP. E aí, sem aquela coisa de elogios, coisa que eu não gostava, ele fez um exame aprofundado da atuação do DASP e, na realidade, foi favorável ao DASP, achou que o caminho era esse mesmo, que no caso brasileiro a solução era aquela, que nos Estados Unidos e na Europa era diferente... Inclusive depois eu verifiquei o quanto era verdadeiro o que ele dizia, porque eu visitei mais de uma vez a ENA,<sup>5</sup> em Paris, a Escola Nacional de Administração, que é exigida pelo governo francês para uma série de cargos públicos, de alto nível, que existem na França. São pessoas que só podem ser nomeadas tendo os cursos da ENA. Mas a questão é completamente diferente no Brasil, porque o pessoal que entra na ENA já é uma gente que tem uma boa formação escolar, que tem muito bom preparo geral. Pessoas que tiveram um ensino secundário de primeira ordem, e assim por diante. Entre parênteses, vou contar uma coisa que você não sabe: segundo informações que eu tenho, o Pio Correia – que foi criado na França porque o pai dele era o autor daquela famosa obra sobre as aves do Brasil, e meu pai, ministro da Agricultura, o mandou para a França para imprimir o livro, porque aqui não havia condições de fazer aqueles desenhos e imprimir – estudou na França, e sempre ouvi contar, por ele não, porque ele é muito modesto, que na França ele tirou o primeiro lugar entre cerca de dois mil alunos na escola francesa onde ele estudou. Posteriormente, quando ele voltou para cá com o pai, o Salgado Filho, que era ministro da Aeronáutica, me telefonou, dizendo: “Tem um rapaz aqui

---

<sup>5</sup> Ecole Nationale d'Administration (Escola Nacional de Administração).

muito preparado, muito bom, mas eu não tenho, na Aeronáutica, lugar para ele. Aqui eu sou obrigado a botar os oficiais. Você não tem algum lugar?” Eu disse: “Olha Salgado, se é um homem assim, assim, eu preciso; até por coincidência, vagou o cargo de meu secretário. Eu aceitaria com prazer uma pessoa com essas qualidades que você está me dizendo.” Ele era afilhado do Salgado. Então, veio o Pio ser meu secretário. Eu vi logo que estava tratando com uma pessoa de outro preparo, de outro nível, e ele estava se preparando para fazer concurso para o Itamarati. Mas eu também era duro, então ele tinha que sair para ter umas aulas, e eu disse: “Muito bem, com uma condição. Você vai às aulas, mas você paga nas outras horas o tempo que esteve ausente. Você tem que voltar aqui e trabalhar essas horas.” E assim ele fez. Naturalmente, foi altamente classificado no Concurso do Itamarati, fez toda a carreira dele, hoje está aposentado. Mas, realmente, a situação brasileira era muito diferente da francesa. Aquela solução da ENA não serve para o Brasil, porque aqui o pessoal não tem preparo nenhum, isso eu verifiquei naqueles duzentos e tantos mil que eu examinei nos concursos do DASP. Então, eu achei que uma coisa extremamente necessária ao Brasil, para melhorar o serviço público, era pensar logo em uma escola da administração. E, naturalmente, quando se fala em administração pública, pensa-se também nas entidades privadas, que também precisam de gente competente. Hoje, em São Paulo, é rara a empresa de certa importância que não tem um, dois ou três ex-alunos da Fundação Getulio Vargas. Inclusive, pela América Latina, há cerca de 10 mil pessoas hoje, se é que não morreram alguns, que fizeram cursos na Fundação Getulio Vargas. Então, eu comecei a imaginar a criação de uma entidade destinada a melhorar o nível intelectual dos brasileiros no campo das ciências sociais, e com preponderância para a administração pública, privada e outra coisa que está muito ligada à administração, e muito necessária, porque não havia no Brasil, praticamente, a economia. Quando nós pegamos isso, havia um economista de valor no Brasil, mas que era um diletante, um homem que aprendeu... Ele era engenheiro, depois deu para estudar economia, um homem altamente inteligente, que era o dr. Eugênio Gudín. Aliás, um dos fundadores da Fundação e membro do nosso Conselho, e que aqui morreu com mais de 100 anos de idade. Então, nós, com ele, conseguimos trazer uma escola que estava em quebraadeira aqui no Rio, mas com bons professores, inclusive o Bulhões, o Gudín etc. para a Fundação Getulio Vargas. E melhoramos a Escola, demos um outro aspecto imediatamente diferente, escolhemos as melhores pessoas que havia, começamos a melhorar a nossa biblioteca para as pessoas poderem estudar economia. E, na realidade, foi quem criou inclusive esse grupo de economistas que eu vi discutindo ontem, aqui, os planos do governo, com o Mário Henrique Simonsen. Muito interessante a reunião, gente toda formada por iniciativa da Fundação Getulio Vargas; se não se formaram aqui, foi em outra escola nossa. Hoje tem excesso de escolas de

economia, só que são muito fracas. Então, a Fundação abriu mão da sua escola de economia que dava curso de graduação, passou-a a outras mãos, e nós fizemos aqui um curso de pós-graduação em economia, já para economistas. Mas a ignorância é tão grande que já temos tido candidaturas de até 500 economistas para 20 vagas, porque a Fundação abre 20 vagas por ano. Para arranjar os 20 na categoria que se deseja, desses 500, 300 ou 400 é difícil, tão ruim é o ensino aí fora da Fundação Getúlio Vargas. Mas, realmente, o pessoal que é escolhido e que faz os cursos de pós-graduação dirigidos hoje... aliás, desde o princípio... O maior economista que tem no Brasil é, incontestavelmente, o Mário Henrique Simonsen. Tem formação no estrangeiro, é um homem altamente inteligente, autor de vários livros. Infelizmente alguns eu não posso entender porque são pura matemática superior, e eu não sei matemática superior. Então, daí a idéia da criação de uma entidade destinada ao estudo das ciências sociais, com ênfase na administração e na economia. Nós conseguimos isso, a escola da Fundação... Para fazer essas escolas de administração, eu consegui duas coisas diferentes. Primeiro, uma comissão mandada pelas Nações Unidas, excelentes professores, capazes entre eles, porém não havia unidade de pensamento. Eu verifiquei que, como os currículos das escolas de administração dos Estados Unidos, por exemplo, eram muito diferentes uns dos outros, cada um tinha uma idéia diferente. E achei que eu não vinha para cá para discutir a maneira de ensinar administração, mas sim para fazer o ensino, fazer uma boa carreira de administradores. Para isso, recorri às Nações Unidas e obtive, gratuitamente para a Fundação, essa equipe de professores. Esses professores pessoalmente eram... Mas um era da África do Sul, outro era francês, outro era alemão, outro da Bélgica e por aí ia – eram mais ou menos 10 pessoas –, não serviam bem para o que eu queria. Eu queria uma gente que tivesse mais ou menos a mesma orientação no sentido do ensino da administração pública e da administração privada. Então, graças a este grande homem que foi presidente dos Estados Unidos, o Kennedy, cujo busto e o nome estão colocados, em São Paulo, na nossa escola de administração... Foi graças àquele dinheiro que o Kennedy deu aos países latino-americanos – inclusive o famoso dinheiro do trigo, para pagar em 40 anos e que se transformou em doação – que eu consegui fazer esta obra que está aqui e as escolas de São Paulo. E comprei alguns terrenos aqui ao lado também, com o dinheiro da Fundação. Mas aí aconteceu uma coisa muito boa: tive uma missão para a Escola de Administração Pública, vinda de uma universidade dos Estados Unidos famosa pelos seus cursos. Veio uma equipe de 10 pessoas que ficaram cerca de 10 anos aqui na Fundação. E uma equipe para a Escola de Administração de Empresas, de uma outra universidade, também famosa, que durou também 10 anos, com cerca de 10 pessoas. Nesse meio tempo eu fiz concursos, selecionei professores e mandei esses professores fazerem cursos nas universidades com as quais eu estava ligado. Então

a substituição foi se dando depois, normalmente; os alunos que vinham dos Estados Unidos iam assumindo as cadeiras que os americanos deixavam. Dessa forma eu criei no Brasil a coisa mais moderna que havia, tão moderna quanto eles tinham nos Estados Unidos. Não custou nada para a Fundação porque o governo americano tinha aquele tal programa feito pelo grande presidente Kennedy...

C.P. - O Ponto IV, não é?

S.L. – É, o Ponto IV. Eu tive o grande prazer e honra de surpreender a embaixada americana aqui, porque quando comuniquei eles ficaram até comovidos, foram assistir a inauguração da Escola, com o busto e o nome dele. E contra a opinião dos brasileiros que me diziam: “Mas você vai botar o busto de um americano aqui? Esses estudantes vão quebrar esse busto, vão ficar contra a Fundação Getulio Vargas...” E eu disse: “Pois se ficarem, eu venho para cá defender o busto, defender o nome dele.” Mas não aconteceu nada disso. Houve uma recepção perfeita para tudo isso, houve a festa de inauguração – já faz 30 anos – e está funcionando muito bem. E a Escola vai muito bem, é a única escola da Fundação que é mais ou menos auto-suficiente do ponto de vista financeiro.

C.P. - Dr. Simões, qual foi o papel do Estado na criação da Fundação Getulio Vargas?

S.L. - O papel do Estado foi o seguinte: o presidente Getúlio assinou um decreto autorizando – decreto feito por nós – o presidente do DASP a promover a criação de uma instituição destinada a isso assim, assim, e de maneira tão ampla que eu podia escolher o que eu quisesse: uma fundação, uma empresa... Eu, que achava que o Estado não podia se ausentar disso mas ao mesmo tempo não devia ser um organismo claramente estatal, dei uma forma um pouco dupla, porque criei, ao mesmo tempo, uma Assembléia Geral. Falei com cerca de 500 pessoas da melhor situação no Brasil, trezentas e tantas concordaram em pagar uma contribuição para serem membros da Assembléia Geral. Portanto uma instituição que parece privada, porque é dirigida... O órgão supremo aqui é a nossa Assembléia Geral, que vai se realizar agora em abril a próxima. Essa gente toda...

[FINAL DA FITA 4-A]

S.L. - (...) a criação da Fundação. E até hoje eu realizo – vamos fazer 46 anos de vida –, anualmente, a nossa assembléia geral, onde apresentamos as nossas contas e eles examinam, são eles que elegem o presidente, os conselhos etc. Mas a minha idéia íntima era que um dia essa gente ia compreender a importância de uma instituição assim que... Aliás, governo e público em geral sempre respeitaram, a não ser naqueles dramas iniciais da Fundação, quando caiu o presidente Vargas, que eu já contei. Mas os governos nunca me incomodaram na Fundação, ao contrário, sempre me apoiaram, ajudaram, e o público em geral também. Até 1980 tudo ocorreu bastante bem. A verdade é que nós conseguimos o respeito, a estima da população da cidade que sabe que nós estamos aqui, mais ou menos 30 pessoas, trabalhando esse tempo todo, sem ganhar dinheiro nenhum, apenas para prestar um serviço ao país. E eu acho que a idéia foi feliz, porque nós temos... Essas trezentas e tantas pessoas que iniciaram a Fundação, como membros da Assembléia Geral... Muitos já morreram, já desapareceram as firmas, mas outras pessoas entraram, a convite nosso, e nós temos outra vez cerca de trezentos e tantos. Temos tido sempre mais ou menos esse mesmo número na nossa Assembléia Geral. Eu fiquei meio desanimado foi com a escola de São Paulo, que já contei o que aconteceu. Quer dizer, fiz uma conferência lá, que durou quatro dias, com 400 empresários paulistas, propondo a criação de uma escola de administração de empresas. E não só eles concordaram com tudo e assinaram documentos, como as duas entidades de classe, a Federação da Indústria e a Federação do Comércio, foram comigo à presença do dr. Getúlio Vargas declarar oficialmente que as duas entidades manteriam a escola. Nesse meio tempo veio o drama de 45, caiu o presidente Vargas, e eles mudaram de opinião. Porque o fato é que nunca deram nem um centavo, nem os empresários, nem as entidades de classe. Mas a Fundação conseguiu um apoio do governo do estado, apesar do governo do estado ter as suas universidades, e fizeram um acordo, que agora foi refeito, ainda este ano, apoiando a escola, dando uma certa contribuição, com a condição de nós fazermos, também em São Paulo, um curso de administração pública, o que nós fizemos. Então, na realidade, lá a escola faz dois cursos: administração pública e administração privada e, diferente da nossa, não é pós-graduação, é graduação. Eu acho que, no futuro, à medida que melhorar o ensino da administração de empresas em São Paulo, poderemos transformar nossa escola lá em uma escola de pós-graduação. A Fundação deve ficar nos mais altos níveis de ensino que houver no mundo inteiro. O Brasil um dia há de ser alguma coisa nesse mundo, e para isso precisa preparar gente. Porque sem gente competente não se faz nada. Eu consegui fazer alguma coisa no DASP porque escolhi e melhorei muito o pessoal através de cursos no Brasil e, principalmente, no estrangeiro. Mas no DASP eu tinha um curso de administração que tinha 8 mil alunos, para quem não podia ir para o estrangeiro. Então, eu acho que a idéia foi boa, foi feliz. Estou aqui esses anos todos,

trabalhando, não tenho absolutamente nenhuma idéia que possa reprovar a minha atitude. Ao contrário, acho que fiz muito bem, que o tempo foi muito bem aproveitado e que vou morrer satisfeito, porque esse grande sonho eu consegui realizar. Agora, se ele vai para adiante ou não, não sei, porque eu não tenho força política para dar uma segurança maior à Fundação Getulio Vargas. Nunca fui político, não tenho vocação para política e quando vi o que era a política de perto, com aquele grande drama em que estivemos envolvidos meu pai e eu, fiz uma promessa a mim mesmo: nunca serei político. Meu pai também nunca devia ter sido, não tinha vocação política, ele gostava era de estudar as coisas e não podia suportar aquelas crises políticas que os políticos mais competentes suportam muito melhor. E eu fiquei ainda com uma mágoa muito grande: aquilo que aconteceu com ele – que já era um homem velho, que esteve preso oito meses – devia ter acontecido comigo, que era moço e podia enfrentar aquilo muito melhor que ele. Mas não aconteceu, eu fiquei preso pouco tempo e ele ficou oito meses. Eu saí em defesa da vida dele, porque ele seria apunhalado na situação em que estava. Quando eu vi aquela cena, ele agarrado por trás, por outras pessoas, o outro adversário, que era o deputado Sousa Filho, de punhal se aproximando do meu pai, eu entrei no meio, ataquei-o de bengala. A minha bengala era fraca, quebrou-se, e ele ficou marcado na cara com a bengalada que eu dei na cabeça dele. Mas aí ele se virou sobre mim e veio... eu fui me defendendo com o resto da bengala que ficou na minha mão... e ele de punhal... Nesse livro que saiu agora sobre o Vargas confirmam o que eu falei, que alguém que estava ali devia ser um polícia secreta, ou vários... Não sei se foi verdade ou não, naquele burburinho não posso dizer se foi verdade, mas eles confirmam uma coisa que já se dizia naquela época, que me passaram uma rasteira. Eu ia me defendendo, ia recuando para me livrar do punhal dele... Ele era um homem valente, perigoso e aí, nesse meio tempo, se me passaram a rasteira ou não, não sei, sei que caí no chão, meu revólver, que estava no cinto, que eu estava tirando, foi parar longe de mim, a metros de distância, e ele, naturalmente, veio de punhal em cima de mim. E teria me matado se meu pai não tivesse dado dois tiros nele. Desfez-se daquela gente e atirou nele, deu dois tiros e matou o Sousa Filho. Aí se deu aquele drama todo e meu pai... A polícia o cercou e ele disse: “Matei. Ele quis matar meu filho, eu o matei. E mato o primeiro que quiser me atacar.” Aí eles recuaram, saímos com alguns deputados, entre os quais o Lindolfo Collor que foi um dos mais úteis a nós; João Neves da Fontoura também nos acompanhou; Domingos Mascarenhas, que era um deputado de Bagé; e, se eu não estou enganado, o Plínio Casado. Mas enfim, saímos. E quando chegamos na porta da Câmara para sair, fomos presos pela polícia. Mas isso é um incidente. Eu estou lhe contando isso para você saber o que é que se passou. Aí fomos julgados e fomos absolvidos unanimemente, aliás duas vezes, porque o promotor recorreu. Fomos para o Rio Grande do Sul, já para tomar parte na

revolução que nós sabíamos que havia de vir, e tomamos. Meu pai veio com o dr. Getúlio... O dr. Getúlio mandou um avião pegá-lo em Pelotas, levou-o para Porto Alegre, lá ele se incorporou ao dr. Getúlio, tomaram um trem e foram para as linhas de frente como ele já tinha feito na proclamação da República. Meu pai era mocinho, mas era líder republicano, tomou parte também. E eu fiz o que eu podia fazer, às cinco horas da tarde do dia 3 de outubro eu estava com outros 200 jovens como eu, cercando o quartel do Exército em Pelotas. De maneira que... Depois não tem mais nada de importante para te dizer.

C.P. - Está bom, vamos parar aqui.

[FINAL DA FITA 4-B]\*

*3ª Entrevista: 24.04.1990*

C.P. - Dr. Simões, hoje vamos falar sobre a criação da Fundação Getúlio Vargas. Eu gostaria que o senhor falasse sobre os princípios iniciais que nortearam a criação da Fundação.

S.L. - Bom, os princípios eu acho que, em parte, eu já expliquei, quando contei a minha longa experiência de cerca de 10 anos de DASP, e desde que fui presidente da Comissão de Reforma Administrativa, em 1936. Daí resultou, como eu já falei, o projeto de lei que depois se transformou na Lei 284, votada pelo Congresso. Embora muitas emendas tenham sido apresentadas à lei, evidentemente isso mexia com todo o funcionalismo público, e a pressão era muito grande. Inclusive naquele tempo o dr. Getúlio Vargas estava regido pela Constituição de... 37, não é?

C.P. - Não, de 34.

S.L. - 34, é. Estava o Congresso de pé ainda e... Mas o fato é que havia uma pressão muito grande no Congresso, dos deputados, esses famosos políticos brasileiros, que em sua grande maioria só querem se locupletar, e não querem saber de fazer nada que seja do interesse do país. Então, naturalmente, a nossa lei foi muito emendada, e esse grande número de emendas nós conseguimos resolver na própria Câmara.

C.P. - Mas emendadas com o objetivo de quê?

---

\* A fita 4-B não foi gravada integralmente.

S.L. - Com o objetivo de fazer favores a determinadas classes de funcionários, a determinados parentes de deputados ou amigos deles. Enfim, eram emendas eleitoreiras na sua grande maioria.

C.P. - Mas elas chegavam a deformar a lei?

S.L. - Elas deformavam a lei, é claro, mas nós conseguimos liquidar muitas delas na própria Câmara dos Deputados. Nos entendemos com várias pessoas da Câmara e conseguimos derrubar essas leis na própria Câmara, mas outras tinham “pistolões” muito grandes, grupos interessados, e o projeto que veio da Câmara era diferente do nosso. Aí nós usamos um sistema que foi o seguinte: pegamos as emendas que não eram aproveitáveis, na sua imensa maioria, e colocamos todas juntas em um determinado ponto da lei, artigo tal... Foi decidido assim e repetimos com todas as emendas que foram aprovadas pela Câmara; depois propusemos ao dr. Getúlio Vargas que vetasse esse artigo e ele vetou. De maneira que a nossa lei saiu límpida, limpa dessas porcarias todas de politicagem dos deputados. E esta foi uma lei muito importante, foi a que estabeleceu no Brasil o sistema do mérito, como já vinha funcionando há longuíssimos anos nos países mais adiantados; começou na Inglaterra, muitos anos depois nos Estados Unidos... E aí esta lei criou o Conselho Federal de Serviço Público Civil, uma coisa parecida com a Civil Service Commission, dos Estados Unidos. Essa instituição foi criada, o dr. Getúlio me convidou para presidente, fui presidente do Conselho e escolhemos os membros, que eram funcionários muito bem qualificados nos seus setores. E funcionou razoavelmente bem. Primeiro tivemos que examinar um número enorme de pedidos das diferentes classes de funcionários para alterar a lei aqui e ali; fizemos esses exames todos e, de um modo geral, não aceitamos as sugestões dos funcionários porque eram sempre no sentido de dar apoio a determinadas categorias de funcionários, minorias etc. Mas enfim, terminado este primeiro embate, fizemos o primeiro concurso público. Nesse meio tempo, veio a Constituição de 37, já em outras condições, porque o Departamento Administrativo do Serviço Público, o DASP, foi criado na própria Constituição, e com poderes muito maiores do que tinha o nosso Conselho Federal de Serviço Público Civil. Era um órgão criado junto à Presidência da República, responsável pelo Orçamento Geral da República etc.

C.P. - O DASP fazia o Orçamento, contratava pessoal, controlava o material, patrimônio, tudo isso?



S.L. - Patrimônio não. O DASP foi organizado para atender aquele dispositivo constitucional. Eu também fui convidado para presidente do DASP e fiz uma organização, evidentemente, muito melhor do que a que eu tinha. Toda a parte administrativa do governo, pessoal, material, Orçamento, isso tudo cabia ao DASP supervisionar; fazer o Orçamento, projetar o Orçamento... Passou a ser um órgão da Presidência da República, como era normal que fosse sempre, e não do Ministério da Fazenda, não havia porquê. Então, organizamos o DASP e tinha... A Divisão de Material trabalhou muito bem. Começamos pela especificação e uniformidade de todos os materiais usados no serviço público. Fizemos um trabalho que, realmente, foi muito bonito porque classificamos todos os materiais, eram mil e muitos os materiais especificados. Então, você só podia comprar material para o serviço público dentro daqueles princípios. Isso deu um resultado extraordinário, inclusive um resultado econômico, porque as fábricas já faziam o material... Por exemplo, cadeiras, mesas, isso ou aquilo, eram sempre as mesmas. Claro que havia a Comissão de Compras e essa comissão, aliás, era muito bem organizada e funcionava muito bem. Havia um grande elemento lá, que dirigia todo esse trabalho, era um engenheiro muito ilustre, foi até ministro de Estado, esse... Mas, então, com o sistema de fazer esse trabalho que nós fizemos no DASP, os preços baixaram enormemente, porque aí o governo passou a ser um excelente foco de venda para os fabricantes, industriais. Já faziam os móveis de acordo com as especificações feitas pelo DASP. A concorrência também era muito mais fácil, porque você não podia comparar essa mesa com outra completamente diferente, mas podia comparar muito bem se houvesse uma especificação completa da mesa, da cadeira, de tudo que se usava no serviço público. Isso baixou muito os custos e os preços para o governo. E depois era outra coisa, você entrava em uma repartição, era uma beleza, tudo era igual, não havia diferença. Inclusive aqueles ministérios que tinham o hábito, como têm hoje, de comprar coisas luxuosas para os seus gabinetes, forrar de tapete, tudo isso acabou, completamente. Quer dizer, o sujeito tinha que ter uma coisa limpa, decente e modesta. Nós não admitíamos nada de luxo dentro do serviço público e era também o ponto de vista do presidente, que era o dr. Getúlio. O dr. Getúlio era muito econômico. Quando ele entrou no governo, perguntou quanto ganhava um presidente da República. Disseram a ele que era, naquele tempo, uns 20 contos, ele disse: “Então, eu que estou entrando agora, ganho 10.” E era tão econômico que... Geralmente nós éramos funcionários de outros ministérios, o pessoal que trabalhava com ele; eu, por exemplo, era antigo funcionário do Ministério da Agricultura, recebia uma gratificação para completar o meu salário. O meu salário era fixo, tanto por mês. Uma vez, passados anos que eu estava no gabinete com ele, recebi uma promoção no Ministério e passei a ganhar mais 200 mil réis. Ele, imediatamente, mandou cortar 200 mil réis da minha gratificação, e me disse isso. Eu disse: “Eu acho muito bom. Estou de

pleno acordo.” Ele era muito econômico. Acho que já contei que uma vez ele me disse que os automóveis do palácio estavam gastando muito dinheiro e eu disse: “Não pode ser dr. Getúlio, porque o palácio não tem quase automóvel nenhum, o palácio tem quatro automóveis. Tem um que o senhor usa muito raramente, que é para as paradas, um carro aberto para ir às paradas, essas coisas...” Tinha outro que só transportava ele, tinha um carro para toda a Casa Civil e outro carro para toda a Casa Militar, e só em serviço. Ele disse: “É, mas estão gastando muito dinheiro. Você fica encarregado de verificar isso.” Foi uma coisa chata para mim, porque eu passei a fiscalizar cada um desses automóveis, da Casa Civil, da Casa Militar. Eu calculava, via a quilometragem, quantos quilômetros andou, quanto gastou de gasolina, quanto gastou de óleo, pneumático, tudo isso. De fato, com esse cuidado que eu tive, baixaram as despesas. Mas, no fundo, era uma coisa modesta, porque quatro automóveis para o palácio... Hoje deve ter 200, sei lá quantos.

C.P. - Agora, qual a relação que foi feita entre o DASP, a sua experiência na administração do DASP e a sua proposta de criar uma fundação como a Fundação Getulio Vargas?

S.L. - Pois é. Então, no DASP, eu fiz uma verificação muito grave e que muito me preocupou. Nós tivemos, naquele tempo, mais de 200 mil candidatos, homens e mulheres, aos diferentes concursos que abrimos pelo país afora. E isso é que é democracia, é fazer concursos, o resto é conversa fiada. Desses duzentos e tantos mil candidatos, nós só aprovamos 10%. Então, o que queria dizer isso? Que 90% não tinham nenhuma condição para fazer concurso nenhum, porque eram muito ignorantes. Os nossos concursos eram difíceis, eram sérios, mas também não eram uma coisa assim só para gênios. Eram de acordo com a cultura geral no país, mas boa cultura. Então, isso provava o seguinte: que não havia no país gente com competência para fazer concurso nenhum. Aí me surgiu a idéia de criar uma instituição para preparar gente, naturalmente de alto nível, para fazer os concursos. Os concursos no serviço público eram os mais variados, fazíamos concursos para engenheiro, médico, advogado, para tudo. Nós não podíamos fazer uma instituição para cuidar de todos os problemas do país, mas escolhemos as ciências sociais, com ênfase em duas partes muito importantes para nós, que eram a administração pública e privada, e a economia.

C.P. - Por que exatamente esses dois campos?

S.L. - Porque esses eram os que diziam mais respeito aos problemas do DASP.

C.P. - Do DASP ou do Estado?

S.L. - E do Estado, porque nós éramos responsáveis pelo Orçamento, estreitamente ligados aos problemas econômicos do país, ligadíssimos. Eu precisava ter gente capacitada para fazer essas aproximações. Mas, ao mesmo tempo em que se fazia isso, tomei muitas outras providências, inclusive mandei muita gente para o estrangeiro para fazer cursos nos Estados Unidos, fazer cursos na Europa...

C.P. - Mas na época do DASP ou da Fundação?

S.L. - Na época do DASP. Inclusive, obtive uma lei do dr. Getúlio pela qual nós podíamos mandar 200 funcionários por ano para fazer cursos no estrangeiro. Naturalmente que esses funcionários eram muito bem escolhidos. Escolhíamos os melhores para irem para o estrangeiro.

C.P. - Mas o senhor sentiu uma dificuldade muito grande de administrar a máquina do Estado?

S.L. - Ah, difícilimo, porque não havia gente competente. Por exemplo: problemas de pessoal, ninguém sabia nada no Brasil; problemas de material, ninguém sabia nada; problemas de Orçamento, ninguém sabia nada. Então, nós tínhamos essas divisões todas no DASP, com ênfase em pessoal, porque nós tínhamos uma divisão relativa à organização do serviço público. Cuidava-se da parte da organização da estrutura do serviço público. Tínhamos várias divisões cuidando do problema de pessoal. Tínhamos uma divisão de pessoal de carreira, das carreiras propriamente criadas por lei no serviço público. E como havia uma grande massa de funcionários que não faziam parte das carreiras, mas que já estavam no serviço público há longos anos, nós criamos uma segunda categoria, o pessoal contratado. E esse pessoal contratado era para funções mais simples, por exemplo, datilografia, essas coisas. Mas todos submetidos a concursos.

C.P. - O senhor sentiu que o método do concurso não era praticamente suficiente para selecionar quadros para o Estado. O senhor teve que formar para, depois, passar em concurso.

S.L. - Exatamente. Isso tornaria muito lenta a modificação do serviço público, porque para mudar esse funcionalismo... É como hoje, se você quiser mudar essa gente que está aí, que é muito pior do que aquela que nós encontramos porque essa é toda nomeada por pressões

políticas, exclusivamente, não tem ninguém escolhido pela sua competência, isso não existe no serviço público de hoje. Naquele tempo era também em grande parte assim, mas havia ainda um certo respeito. Porque eu que fui revolucionário em 1930, achava a situação do governo péssima – já era funcionário público em 30 –, percebi que era, na realidade, muito pior, depois que eu entrei para o DASP. Antes entrei para o Conselho Federal de Serviço Público Civil, depois para o DASP. Eu penetrei profundamente em como era organizado o serviço público. Por exemplo, quando eu quis organizar os quadros, encontrei 20 mil pessoas que estavam no serviço público há longos anos, alguns há 15 anos ou mais, e não tinham sequer decretos de nomeação. Eles próprios não sabiam como ingressaram lá. Evidentemente, era uma fraude que se fazia naquele tempo. Criavam uma verba no Orçamento, depois admitiam aquelas pessoas meio por baixo do pano, mas essas pessoas já estavam no serviço público há longos anos. Então nós achamos que não devíamos demiti-las do serviço público, principalmente alguns que até pela prática, pela experiência, eram pessoas úteis. E o que tinha para manobrar o governo era aquela gente, então não podia demitir todo mundo. Geralmente, os que não tinham qualificação, passaram para extranumerários, como nós chamamos. Havia os funcionários e os extranumerários, e tinha também, como ainda hoje tem e é necessário ter no serviço público e na vida privada, gente diarista, para fazer certos trabalhos. Não se contrata um sujeito pelo resto da vida para o serviço público para fazer um trabalho que dure uma semana, 15 dias, ou um mês. Então, nós organizamos várias categorias, mas submetemos todas as categorias a uma fiscalização completa. Nós não tínhamos computadores naquele tempo, mas se você me dissesse: fulano de tal, em cinco minutos ia lá nos nossos quadros, pegava o nome dele, e encontrava a vida dele toda; como ele entrou, como foi promovido, em que data, como passou de um lado para outro etc. Conhecia a vida de cada um deles. Como eu disse, havia 20 mil pessoas que estavam no serviço público sem ato de admissão nenhum. Como é que eles estavam lá? Mas estavam, recebiam seu salário. Então, o dr. Getúlio Vargas teve que assinar 20 mil decretos para regularizar a situação desta gente no cargo em que eles estavam, de maneira a poder organizar as carreiras, como fizemos. Botamos os funcionários todos em carreiras. Foi um trabalho tremendo! Nós levamos oito meses com uma equipe de gente muito boa e o dr. Getúlio nos cedeu o segundo andar do Palácio do Catete para fazer isso – ele morava no Guanabara –, e nós nos instalamos lá. Eu era o chefe daquilo, mas tinha outras funções também, então eu entrava lá a qualquer hora. Às vezes eu ia a um jantar, a uma cerimônia, uma coisa assim... Eu me lembro que uma vez eu até saí de um jantar com o dr. Getúlio, não me lembro em que embaixada, fui chegar lá quase uma hora da manhã, porque eu tinha que trabalhar. Quando tudo foi-se apertando, eu tinha equipes que trabalhavam seis horas por dia, rigorosamente. Quer dizer, uma entrava às seis horas da manhã,

terminava ao meio-dia; outra entrava ao meio-dia, terminava às seis horas da tarde; outra entrava às seis da tarde, terminava à meia-noite; e outra entrava à meia-noite e terminava às seis da manhã, para poder dar conta daquele trabalho todo. Então eu, às vezes de casaca, de onde estivesse corria para lá, para ver como estavam os trabalhos, e ficava lá até duas, três horas da manhã discutindo com eles, para organizar aquilo. E realmente fizemos um trabalho muito bom. Esse trabalho foi a classificação de todos os funcionários públicos, a sua colocação em carreiras próprias, e tínhamos que criar uma coisa que era bastante difícil porque nós não queríamos aumentar a despesa. Nossa preocupação era guardar mais ou menos a despesa que já se fazia, não passar muito daí, porque se pudesse gastar mais dinheiro teria sido melhor o trabalho, poderíamos fazer carreiras melhores etc. Mas não podia, porque não havia recursos. O dr. Getúlio se preocupava muito, e nós também, em não fazer orçamentos deficitários, então nós tínhamos que cuidar muito desse trabalho. Depois tivemos que transformar aqueles milhares, cento e tantas mil pessoas, em carreiras conforme o ministério onde eles estavam, o que eles faziam... Analisar tudo isso, o que cada um deles fazia. Tinha gente completamente fora das suas profissões, tinha médico há 20 anos ganhando no Ministério da Fazenda como marinheiro. Então se dizia: marinheiro fulano de tal; você ia ver, era um médico, no ministério. É que não tinha vagas de médico, mas, por um lado, eles procuravam muito o serviço público porque não havia tantas possibilidades de emprego fora, e, por outro lado, era necessário um médico, realmente, naquele... Não tinha vaga de médico, nomeavam ele para marinheiro do Ministério da Fazenda. Eu encontrei vários marinheiros que eram médicos. Então, tinha que mudar essa gente toda, classificar novamente, fazer uma outra carreira diferente para ele. Eu não vou tratar um médico... Se eu quero realmente exigir trabalho dele, não vou tratar um médico como se trata um marinheiro da alfândega, e assim por diante. Mas foi um trabalho altamente difícil, penoso e que nos deu uma imensa luta, uma campanha... Tudo isso debaixo das pressões dos interessados, que faziam uma pressão tremenda, direta ou indireta. E houve um momento em que o dr. Getúlio criou aqueles representantes de classes no Congresso e havia representantes dos funcionários públicos. Era um inferno lidar com esses deputados. Eram três, parece. Um deles era um coitado, um triste sujeito, aquele famoso Barreto Pinto. Sabe quem é?

C.P. - Sei, lembro-me.

S.L. - Saiu uma fotografia dele de casaca e cuecas por baixo, tiraram um retrato completo dele e publicaram em uma revista. Foi até cassado, acho, de deputado. Esse era um dos deputados. Foi uma luta muito grande, mas nós conseguimos fazer um novo Orçamento para o país, porque o

Orçamento era uma coisa inteiramente antiquada, que ninguém entendia e que se prestava a essas fraudes todas, porque botavam uma verba lá para pessoal, em tal lugar assim... Eles preenchiam sem fazer ato nenhum de admissão, sem dizer o que o sujeito era nem o que o sujeito ia fazer, nada. Isso antes do DASP. Tudo isto era muito empírico no governo. Por exemplo, o Orçamento da República era feito, antes do DASP tomar conta do Orçamento... Aliás, antes de eu ocupar a presidência da Comissão do Orçamento no Ministério da Fazenda, que o dr. Getúlio me nomeou, naturalmente, não havia propriamente nenhum trabalho sobre o Orçamento. Quando o DASP tomou conta, passaram a aparecer relatórios enormes e completos sobre o Orçamento, o que se tinha feito etc. Eu acho que já está gravado, penso que já contei o que se passou aí. Quer dizer, a Constituição de 37, que criou o DASP, dizia que o Orçamento seria feito pelo DASP. Em outras palavras, pelo presidente da República, porque o DASP era da Presidência da República. E aquele Orçamento que era feito no Ministério da Fazenda era feito por pessoas boas, corretas – o chefe do gabinete do ministro da Fazenda, que era quem fazia essas coisas, era muito trabalhador –, mas evidentemente não eram pessoas habilitadas para tratar desse assunto. Muitos dos funcionários que eu mandei para os Estados Unidos, por exemplo, foram estudar Orçamento, que é uma coisa muito complicada. E na Fazenda havia uma comissão – que supostamente devia fazer o Orçamento mas, na realidade, essa comissão não fazia nada, eram pessoas que recebiam gratificações porque eram pessoas graduadas do Ministério da Fazenda, não tinham o que fazer com elas –, a Comissão de Orçamento...

[FINAL DA FITA 5-A]

S.L. - (...) eu tinha uma boa impressão dele, mas evidentemente não era uma pessoa conhecedora dos problemas orçamentários. Então, a própria estrutura do Orçamento era inteiramente errada e antiquada, e eu fui nomeado para a presidência da Comissão. Quando chegou o fim do mês eles me apresentaram uma lista de gratificações, e eu, naturalmente, era o que recebia a maior, porque eu era o presidente da Comissão, e eles todos recebiam gratificações. Quando eles disseram para eu assinar, eu disse: “Não, não assino, porque eu não vou receber gratificação nenhuma daqui, mas vocês também não. Vocês não fazem nada, são funcionários com seus salários no Ministério da Fazenda, não há porquê receber uma gratificação por um trabalho que na realidade não é feito, vocês sabem, propriamente por vocês.” E eles ficaram muito indignados, pediram demissão. Foi uma beleza para mim, era o que eu desejava. Todos pediram demissão, ficaram três só.

C.P. - Como o senhor gosta.

S.L. - É. E eles, que não faziam anda, não sei que fim levaram, porque eu os devolvi ao Ministério da Fazenda. Sei lá o que o Ministério fez daqueles inúteis. Então, comecei a escolher pessoas boas, estudiosas, competentes para ver se começava um estudo sério do nosso Orçamento, que é uma coisa bastante complexa. Anos antes disso tudo eu visitei a Civil Service Commission, nos Estados Unidos, e o Bureau of the Budget, também nos Estados Unidos, e vi como fazer um Orçamento correto era um negócio muito mais complicado do que aqui se pensava. Então, peguei os melhores elementos que consegui aqui e fomos formando gente, mandando para fora também, e apresentamos, em pouco tempo, um novo modelo orçamentário, muito mais claro, mais verdadeiro e objetivo. A pessoa não podia estar enganando e botando assim: despesas não sei do quê... sem você saber o que é... Tudo aquilo era muito especificado. E até aconteceu uma coisa curiosa que eu nunca encontrei uma explicação para isso. É que nós fizemos um Projeto de Orçamento, mandamos ao presidente, o presidente assinou e mandou – ainda era o Congresso, estava ainda em vigor o Congresso, foi antes de 37 porque a Câmara estava reunida... Faz tantos anos isso que a gente esquece um pouco das datas. Mas o fato é que o Ministério da Fazenda que, na realidade, não podia fazer outro Orçamento, fez; mandou outro Projeto de Orçamento. Então a Câmara dos Deputados ficou com dois projetos orçamentários, um mandado por mim, outro mandado pelo Ministério da Fazenda. O presidente da Comissão de Finanças da Câmara era o deputado João Simplício, que é do Rio Grande do Sul, um que foi secretário da Fazenda do dr. Getúlio quando ele era governador. Um dia, ele abriu uma discussão em torno do assunto, nos convidou, e me deu a palavra. Fiz uma explicação do que era o nosso Orçamento, não procurei atacar em nada o Ministério da Fazenda, mas mostrei os inconvenientes que havia em aprovar um sistema completamente abandonado em qualquer país do mundo. E o fato é que, na Comissão da Câmara, os deputados votaram 100% pelo projeto nosso, contra, portanto, o projeto do Ministério da Fazenda, e foi adotado o nosso projeto. Aliás, era um contra-senso, porque o governo ter dois orçamentos na Câmara dos Deputados não faz sentido.

C.P. - Agora, dr. Simões, foram esses os princípios básicos, quer dizer, organização de um Orçamento, organização da parte do pessoal...

S.L. – É, a parte de pessoal era a mais importante. O DASP, como eu disse, tinha uma divisão de organização do serviço público, que era dirigida por uma pessoa muito competente, que era o

embaixador Briggs<sup>6</sup>. Tinha uma comissão de pessoal, a parte mais jurídica, porque havia muitas questões de pessoal, e a divisão de organização era dirigida pelo Briggs. As questões que surgiam entre as classes, os funcionários, que eram muitas, muitos requerimentos vinham ao presidente e essa divisão era dirigida pelo Lira<sup>7</sup>, um competente funcionário do Ministério da Fazenda, que foi, depois, Chefe do Gabinete do presidente da República. E tinha uma divisão para os concursos, para seleção de pessoal. Esta era dirigida também por um grande especialista, Murilo Braga<sup>8</sup> – morreu em um acidente de avião nos Estados Unidos – muito preparado, um homem que desde mocinho começou a estudar problemas ligados à educação. E naquele tempo, estavam começando, pelo mundo afora, as preocupações sobre a parte filosófica da vida humana, estava muito em voga, e ele era também muito especializado nisso.

C.P. - Essas pessoas o senhor encontrou no serviço público ou...

S.L. - Encontrei no serviço público, mas eu andei catando... E tinha uma divisão ainda que se ocupava do pessoal que não era das carreiras, como eu expliquei, que eram os extranumerários. Era uma massa grande de gente que nós encontramos, e essa era dirigida por um homem, que está vivo ainda, muito inteligente, muito competente, Mário Bittencourt Sampaio. Ele tinha sido diretor de pessoal na Central do Brasil, conhecia muito bem todo esse sistema de organizar, porque a Central do Brasil tinha milhares de funcionários. Por sinal, que eu me lembre, um diretor que o dr. Getúlio nomeou para lá, um engenheiro muito competente, examinou profundamente a situação da Central do Brasil e um dia disse que tinha 7.500 funcionários a mais, ociosos. Naquele tempo creio que eram 25 mil os funcionários da Central do Brasil, e ele achou 7.500 funcionários a mais. Então eles foram tirados. Os que tinham mais de 10 anos ficaram em disponibilidade, aguardando uma vaga em qualquer lugar do serviço público para serem aproveitados; os que tinham menos de 10 anos foram demitidos. Aqueles que tinham mais de 10 anos ficaram recebendo uma porcentagem do salário correspondente ao número de anos de serviço que eles tinham.

C.P. - Mas foi por causa dessas preocupações com Orçamento, pessoal, material, com a própria reforma do Estado, que foi feita durante a Revolução de 30 e principalmente depois, no Estado Novo, que o senhor ficou com a preocupação do conhecimento da administração e da economia?

---

<sup>6</sup> Moacir Ribeiro Briggs

<sup>7</sup> José Pereira Lira

<sup>8</sup> Murilo Braga de Carvalho



S.L. - Da administração. Eu achei que a administração pública estava estreitamente ligada aos problemas econômicos do país. Você não pode fazer uma administração muito superior ou muito inferior ao desenvolvimento econômico, tem que fazer uma coisa que não seja... Você não pode fazer, evidentemente, um serviço público como o americano, não se tem nem dinheiro para gastar com essas despesas, nem há necessidade. Uma das coisas, por exemplo, que nos preocupava muito no DASP: os ministérios faziam muitas propostas ao dr. Getúlio, especialmente já no Estado Novo, para criar organismos para isso, aquilo etc. E uma das coisas que nós, como conhecedores mais ou menos aprofundados do Orçamento da República dizíamos: “Bom, não há dinheiro para fazer isso. Então, por que vamos criar?” Como fizeram aqui, nesses governos atuais tinham vinte e tantos ministérios. Não tinham dinheiro para fazer nada, mas tinham para criar um ministério, uma porção de gente de gabinete, alugar casas, comprar automóveis para todo mundo andar. Para tudo isso eles tinham dinheiro, mas não tinham dinheiro para executar. Para que se cria um órgão público? É para fazer alguma coisa. Mas se não tem condições de gastar dinheiro nisso, não tem que ter o órgão. Isso acontecia muito, os ministérios faziam propostas de criar isso assim, assim... Mas onde é que está o dinheiro para aplicar? Então eles ficavam muito admirados quando nós fazíamos essa pergunta: “Mas qual é o dinheiro que vocês têm para aplicar? Onde é que vão arranjar o dinheiro? É no Orçamento? No Orçamento não pode, o Orçamento não tem condições de fazer isso.”

C.P. - Como é que se dava o problema do conhecimento? O senhor disse que teve muita dificuldade, não só de cooptar pessoas para organizar equipes, estudar o Orçamento, pessoal etc, como o senhor também teve muita dificuldade de selecionar pessoas em concursos. O senhor ficou, então, com uma preocupação com o conhecimento. Quer dizer, havia uma falha de conhecimento no país.

S.L. - Ah, muito grande, no país inteiro. Então, por exemplo, o DASP, naturalmente, fazia coisas como essa: concurso de oficial administrativo. Quem é o primeiro colocado no concurso? Astério Dardeau Vieira. Onde é que está esse cavalheiro? Foi nomeado para o Ministério da Educação. Então, eu o quero para o DASP. Fui ao ministério, falei com o diretor geral. Naquele tempo em todo ministério havia um diretor geral, e eu perguntei: “O senhor tem um funcionário, Astério Dardeau Vieira?.” Ele respondeu: “Ah, tenho.” E Eu: “Pois é. Eu venho lhe pedir para levá-lo para o DASP.” Ele retrucou: “Ah, não posso, ele é muito bom, muito competente. O senhor o conhece?” Eu disse: “Não, não conheço, nunca vi, mas sei que ele tirou o primeiro lugar no concurso. Então, eu o quero para o DASP.” Aí ele, naturalmente, não queria perde-lo e

disse: “Mas o senhor vai me tirar o melhor funcionário que tenho?” Eu disse: “É isso mesmo. Eu quero esse seu melhor funcionário para o DASP.”

C.P. - Aliás, eu acho que existe uma relação muito nítida entre esses primeiros concursados do DASP, a própria estrutura do DASP e, depois, a criação da Fundação Getúlio Vargas. Eu acho que reconheci alguns nomes: o Dardeau, Arízio... Foram todos concursados pelo DASP, não é?

S.L. - Todos. Porque a República Velha era mais ou menos como essa República. Era um pouco melhor, porque não pode ter coisa mais desmoralizada do que o serviço público de hoje, mas era muito desmoralizada... Por exemplo, o Benedito Silva, que é um talento, que naquele tempo devia ser muito melhor ainda porque era muito moço, fez concurso, em Goiás, para o Ministério da Fazenda, tirou o primeiro lugar, e nunca foi nomeado. O dr. Getúlio também não era obrigado a nomear na ordem de classificação, mas ele, pessoalmente, nunca desrespeitou a classificação. Ele ia nomeando na ordem da classificação no concurso.

C.P. - Como é que se deu a passagem... Quer dizer, como é que o senhor surgiu com a idéia de criar uma instituição como a Fundação Getúlio Vargas?

S.L. - E aí eu vi que era tal a falta de gente competente para poder trabalhar, que se tinha que fazer aquele esforço enorme que nós fizemos no tempo do DASP: mandar para o estrangeiro aquela gente toda, para estudar, e depois aproveitá-los, quando voltavam. Eu cheguei a ter um bom número de funcionários no DASP que estudaram no estrangeiro. Então, eu disse: “O país está precisando disso, de gente de alto nível com ênfase na administração e na economia.” Eu sabia que a Fundação não podia fazer tudo, fazer cursos aqui de filosofia, como seria muito bom porque quanto mais entidades você reúne em uma instituição como a nossa, mais você melhora o nível de toda a instituição.

C.P. - Quer dizer que o senhor sempre teve a idéia de concentrar em administração e economia?

S.L. - Administração e economia. São as coisas, para mim, fundamentais da Fundação.

C.P. - Como forma de conhecer melhor o próprio Estado?

S.L. - O próprio Estado, o próprio governo e o próprio país. Então, se tivesse uma equipe... Eu não tive essa maravilha toda, quer dizer, o pessoal do DASP não era todo extraordinário, mas era gente toda de boa categoria. Porque eu tinha uma facilidade que os outros, evidentemente, não tinham: eu podia tirar funcionário de onde eu quisesse, desde que o presidente autorizasse. Por exemplo, eu sabia que, se tinha um Dardeau Vieira – que eu nunca tinha visto –, primeiro lugar no concurso do DASP, então esse homem me serviria. Eles raciocinavam diferente, eles queriam sempre botar os parentes, os amigos, aquela coisa toda. O funcionário público brasileiro era assim, inclusive eu aprendi isso naquele tempo, às vezes eles pleiteavam muito... Os funcionários nem ousavam fazer essa proposta porque sabiam que não teriam maneira nenhuma de fazer, porque era contra a legislação, mas o pessoal extranumerário dizia: “Bom, mas eu preciso...” O sujeito ficava discutindo no DASP meses, para criar um determinado grupo de extranumerários para trabalhar na repartição deles. Diziam: “É absolutamente necessário etc.” Depois que eles cansavam de querer demonstrar, acabavam nos convencendo. Às vezes, quando chegava na hora de preencher os lugares, eles pensavam que iam preencher com os parentes, com os amigos, com os protegidos políticos, eu dizia: “Não, não tem nada disso. Nós criamos, mas vamos fazer concurso para isso.” Nunca mais aqueles chefes de repartição se interessaram em ter os funcionários. Na realidade, eles não tinham necessidade nenhuma. Eles queriam era nomear pessoas para o serviço público, como ainda é hoje a mania deles.

C.P. - Quer dizer, o senhor rompeu com um vício...

S.L. - Um vício que era gravíssimo, porque esses são os piores funcionários que há, é uma seleção inversa. Porque o sujeito indicado por questões políticas, geralmente é cabo eleitoral, é a pior gente que existe no mundo. Não existe gente pior do que essa, mais incompetente, mais vagabunda, e que recebe dinheiro. Nós éramos de um rigor tremendo. Por exemplo, um funcionário, mesmo de baixa classe, se um dia aceitasse uma gorjeta, não precisava pedir, era demissão a bem do serviço público. Nunca mais poderia entrar no serviço público, eles sabiam disso.

C.P. - Dr. Simões, o senhor teve uma premonição do final do governo Vargas? Como é que o senhor começou a criar a Fundação exatamente no final dos anos 40?

S.L. - Eu disse para o dr. Getúlio as seguintes palavras, que até hoje me lembro: “Olha dr. Getúlio, tudo está razoavelmente bem agora, está tudo em ordem, o governo está em ordem, o

Orçamento está funcionando muito bem, as questões de pessoal estão todas resolvidas, tudo. Agora, o senhor não tenha a menor ilusão, e o senhor deve saber disso melhor do que eu; na hora que o senhor sair do governo, isso tudo desaparece, porque os políticos não vão permitir isso. Eles vão voltar ao sistema antigo, quer dizer, só é nomeado quem tem “pistolão” político etc. Acabam com os concursos...” Foi exatamente o que aconteceu. Ele deixou o governo e assumiu o Linhares. O Linhares nomeou a família dele toda, para tudo quanto é cargo que você imaginar. Parece que foram mais de 20 parentes dele nomeados para o Itamarati, para aqui, para ali. Era um sujeito sem nenhuma classificação esse Linhares. Eu queria lembrar uma coisa, é que até fizeram uma brincadeira interessante com ele, não sei se já contei. Colocaram no Fórum um cartaz enorme dizendo: “Ficam convidados os parentes do senhor presidente da República, até o vigésimo grau, a comparecerem ao Palácio do Catete, às tantas horas do dia tal, sob pena de nomeação à revelia.” [risos] Porque era uma coisa tão escandalosa! Mas aquele sujeito, o presidente da República, não hesitou um minuto em fazer isto.

C.P. - Mas o senhor criou a Fundação no ano de 1944. O senhor praticamente previu a possibilidade de uma deterioração do trabalho que o senhor havia realizado no DASP.

S.L. - Ah, eu previa, eu achava que isso ia acontecer. Qualquer que fosse a solução, o dr. Getúlio deixando o governo porque teria feito eleições para escolha de um substituto, qualquer coisa... Eu achava que ia acontecer isso. Porque o país estava e está muito atrasado. Um país que tem um governo sujo como esse que passou por aí... Esse novo, não. Dá-me até boa impressão do ponto de vista moral. Mas essa gente que estava aí não tinha o menor senso de responsabilidade, eram uns assaltantes. Esses políticos eram uns verdadeiros assaltantes dos cofres públicos, não passavam disso. É o que eles eram e são ainda. Agora, essa atitude ridícula desse presidente da Câmara, mandou tirar o cafezinho, mas as grandes coisas irregulares que eles cometem, isso ele não mexe.

C.P. - Mas continuam contratando... Como é que surgiu a idéia da Fundação?

S.L. - Aí, então, surgiu a idéia de se criar um organismo para isso. E eu...

C.P. - Público ou privado?

S.L. - Não, eu expliquei bem isso para o dr. Getúlio: “Eu acho que não devemos, desde já, estabelecer qual é o tipo de organização que nós vamos fazer. E vamos fazer uma coisa bastante cheia de *nuances*, que possa mudar de um lado para outro. E eu proponho, por exemplo, que o senhor autorize, se o senhor estiver de acordo – e ele estava de acordo –, o presidente do DASP a promover a criação de uma instituição com tais fins etc.” E dizendo que a forma, a estrutura da instituição ficava um pouco vaga nesse decreto. Então, podia ser uma fundação, podia ser uma autarquia, mas tudo isso podia ser examinado depois. Eu já tinha mais ou menos na minha cabeça que a idéia melhor era uma fundação porque queria fazer o que consegui fazer, trazer para cá as entidades privadas. Fiz um negócio que, na realidade, era criado e mantido pelo governo, com dinheiro do governo, mas ao mesmo tempo, eu consegui atrair – eu falei com cerca de 500 pessoas sobre isso – gente da melhor categoria do Brasil. E essas pessoas eram, na sua grande maioria, gente privada, porque eu queria dar a forma de uma firma. Então criei uma coisa que é um pouco esquisita em uma fundação que, finalmente, é do governo: criei uma assembléia geral. E consegui trezentas e tantas pessoas, físicas e jurídicas, que fizeram doações e que constituem a nossa assembléia. Até hoje temos trezentas e tantas. Já morreram não sei quantos, já desapareceram, mas entraram outros. E foi o que aconteceu, quer dizer, na realidade, sem o governo não se faria isso.

C.P. - Exatamente o que o governo fez? Como é que o governo lhe ajudou?

S.L. - O governo, primeiro, abriu um crédito para a criação da instituição. Era uma coisa relativamente modesta, porque realmente não precisava de grande dinheiro para isso, mas depois passou a dar subvenções anuais. O governo dava dinheiro e dá para muita coisa, instituições beneficentes, isso ou aquilo. Então, passou a dar também para essa instituição. Eu convidei, inclusive, um grande número de pessoas para virem para a Fundação, que eram anti-getulistas. Por exemplo, o irmão do governador de São Paulo, candidato à Presidência da República, o...

C.P. - Armando Sales.

S.L. - Armando Sales. O irmão dele é um dos fundadores da Fundação Getúlio Vargas. Eu trouxe essa gente toda, inclusive adversários dele em bom número, Gudín, por exemplo, entre outros. Tanto eles acharam que era justo botar o nome Getúlio Vargas – porque sem ele não haveria Fundação –, que no dia da votação do nome, foi unânime. Não houve nenhum voto contra.

C.P. - O senhor gosta de coisas que são um pouco contraditórias. O senhor acha que mantém um certo equilíbrio? Não é pública, mas também não é privada; é Getúlio, mas tem os adversários de Getúlio; e o senhor equilibra um pouco as idéias e, vamos dizer assim, as pessoas mais conservadoras.

S.L. - É claro. E depois tive isso: “Agora se trata de dar um nome à instituição. A minha proposta é que essa instituição se chame Getulio Vargas, porque sem ele não haveria essa instituição.”

C.P. - E o que exatamente ele fez no governo que lhe garantiu a existência da Fundação Getulio Vargas?

S.L. - Bom, ele fez muito, por um lado, porque assinou esse decreto-lei, deu o primeiro dinheiro e incluiu a Fundação no Orçamento da República. Nesse meio tempo, veio o Linhares, houve uma grande crise aqui na Fundação. Eram 208 funcionários, eu demiti 200, fiquei com oito.

C.P. - O que foi essa crise, dr. Simões? Foi em 1946 isso, não foi?

S.L. - Foi.

C.P. - O que aconteceu exatamente? Porque o senhor tinha, recentemente, constituído a Fundação, não é isso?

S.L. - Eu estava começando os trabalhos. Primeiro levei um tempo para comprar isso aqui, fazer a nossa instalação, modesta mas que houvesse lugar para começar a trabalhar e tal. E eu escolhi uma pessoa... É a tal história, eu andava sempre atrás de talentos. Havia o Paulo de Assis Ribeiro, que eu não conhecia pessoalmente mas ouvia tais elogios – quem sabe se mandado dizer por ele, através de outras pessoas –, que ele era uma pessoa extraordinária, inteligentíssimo, preparadíssimo, muito correto, muito bom, não sei o quê... De fato, ele era um homem muito inteligente e muito capaz, mas não tinha o menor caráter. E era um sujeito que era capaz de despachar comigo de dia e de noite... como ele fez comigo. Ele morava aqui, porque ele não tinha quase dinheiro, então eu deixei ele morar aqui com a mulher dele. E eu estava muito satisfeito com ele no princípio. De fato ele era muito inteligente, muito capaz, mas um sujeito inteiramente sem caráter. Despachava durante o dia aqui comigo, depois, de noite, ele reunia o

pessoal na casa dele – eu não sabia de nada – e pregava, no fundo com muita manha, com muito jeito, que eu devia ser afastado da Fundação porque eu era getulista. A única coisa que ele dizia contra mim era isso, que eu era getulista e que o Getúlio tinha sido tirado do governo e que, portanto, eu era inconveniente para ser presidente da Fundação. Eu dava dificuldade para a Fundação etc. E assim ele começou a fazer campanha contra mim. Cometeu uma série de irregularidades aqui dentro. Quando o dr. Getúlio saiu, eu estava tão esgotado, tão cansado, eu não ia há oito anos à minha cidade natal onde eu tenho até hoje a minha fazenda, naquele tempo era do meu pai. Eu estava também chateado daquela batalha toda, cansado e querendo sair mesmo daqui, e louco para ir para lá para a minha terra. E fui. Passei seis meses lá. O vice-presidente [da Fundação] era o João Carlos Vital, que era um homem da confiança total do dr. Getúlio e minha. Eu acho que ele era uma boa pessoa, mas aqui na Fundação ele se portou muito mal, porque ele nunca cuidou da Fundação, ele assumiu teoricamente, então... Ficou o Assis Ribeiro como superintendente. Eu acho que o Assis Ribeiro era um homem meio desequilibrado, não sei se ele era de fato esquerdista ou se fingia de esquerdista às vezes... Porque na campanha política que houve então, para presidente da República, apresentou-se como candidato um homem que era do dr. Getúlio, o Fiúza, até lá do Rio Grande, eu creio, e diretor do Departamento de Estradas de Rodagem. O dr. Getúlio deu muito prestígio a ele. Um sujeito que eu também nunca entendi. Um dia eu perguntei para ele: “Escuta, Fiúza, você é candidato dos comunistas?” Ele disse: “Sou... e tal...” Retruquei: “Mas você é comunista?” Ele respondeu: “Não, eu não sou.” E eu: “Então como é que você é candidato do Partido Comunista? Que história é essa?”

C.P. - Dr. Simões, eu não me lembro mais onde eu li, mas falam um pouco em uma divergência entre as ciências aplicadas e a ciência pura, que queriam transformar a Fundação em uma instituição com uma reflexão mais voltada para a ciência pura e não para a ciência aplicada, como o senhor estava orientando.

S.L. - Não era só isso, não. Pode ser que eles tivessem pensado isso também, mas eles pensavam as mais variadas coisas. Inclusive fizeram graves irregularidades aqui dentro da Fundação. Eles venderam coisas deles próprios para a Fundação Getulio Vargas, pelo preço que eles estabeleceram. Por exemplo, um tinha lá uma coleção dentro de um arquivo sobre as minas do Brasil, minerais...

[FINAL DA FITA 5-B]

S.L. - Pararam, pararam a contabilidade da Fundação, não fizeram mais contabilidade. Quando eu cheguei de volta, não se sabia qual era a situação da Fundação, porque não havia mais contabilidade, eles tinham parado. O meu automóvel particular, que deixei guardado aqui na Fundação, eles pegaram, botavam os comunistas que trabalhavam com o Assis Ribeiro aqui e iam fazer propaganda comunista nas ruas, pintar as ruas com o nome do Fiúza etc. Com o meu carro! Ficou gravado isso, que o meu carro andava pintando paredes com o nome do Fiúza, fazendo propaganda do Partido Comunista. E outras coisas, as mais variadas, eles fizeram de irregularidades. Ele e um grupo que ele trouxe para cá, uns sujeitos inteiramente desconhecidos, mas, de fato, eles faziam coisas incríveis. Por exemplo: eles sabiam que um sujeito, de uma universidade dessas aí, tinha feito um estudo, qualquer coisa que fosse importante ou que chamasse a atenção. Eles davam um emprego ao sujeito aqui, e pegavam o trabalho feito por ele. Porque a Fundação estava-se criando, como é que tinha todos aqueles trabalhos feitos? O sujeito o tinha feito na universidade, às vezes há anos já, e entregava para eles. Eles publicavam como se fosse da Fundação aquele trabalho. Faziam coisas assim. É possível que eles tivessem também essa idéia de dar outra orientação, não sei. Porque eles nunca confessaram direito o que eles queriam.

C.P. - Quer dizer que o senhor sentiu que havia irregularidades administrativas...

S.L. - E também... Aí é que eu culpo o Vital. Ele não podia permitir que eles fizessem essas loucuras todas. Eu hoje já nem me lembro mais, são tantos anos, mas coisas assim, inteiramente absurdas. Eles inventaram, aqui na Fundação, de dar empregos a pessoas que, naturalmente, eram amigos deles. Eu me lembro que uma vez, quando estava essa luta acesa... Porque essa luta durou muito tempo aqui na Fundação, eles me combateram até na Câmara dos Deputados, os jornais todos me atacavam, que eu era getulista e tal... Vinham me perguntar e eu dizia: “Eu sou getulista. Entrei com ele e fico com ele.” Eu dizia para os jornalistas, eles ficavam danados comigo. “Mas o senhor...” E eu confirmava: “É isso mesmo, pode botar aí.”

C.P. - Nós estávamos vivendo já o governo Dutra?

S.L. - Primeiro o governo Linhares, que escangalhou com a administração pública completamente; depois veio o Dutra e continuou. Bom, nós continuamos naquela luta e eles mandaram-me propor o seguinte – veja que gente canalha. Eles me prestavam uma homenagem pública muito grande, um grande jantar, uma coisa assim qualquer, mas eu entregava a Fundação



para eles. Eu disse: “Eu não entrego para vocês. Vocês metam o pau, porque eu vou meter o pau em vocês.” E entrei de sola em cima deles. Eles disseram: “Então, nós pedimos demissão.” Respondi: “Pois então estão demitidos. E quem estiver de acordo com vocês, também está demitido.” Eles trouxeram 200 nomes. Eu disse: “Eu demito os 200.”

C.P. - E o senhor ficou com quantos?

S.L. - Com oito.

C.P. - E aí reconstruiu a Fundação.

S.L. - Botei em ordem a contabilidade e tudo isso, aí já era o Dutra. Pedi uma entrevista ao Dutra, que me recebeu. Ah, antes disso, eu recebi um telefonema do general Poli Coelho, que era o chefe do Serviço Geográfico do Exército. Depois eu percebi que o conhecia, ele foi até mesmo do Conselho da Fundação, um homem muito bom, muito correto. Ele telefonou para mim e disse: “Dr. Simões Lopes, estou encarregado pelo presidente de verificar o que está acontecendo na Fundação Getulio Vargas. Então o senhor venha aqui ao Ministério da Guerra falar comigo, no andar...” Eu disse: “Não, senhor. O senhor quer falar comigo sobre a Fundação, o senhor venha à Fundação, eu recebo o senhor com muito prazer, mas fora daqui não vou.” Ele ficou bravo comigo, bateu o telefone e ficou por isso mesmo. Passados alguns dias, fui falar com o Dutra. Pedi audiência e disse a ele: “Aconteceu isso na Fundação; eram 208, eu demiti 200, fiquei com oito. A contabilidade está em dia, está tudo organizado, e eu venho entregar ao senhor a Fundação. A eles eu não entrego, mas ao senhor, que é o presidente da República, eu entrego. O senhor escolhe uma pessoa da sua confiança, me diz quem é, e eu entrego a Fundação.” Ele aí pensou um pouco, olhou para mim e disse assim: “Mas por quê? Não, eu não quero.” Eu disse: “Bom, em primeiro lugar, o senhor acabou com a Fundação Getulio Vargas.” Ele perguntou: “Eu?” Respondi: “É, o senhor. Pois o senhor assinou um decreto-lei suprimindo a subvenção à Fundação Getulio Vargas. Então, acabou com ela.” Aí, ele pensou um pouco e disse: “Não, eu não quero acabar com a Fundação Getulio Vargas, e quero que você continue lá.” E eu disse: “Bom, o senhor quer que eu fique lá, eu fico, mas tem as seguintes condições: primeiro, o senhor assina um decreto-lei revogando aquele que tirou a subvenção da Fundação.” Ele disse: “Eu faço.” Eu disse: “Então o senhor assina um segundo decreto-lei abrindo um crédito para a Fundação pagar os atrasados.” E ele: “Eu faço. Você pode procurar o ministro da Fazenda, o ministro da Educação – naquele tempo a subvenção era para o Ministério da Educação – e

resolve isso.” “Bom, então, tenho um terceiro pedido: que o senhor telefone para o ministro da Fazenda e para o da Educação e diga que eu vou em seu nome.” Ele, na minha presença, telefonou para o ministro da Fazenda e para o ministro da Educação. Eu fui ao ministro da Fazenda, aquele paulista, aliás eu o conhecia, um homem bom, depois criou um banco... Esqueci do nome. Ele me recebeu muito bem e me disse: “Olha, realmente não sei como é que se faz esses decretos. Você faz o seguinte: você faz o decreto, traz para mim aqui, eu levo ao presidente e pronto.” Eu disse: “Não, primeiro eu tenho que falar com o ministro da Educação.” Quando cheguei para falar com o ministro da Educação, ele me recebeu mal. Eu já esperava isso, porque este homem era um consultor da comissão que estava encarregada de fazer a Cidade Universitária no Rio de Janeiro. E eles estavam há 10 anos trabalhando e não tinham até então conseguido achar o lugar para fazer a Cidade Universitária. E aí o Capanema, que era o ministro da Educação, me procurou...

C.P. - Isso na época do Getúlio.

S.L. - É. Eu gostava muito dele. Ele disse: “Olha, Luís, eu estou muito aborrecido, porque estão esses anos todos com esse negócio da Cidade Universitária e não se consegue tocar isso para frente.” Eu disse: “É claro, você tem um grupo de pessoas que não funciona bem. Pois esta gente já pensou em fazer a Cidade Universitária dentro da Lagoa Rodrigo de Freitas, o que é uma verdadeira loucura, e em segundo lugar, não pode.” Ele perguntou: “Por quê?” Respondi: “Porque a Lagoa Rodrigo de Freitas, eu conheço, sei – porque, por acaso, meu cunhado era engenheiro da firma Saturnino de Brito, estudou a Lagoa Rodrigo de Freitas – que tem 30 metros de lodo por baixo. Mas mesmo que fosse possível fazer, é uma loucura! Fazer a Cidade Universitária na Lagoa Rodrigo de Freitas!” Houve quem propusesse nessa comissão que se fizesse a Cidade Universitária na Praia Vermelha. Perguntei: “Mas em que lugar vão fazer na Praia Vermelha?” Responderam: “Ah, nós botamos abaixo aquelas casas todas.” Eu disse: “Está maluco! Onde é que se vai botar essa população imensa da Praia Vermelha? Morando onde?” O fato é que não conseguiam encontrar um lugar. Bom, o Capanema, então, me disse o seguinte: “Eu quero pedir a você o favor de tomar conta disso. Quero passar isso para o DASP.” Eu disse: “Não. O DASP não tem nada com isso, Cidade Universitária não é assunto do DASP, de jeito nenhum. Isso é assunto seu, de modo que eu não quero saber disso.” Mas ele insistiu, fez um ofício para o dr. Getúlio Vargas propondo passar para o DASP. O dr. Getúlio, que também estava cansado de esperar solução para a Cidade Universitária, concordou, mandou que o DASP fizesse. Resumo da ópera: em seis meses eu comecei as obras da Cidade Universitária, projetos e

tudo. Mas aí, antes disso tudo, demiti o consultor que era esse homem que, quando eu fui falar no governo Dutra, era o ministro da Educação.

C.P. - Que azar, hein! [risos]

S.L. - Então, ele me recebeu mal: “Ah, porque os senhores agiram mal comigo, isso e aquilo...” Eu disse: “Ministro, eu não vim aqui falar com o senhor sobre esse assunto e não vou falar. Vim falar com o senhor sobre outro assunto. É o assunto da Fundação Getulio Vargas.” Ele continuou naquele lenga-lenga e eu disse: “Ouvi a conversa do presidente com o senhor no telefone. Eu estava presente quando ele falou no telefone.” O sem-vergonha do homem mudou completamente, acabou com todas as reclamações. Porque o Dutra deu ordem a ele, disse que eu ia lá, em nome dele, falar nisso e tal. Na minha presença. Ele mudou e concordou com tudo. Acabei fazendo os decretos e levando para o ministro da Fazenda e tudo foi feito. Também, o Dutra foi o único ministro que, depois presidente da República, quando saiu do governo teve o retrato na Fundação. Quando ele estava no governo, não fiz nada para ele.

C.P. - Mas, então, o Dutra foi solidário com o senhor na causa?

S.L. - Foi solidário. Inclusive, quando eu falei a ele dessas coisas todas, ele me disse: “Eu já sabia porque o Poli Coelho já tinha me dito isso.” Em outras palavras, para ele me dizer isso, o relatório que o Poli Coelho fez para ele foi a meu favor. Por isso, posteriormente, eu convidei o Poli Coelho para ser membro do Conselho, ele veio, e foi muito amigo nosso aqui, até morrer, coitado.

C.P. - Quer dizer que na verdade, então, dr. Simões, o senhor retomou a Fundação Getulio Vargas. E aí o senhor começou a montar a nova estrutura da casa, não é?

S.L. - É, exatamente.

C.P. - Na verdade ela começou com alguma parte mais na área do ensino secundário. Com cursos comerciais, desenho... O Departamento de Ensino, com Luís Alves de Matos.

S.L. - O Departamento de Ensino com Luís Alves de Matos. É, em primeiro lugar, eu queria aproveitar o Matos, de quem eu tinha as melhores...

C.P. - O senhor conheceu o Matos onde?

S.L. - Foi-me apresentado, eu não me lembro por quem, mas me fizeram grandes elogios dele, que tinha estado nos Estados Unidos muitos anos, não sei o quê...

C.P. - Ele teve alguma passagem pelo DASP?

S.L. - No DASP nunca, mas ele era, de fato, um homem excepcional. Tinha um preparo profundo. Ele era ex-padre e tinha uma formação cultural vastíssima, mas um homem muito modesto, muito bom. Ele foi extraordinariamente útil aqui na Fundação. Tudo o que eu tinha que fazer, em primeiro lugar eu entregava a ele. Tudo saía perfeito. Homem muito jeitoso, muito hábil, muito preparado, escrevia muito bem.

C.P. - Ele criou uns quatro ou cinco órgãos na Fundação, não é?

S.L. - Eu o nomeava para criar os órgãos. Depois, quando ele acabava de criar, eu passava para um terceiro e mandava ele fazer outra coisa. Porque era a pessoa mais perfeita que se pode imaginar para fazer isso.

C.P. - Quer dizer, no início, ele ficou com essa parte de ensino secundário, não é isso?

S.L. - É. Em princípio, foi. Nós tínhamos um centro de estudos, aliás muito útil, ali no centro da cidade. Porque eu me preocupava também com esses aspectos sociais. Por exemplo, tem muita gente que trabalha o dia inteiro e só tem tempo para estudar a partir de seis horas da tarde. Então eu montei cursos mais ou menos noturnos, que iam das seis às 10 da noite. E como eu tinha ali na cidade a área que eu tinha comprado já propositadamente para qualquer coisa que surgisse assim – são aqueles dois andares que eu tenho ali na cidade –, eu fazia lá o ensino. E então, dava principalmente... O melhor curso de secretariado que havia no Brasil, de longe, era o nosso.

C.P. - Funcionava na cidade?

S.L. - Na cidade.

C.P. - E tinha a finalidade de formar pessoas para que áreas?

S.L. - Para secretarias, secretárias. Eu trouxe uma escola dos Estados Unidos, com a diretora inclusive, para o Brasil. Ela fechou a escola dela e trouxe para o Brasil.

C.P. - Era a Escola Técnica de Comércio, não é? ETC.<sup>9</sup>

S.L. - É, mas o curso de secretariado era dela. Não havia escolas que prestassem de datilografia no Brasil. Eu contei, vi as datilógrafas americanas, o que elas faziam por hora ou por minuto, número de batidas, aquela coisa toda, comparei com as aqui do Brasil. Uma desgraça tudo no Brasil!

C.P. - Quer dizer, o senhor estava preocupado em montar uma máquina eficiente no campo da administração?

S.L. - No campo da administração, comecei por aí. Preparei datilógrafas... Porque eu, por exemplo, tinha no DASP um corpo de datilógrafas como nunca houve no Brasil. Nada se fazia nos diversos setores do DASP, tudo que era datilografia ia para aquele centro. Bom, eram as melhores datilógrafas que o Brasil tinha. E se elas não produzissem tantas batidas durante um certo tempo, eu demitia, fazia um concurso e admitia outras para o lugar. Então, eu fiz ali muitas coisas. Curso de secretariado, cursos até de desenho eu fiz.

C.P. - Desenho, secretariado, administração...

S.L. - Era uma coisa muito interessante porque tinha rapazes, lá, altamente bem dotados, mas que eram empregados do comércio, por exemplo, não tinham como estudar. Não tinham dinheiro e não tinham tempo para estudar. E não tinham como pagar a comida também. Era uma dificuldade tremenda. Então, eu dava um curso baratíssimo para ele, mas com os melhores professores que eu conseguia obter. Nesse caso de secretariado, eu trouxe americanos para cá. Inclusive a diretora da escola veio para cá, montar o curso aqui. Depois tive uma brasileira que ficou formidável, era uma datilógrafa extraordinária, que era a diretora da escola e que continuou o trabalho da americana. Bom, depois eu fui me preparando para essa grande jogada que era

---

<sup>9</sup> Instituída em 1949, tinha como finalidade ser um estabelecimento experimental, destinado ao ensino técnico, que suprisse exigências básicas do mercado de trabalho, além de ser um centro de aplicação de modernas técnicas pedagógicas. Foi extinta em 1976.

fazer um curso de administração e um curso de economia, que não existia no Brasil praticamente. O dr. Gudín era professor de uma vaga escola... Ele e o Bulhões eram professores de uma vaga escola de economia que havia aí. Muito desmoralizada, o diretor, coitado, era muito incompetente, fazia daquilo negócio para viver, ganhava lá um salariozinho. E assim, no caso da administração, não havia nada, a não ser os cursos que o DASP esteve dando durante muitos anos. Cheguei a ter oito mil alunos no DASP, eu tinha uma certa experiência da matéria. E tinha alguns brasileiros, especialmente o pessoal do DASP, que tinham estado no estrangeiro, que eram muito interessados na parte de administração. Os professores que foram do DASP foram meus professores aqui. Eu, então, comecei a me preparar para isso. A Escola de Administração Pública foi a primeira que houve na América Latina inteira. Porque quando se falava em escola de administração... Quando eu quis fazer a Escola de Administração de Empresas, só podia ser em São Paulo, ainda no tempo de Vargas...

C.P. - Por que só podia ser em São Paulo?

S.L. - Porque era o grande centro empresarial do Brasil. Não era justo você fazer em outro lugar, podendo fazer uma só escola de administração de empresas. E, além disso, eu contava, naquele tempo, com a ajuda deles, pensava que ia ter ajuda financeira deles. Fiz uma reunião lá em São Paulo, isso foi anos depois da Escola de Administração Pública, e reuni 400 empresários durante quatro dias. Levei um questionário para eles responderem...

C.P. - Isso foi na época da constituição da Fundação ou foi já na criação da EAESP<sup>10</sup>?

S.L. - Foi já na criação da EAESP. E, naquele tempo, havia gente em São Paulo que dizia o seguinte: “Você ensinar paulista a administrar? Administração de empresas? Mas os paulistas são os maiores administradores de empresa que há!” Eu disse: “Não, vocês é que pensam que são, mas vocês não são administradores. Não conhecem a ciência da administração. Isso é uma ciência, hoje, moderna, espalhadíssima nos Estados Unidos. Vocês nunca ouviram falar, não é? Mas existem grandes escolas, grandes universidades americanas que têm escolas de *Business Administration*, que é isso, administração de empresas.” Bom, depois de uma discussão de quatro dias, em que todos assinaram, acabaram se convencendo e aprovaram a criação da escola. Eu comecei a fazer meu trabalho para obter ajuda. Então, falei com os presidentes da FIESP, e da Indústria e do Comércio, das federações. Eles ficaram muito impressionados, eram dois

---

<sup>10</sup> Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas.

ignorantes totais mas viram que a repercussão no meio do empresariado foi muito boa. A nossa idéia acabou sendo muito boa, muitos aprovaram e assinaram aqueles papéis todos que nós mandamos. Eu então fui a eles: “Eu agora quero saber... Vocês que são os órgãos desse grande empresariado paulista etc., de que maneira vocês vão fazer? Porque eu queria a ajuda de vocês e tal.” Bom, prometeram tudo. As duas federações prometeram, por exemplo, que manteriam a escola por conta deles. E houve até o Matarazzo que se comprometeu conosco, por escrito, a construir o prédio, por conta dele. Uma maluquice total que ele tinha na cabeça, salas de aula para quatro alunos. Mais de quatro alunos é demais, na opinião dele. Você já pensou quantas salas de aula precisaria para botar um número razoável de alunos? Bom, mas aí eu disse para esses dois presidentes das federações: “Vamos fazer o seguinte: vamos visitar o presidente da República – que já era o dr. Getúlio outra vez – e vamos dar essa notícia, que as federações estão dispostas até...” E eles concordaram: “Ah, vamos, com muito prazer.” Eu levei-os até o dr. Getúlio. Prometeram, na minha presença, que manteriam a escola por conta deles. Os 400 que apoiaram, o Matarazzo prometeu fazer a casa e eles, das federações, prometeram dar dinheiro. Nunca deram um centavo! Porque nesse meio tempo caiu o dr. Getúlio, então, foi um desastre total. Aí eu usei de um truque: pedi um empréstimo por conta do dinheiro do trigo que os americanos tinham dado aos brasileiros, uma quantidade imensa de trigo, para pagar em 40 anos, juros zero e tal.

C.P. - Isso para a Fundação ou para a EAESP?

S.L. - Para a Fundação.

C.P. - No período Dutra ou Getúlio?

S.L. - Acho que já nem era mais o Dutra, não sei. Não me lembro mais, mas enfim, eu pedi. É, foi depois, foi no Dutra. Ou ainda era o dr. Getúlio... Isso eu não me lembro bem. Eu sei que os americanos deram esse dinheiro, uma soma muito grande, e que podia ser feito sob forma de doação às entidades que o governo julgasse úteis, desde que os americanos aprovassem, ou então como empréstimo. Eu, naturalmente, sabia que se eu fosse pedir como doação, eles não me dariam; pedi como empréstimo, eles deram. Com esse dinheiro eu fiz este edifício que está aqui, construí os edifícios de São Paulo para fazer a escola de lá, e depois, quando terminaram as obras, já era ministro da Fazenda o Delfim Neto. Fui a ele e disse: “Olha, Delfim, está aqui a prestação de contas, custou tanto, mas eu quero dizer uma coisa para você: é que eu não tenho

um centavo para pagar essas contas.” Ele disse: “E então?” Respondi: “Então, é o seguinte: você tem duas possibilidades, uma é tomar conta dos prédios e usar para o Ministério da Fazenda; a outra é transformar esse empréstimo em doação, o que a lei permite.”

C.P. - Quer dizer, esse dinheiro, o senhor obteve do governo, mas era um dinheiro americano. O senhor construiu os dois prédios, o do Rio e o de São Paulo, e o senhor conseguiu que o ministro da Fazenda transformasse em uma doação?

S.L. - Em doação. Então, nós ficamos com nossos prédios. Ele concordou com a doação, transformou em doação, e foi muito bom, foi uma ajuda muito grande que nós tivemos, porque nós não tínhamos sede nem para o ensino, nem para as pesquisas, nem para nada que nós queríamos fazer. Eu já tinha pensado nisso quando foi criada a Fundação, inclusive o prefeito de São Paulo foi um dos convidados para nos dar algum dinheiro, mas estava com dificuldades e tal... Eu já tinha na minha cabeça o seguinte: “O senhor nos dá isso em terrenos, mas dá em um ponto bom da cidade.” Eu já pensava em fazer a escola em São Paulo e ele deu os terrenos. Por sinal, precisa até ver isso, ele deu por um prazo que é capaz de estar para terminar. Tem uma figura jurídica que diz isso, como é? Enfim, dá por um certo prazo e depois pode dar novamente ou, então, receber de volta os terrenos. Isso é impraticável, porque hoje tem os prédios em cima.

C.P. - O senhor conseguiu todos os terrenos de São Paulo assim?

S.L. - Quase todos. Comprei depois mais alguma coisa ao lado, que eu achei que era bom comprar por garantia, mas foi praticamente isso.

C.P. - O da Raposo Tavares, da Paulista, todos?

S.L. - Ah, sim. Não! O terreno da Raposo Tavares não era ali. Eu estava contando com o prédio que o Matarazzo tinha dito que ia construir. Com a queda do dr. Getúlio, em 45, ele nunca mais falou nisso. Depois eu quis processá-lo, mas o pessoal do Conselho aqui, Guilherme Guinle entre outros, achou que eu não devia fazer isso. Porque eu queria processá-lo, obrigá-lo a fazer o prédio, mas o Conselho não aprovou. O dr. Guilherme Guinle – coitado, não entendia nada de negócios! Acabou pobre e ele era tão rico – disse aqui que era melhor pegar o dinheiro e aplicar em títulos do governo. Porque nós tínhamos dinheiro! Guilherme Guinle era vice-presidente da Fundação e o Conselho achou que o Guilherme Guinle sendo contra, não se devia processar o



Matarazzo para obrigá-lo a fazer o prédio. Porque nós estávamos instalados em um prédio do governo federal emprestado, onde eu comecei a escola.

C.P. - Onde?

S.L. - Em São Paulo. E nós estávamos ali, sempre contando em ter os nossos prédios construídos um dia e pronto. Aí, veio o governo do... desse maluco, que está vivo ainda, o...

C.P. - Jânio.

S.L. - Jânio Quadros. E o Jânio Quadros... Não foi o Jânio Quadros, foi o pessoal do governo do estado quando o Jânio era presidente da República. O pessoal do governo resolveu utilizar o prédio onde estava a escola, emprestado, que era um prédio do Ministério do Trabalho, para botar não sei o que lá. Então, eu tinha que fechar a escola, não tinha onde botar a escola. Se tirassem o prédio, não podia continuar a escola. Aí eu fui ao presidente Jânio e disse a ele: “Presidente, está acontecendo isso.” E ele foi muito correto, levantou da mesa dele, com aquele pijama que ele usava, foi para uma máquina de bater lá e bateu, mandou ordem para deixarem a Fundação Getulio Vargas funcionando lá. Bom, diga-se de passagem que quando eu saí daqui e fui para o Rio Grande do Sul, em férias, o Jânio foi para o governo. Um dia, eu estava na minha fazenda e recebi a visita de um oficial do Exército. Ele foi lá e disse: “Recebemos um pedido para vir aqui falar com o senhor, dizer que o presidente da República precisa muito falar com o senhor.” Eu disse: “Está bem.” Pensei que fosse alguma coisa aqui da Fundação, e disse: “Faça o favor de mandar dizer ao presidente que eu vou para o Rio dentro de poucos dias, de volta das minhas férias, e de lá vou a Brasília falar com ele.” E, passados dois dias, apareceu o comandante do regimento lá. Chegou na minha fazenda, meio malcriado: “Ah, o senhor não atendeu o presidente. Ele mandou chamar o senhor, o senhor não foi.” Eu falei: “Não é verdade.” Eu dei uma chamada nele primeiro, disse que eu não admitia que ele falasse comigo assim. “Que negócio é esse? Eu não sou funcionário seu, nem coisa nenhuma. Como é que o senhor vem me falar aqui desse jeito?” Mas aí ele ficou meio... E eu disse para ele: “Mas é coisa tão urgente assim?” Respondeu: “É sim, senhor. É coisa muito urgente.” Então eu fui à Brasília. Cheguei lá, o Jânio...

[FINAL DA FITA 6-A]

S.L. - Lá me apresentei ao Jânio, e ele disse: “Eu queria convidá-lo para tomar conta de toda a parte administrativa aqui da Presidência da República.” Eu tive aquela surpresa e disse: “Presidente, talvez o senhor não saiba de uma coisa: eu votei contra o senhor. Eu não votei no senhor, votei no general Lott.” Ele disse: “Eu já sabia. O Quintanilha Ribeiro – que era o chefe do Gabinete Civil dele – já me disse isso, que o senhor votou no...” Porque o Quintanilha esteve aqui na Fundação, no prédio antigo ainda, e veio me pedir para votar no Jânio. Eu disse: “Não, não voto no Jânio de jeito nenhum. Vou votar no...” Ele perguntou: “Mas você acha esse candidato muito bom?” Respondi: “Não acho, não. Mas acho melhor que o Jânio.” E o Quintanilha contou para ele. Então, ele disse: “Mas isso não tem importância. Eu quero que o senhor fique aí, porque eu tenho muita necessidade dessa parte administrativa, o senhor já tem experiência nisso e tal...” Eu disse: “Presidente, eu lhe agradeço muito, mas não vou ficar aqui de maneira nenhuma.” Ele disse assim para mim: “Só tenho pena da sua mulher, porque ela vem morar em Brasília.” Respondi: “Não, não vem. Nós não viremos para cá, presidente. Eu lhe agradeço muito, mas...” Resumo da ópera: fiquei sete dias em Brasília lutando, porque eles me deram uma sala e me mandaram uma porção de... Porque eles não sabiam fazer uma ordem de serviço. Nada! O Quintanilha e a aquela gente toda. E eu fiquei lá preso em uma sala, eles me mandando papéis, e toda noite eu ia levar para o presidente e dizia para ele que não ia ficar. Ele disse: “Por quê? O senhor pensa que não vai ter apoio meu?” Eu disse: “Não, não é isso. Mas eu não posso ficar. Eu tenho uma responsabilidade muito grande, criei a Fundação...” E ele: “Mas eu quero que todo mundo saiba, deputado, senador, que, em assunto de administração, quem manda é o senhor. Eu vou dizer isso para eles.” Respondi: “Eu lhe agradeço muito, mas não aceito, porque não posso, de jeito nenhum.” Bom, o fato é que fiquei sete dias lá, escrevendo coisas para ele, fazendo as coisas. E todo dia o Quintanilha vinha também me “cantar” para eu ficar e tal. Aí, uma noite eu cheguei para ele e disse: “Presidente, estou aqui lhe trazendo os papéis que o senhor me mandou, mas amanhã eu vou embora. Já estou com a minha passagem comprada, vou para o Rio Grande do Sul outra vez.” Aí ele disse: “Mas o senhor não fica mesmo?” Respondi: “Não, presidente.” E ele: “Então o senhor me diga – veja que louco ele era – quem é que eu posso botar no seu lugar, nesse lugar que eu tinha reservado para o senhor?” Eu disse: “Bom, se fosse eu o presidente da República, para essa função que o senhor quer eu convidaria o embaixador Moacir Briggs. Trabalhou comigo no DASP muitos anos, eu o acho uma pessoa muito competente, muito capaz, correta.” Ele imediatamente disse para mim: “Então, faça o decreto e o nomeie.” Eu disse: “Não, presidente. O senhor não pode fazer isso. Tem que chamá-lo, convidá-lo, ver se ele pode aceitar. Porque eu não sei também.” Bom, no dia seguinte, quando eu estava no aeroporto para tomar o avião para o Rio Grande do Sul, chegou o

Briggs do Rio de Janeiro. Porque ele imediatamente foi lá para o negócio dele, telegrafou para cá e mandou chamar o Briggs. Aí o Briggs chegou, me encontrou no aeroporto, e me disse: “Fui chamado aqui pelo presidente da República. Não sei do que se trata.” Eu disse: “Olha, Briggs, aconteceu isso. O presidente me convidou, não aceitei, mas ele me perguntou quem eu nomearia para essa função, eu disse que o nome que eu consideraria melhor era o seu.” E ele: “Ah, dr. Simões, mas fazer isso comigo?! De jeito nenhum. Não quero isso de maneira nenhuma. Eu quero é arranjar uma embaixada fora, ir para a Europa, para qualquer lugar.” Eu disse: “Vai lá e diz isso para ele, que você não aceita.” Mas, enfim, o Briggs combinou com ele que ficaria seis meses, e no fim de seis meses o presidente daria a ele uma embaixada. Ele se comprometeu com o Briggs e cumpriu exatamente o que prometeu. E o melhor ainda para o Briggs é que, no fim de seis meses, o Briggs saiu, foi para uma embaixada e ele, pouco tempo depois, renunciou. Imagine se o Briggs tivesse ficado. E aí ficou tudo bem, não é? Mas era um negócio inteiramente estranho aquela atitude do Jânio. Eu acho que ele estava tão desesperado com aquela gente em volta dele, gente que não sabia fazer nada, não sabia fazer uma ordem de serviço nem coisa nenhuma, que ele passou a mandar bilhete para todo mundo. Bilhetinhos assinados por ele.

C.P. - Vamos voltar um pouco, dr. Simões. Ou o senhor está cansado?

S.L. - Não.

C.P. - O senhor considera, por exemplo, que os empresários, quer dizer, a iniciativa privada lhe ajudou na organização da Fundação Getulio Vargas?

S.L. - Não. Na realidade, não ajudaram em nada.

C.P. - Foi basicamente o governo brasileiro?

S.L. - Foi o governo. Eles não deram dinheiro e não deram também colaboração, a não ser essa colaboração que uns dão aqui nos conselhos da Fundação. Nas assembleias eles vêm, comparecem às assembleias da Fundação. Porque esse negócio ficou misto, é uma entidade governamental, mas tem uma assembleia que elege os diretores, o presidente da Fundação, os conselhos. Quem elege é a Assembleia. Em outras palavras: na realidade, eu deixei uma passagem organizada para passar, se o empresariado ajudasse, a ser dirigida pelos empresários. A autoridade suprema da Fundação é a Assembleia Geral.

C.P. - Como é que o senhor montou a Assembléia Geral?

S.L. - Eu convidei. Explicava, falava pessoalmente com as pessoas. A minha Assembléia Geral era muito boa, de gente de alta categoria. Hoje quase todos estão mortos, grande parte. Mas eu falava com eles, explicava o que eu pretendia fazer e eles todos concordavam. Naquele tempo, o dr. Getúlio tinha o país nas mãos e eu era presidente do DASP, era quem fazia o Orçamento, essas coisas todas. De modo que eles sabiam que eu representava o governo. Empresário não quer outra coisa senão apoio do governo. Então eles acharam muito bom, aprovaram a idéia e, de fato, eu consegui botar esse número enorme de pessoas aí na Assembléia.

C.P. - Quer dizer, foi um trabalho pessoal seu, de conversa com cada empresário, cada firma?

S.L. - Ah, foi. Falei com muitos mais. Eu botei aqui, na Assembléia Geral, trezentas e tantas pessoas, mas eu devo ter falado com cerca de 500.

C.P. - Mas o senhor colocou também os representantes dos estados, não é?

S.L. - É, dos estados.

C.P. - De algumas estatais também?

S.L. - De algumas estatais também. Alguns municípios, como o município de São Paulo, por exemplo, que fez essa doação dos terrenos.

C.P. - E muitos da área de previdência, de seguros, não é?

S.L. - De seguros, muitos. Isso aí foi o Flores que conseguiu. O Flores era homem de seguros, tinha uma grande ligação, havia uma espécie de união entre as entidades de seguros, e ele conseguiu fazer essa gente toda entrar.

C.P. - E essas pessoas têm participado da Assembléia? Elas vêm, têm alguma relação com a Fundação Getulio Vargas?

S.L. - Têm, vêm às assembléias. Elegem o presidente, os conselhos da Fundação. E todo o assunto importante mesmo, nós levamos à Assembléia Geral. Apresentamos o relatório, que é submetido à Assembléia, eles aprovam anualmente.

C.P. - Nunca houve uma colaboração financeira maior por parte dos empresários?

S.L. - Não, muito pouco. Um ou outro só que deu isso ou aquilo, mas foi muito pouco. Agora veio um grupo de empresários aqui e criamos um comitê empresarial. Eu vou propor o nome deles para a Assembléia, porque eles fizeram doações razoáveis para a Fundação e estamos trabalhando com eles. Nós temos aqui dois centros de estudos que são mais ou menos custeados por eles: esse centro empresarial que foi criado agora e o Centro de Estudos Japoneses.

C.P. - Dr. Simões, parece que há uma identificação maior entre os empresários com a EAESP, com São Paulo mais do que com o Rio, onde o empresariado é mais difuso, não tem tanta participação em relação à Fundação que, no Rio, se dedicou mais à administração pública. Ela é mais voltada para a administração pública do que para a administração de empresas. O senhor acha que, criando aqui no Rio uma escola ou um centro de estudos de administração de empresas, o senhor vincularia mais os empresários e a sociedade à Fundação?

S.L. - Não creio. Porque, realmente, esse pessoal daqui é muito pior que o de São Paulo. Se o de São Paulo não deu um centavo, eu acho que aqui é que não se consegue mesmo. Estou inteiramente desanimado em arranjar dinheiro com eles porque já tentei muitas vezes, já procurei o pessoal da Associação Comercial, ficam prometendo: “Vamos ver, não sei o quê e tal... Mas agora não...” Têm sempre uma razão para dizer que não. Não creio. O pessoal daqui é muito pior que o de São Paulo. São Paulo é mais interessado. Consegui reunir 400 pessoas para assistir o congresso que nós fizemos lá para estudar a criação... O pretexto era esse, pedir a opinião do empresariado sobre a criação da Escola de Administração de Empresas. Na verdade, eu não queria a opinião deles, queria era o dinheiro deles. Eles deram opinião favorável, mas não deram o dinheiro. Eu acho que aqui não há nenhuma esperança tão cedo. Aqui, como em São Paulo também, eles são muito achacados pelos políticos. Quem sustenta essa quantia imensa de dinheiro que se gasta hoje na política, uma soma imensa, são os empresários. É muito mais dos empresários que do governo. Também vai dinheiro do governo, porque eles roubam também.

C.P. - Dr. Simões, nesse equilíbrio que o senhor fez entre o Estado e a iniciativa privada, no setor público e no setor privado... Quer dizer, caso o governo deixe de dar subvenções à Fundação Getulio Vargas, qual seria o caminho que o senhor...

S.L. - Bom, naturalmente, eu faria um esforço junto à iniciativa privada, mas sem esperança de obter ajuda razoável.

C.P. - Nem com uma reformulação do próprio objeto de estudo da Fundação?

S.L. - Nem com uma reformulação. Não, eles não são sensíveis a isso aqui. De jeito nenhum. Depois, há um... Eu não posso dizer isso aqui, não.

[INTERRUPÇÃO DE FITA]

C.P. - Dr. Simões, além do governo brasileiro, que deu os primeiros subsídios para a Fundação Getulio Vargas, durante algum momento ela também recebeu alguns recursos de organismos internacionais, da ONU<sup>11</sup>, que financiou a criação do IBRA<sup>12</sup>, da EBAP<sup>13</sup>...

S.L. - Não. Não foi da ONU, não. A ONU não nos deu dinheiro nenhum. A ONU mandou uma equipe de professores para a EBAP que as Nações Unidas custearam. E no mais foi o governo americano, foi o programa do meu saudoso presidente Kennedy, que criou aquele programa...

C.P. - O Ponto IV. Isso foi em que momento e para que finalidade esse dinheiro?

S.L. - Bom, nós tivemos duas missões. Aquele sistema das Nações Unidas, que foi, naturalmente, uma ajuda que eu agradei muito, mas não deu os resultados que eu esperava. Porque eram professores que, individualmente eram bons professores, homens de categoria, mas acontecia o seguinte: eles não tinham entre eles a necessária orientação para conduzirem um curso novo que iria se criar aqui no Brasil, que era a administração pública e privada. Então, eles mandaram para a administração pública gente muito boa, mas um era do Canadá, outro era da França, o outro era de um país mais distante ainda, da Holanda, não sei de onde. De vários países

---

<sup>11</sup> Organização das Nações Unidas.

<sup>12</sup> Instituto Brasileiro de Administração. Constituído em março de 1951, encarregou-se, entre outras atividades, de coordenar e planejar cursos e escolas vinculadas ao ensino da administração. Foi extinto em 1975.

<sup>13</sup> Escola Brasileira de Administração Pública.

assim e não tinham nenhuma unidade. A Europa, por exemplo, não está acostumada a ensinar administração, nem pública, nem privada. A ENA, da França, que é uma coisa irrealizável e inconveniente para o Brasil, tinha gente muito boa. Eu tive um professor de lá aqui, na nossa Escola de Administração Pública, que depois até foi diretor da ENA. Mas aquilo é outra conversa, aquilo não funciona no Brasil de jeito nenhum. A ENA não tem corpo de professores, eles convidam pessoas para fazer conferências e tal. Eu, então, consegui, através do Ponto IV, que eles me mandassem duas missões, excelentes missões. Uma de uma universidade altamente credenciada no campo da administração pública, e outra do grupo de administração de empresas. Uma veio para o Rio e ficou muito anos aqui, eram cerca de 10 pessoas, de 10 professores. Mudavam, às vezes, os professores, mas, durante anos, eles nos prestaram essa ajuda aqui e formaram gente muito boa. Ao mesmo tempo em que eles ensinavam aqui e formavam também o professorado, eu mandei os professores brasileiros para os Estados Unidos, para as universidades deles, para seguirem o mesmo critério, o mesmo sistema.

C.P. - O senhor usou o mesmo sistema do DASP, de mandar gente para fora e trazer gente de fora?

S.L. - Exatamente, o mesmo sistema eu usei com grande sucesso. Hoje, esse pessoal que veio para trabalhar na EBAP e depois na EAESP também, já mudou muito porque... Mas era gente muito boa, os brasileiros que eu mandei para fora. Hoje muitos estão aposentados, não ensinam mais, já faz muitos anos isso. A EBAP tem mais de 30 anos.

C.P. - Dr. Simões, o senhor também recebeu ajuda do BID<sup>14</sup> para fazer a EIAP<sup>15</sup> e da OEA<sup>16</sup> para fazer um curso de aperfeiçoamento de professores na EAESP, isso já nos anos 60. Também foi dinheiro internacional. O BID financiou a EIAP?

.L. - Não. Que eu saiba... Não me lembro disso, não.

C.P. - O dinheiro não foi do BID? Era um convênio onde a Escola Interamericana de Administração Pública era financiada pelo BID. Tanto que quando acabou o convênio, o senhor extinguiu a EIAP.

---

<sup>14</sup> Banco Interamericano de Desenvolvimento.

<sup>15</sup> Escola Interamericana de Administração Pública. Centro de estudos e pesquisas em administração pública para os países do continente americano. Extinta em 1988 devido a dificuldades de renovação do convênio entre a FGV e o BID que, em princípio, deveria manter financeiramente a escola.

<sup>16</sup> Organização dos Estados Americanos.

S.L. - Bom, eles pagaram, talvez, as despesas lá nos Estados Unidos, eu não sei.

C.P. - Não, aqui mesmo.

S.L. - Não. Aqui, não. Qual é o BID que estás falando?

C.P. - O Banco Interamericano de Desenvolvimento, o BID.

S.L. - Não, acho que não. Nunca pagou nada aqui.

C.P. - Então o senhor recebeu mais do governo brasileiro, em termos de recursos; depois, do governo americano...

S.L. - Através do Ponto IV.

C.P. - Do Ponto IV. Dos empresários, muito pouco apoio e pouquíssimo dinheiro.

S.L. - Praticamente nada. Nunca fizeram nada. Agora é a primeira vez que eu vejo os empresários, aqui do Rio, darem esse dinheiro com certa facilidade. Foi o pessoal do Mário Henrique Simonsen que conseguiu esse dinheiro dos empresários e veio uma gente que me pareceu muito boa. Deram o dinheiro e vieram para a reunião. A primeira reunião eu assisti.

C.P. - Eu acho que é um bom sintoma, dr. Simões. Eu acho que a gente podia pensar um pouco em ampliar aquilo.

S.L. - É, mas é muito pouco o que eles dão. Isso não dá para manter nada.

C.P. - O dinheiro é muito pouco?

S.L. - É, o dinheiro é muito pouco. Você precisa, para manter uma casa dessas, de muito dinheiro. Ainda mais como tudo está tão caro no Brasil, as despesas são muito grandes. Antigamente era tudo mais fácil. Nós mesmos mandávamos para os Estados Unidos aqueles funcionários, eles recebiam os salários que tinham aqui – inclusive alguns deixavam a família,



iam sozinhos, outros iam com a família, se podiam – e nós dávamos, naquele tempo, creio que 200 dólares para cada um. Hoje você não pode fazer isso porque o sujeito não se agüenta.

C.P. - Não vive. 200 dólares não dá.

S.L. - É. E eu mandei para lá um homem de muito boa categoria, foi membro do nosso Conselho aqui, para fiscalizar os alunos que estavam fazendo os cursos nos Estados Unidos. Ele era professor da Escola Politécnica, era um homem muito inteligente, muito preparado, mas não desempenhou bem a função. Eu queria que ele acompanhasse cada um e me mandasse um relatório do que o sujeito estava fazendo, como é que ia nos cursos etc. Se ele não correspondesse, eu queria tirar aquele e mandar outro, como, de fato, eu fiz algumas vezes. Mas ele não me mandava os dados que eu queria. Então, eu o demiti também do cargo que dei. Depois ele foi membro do nosso Conselho aqui – o dr. Getúlio gostava muito dele –, e depois, quando houve essa crise na Fundação, ele ficou contra mim, ao lado do Assis Ribeiro. Coitado, fiquei com muita pena porque um dia ele apareceu lá em casa, tinha tido uma perturbação grave, estava muito caído, caminhando com dificuldade, e foi me pedir um emprego para a filha dele. Eu até falei com o dr. Getúlio sobre isso: “Olha, estive na minha casa o fulano, pedindo um emprego para a filha. E parece que é moça muito preparada.” A mulher dele era alemã, foi formada na Alemanha. Então eu a recomendei ao João Carlos Vital, que nesse tempo era prefeito do Rio de Janeiro, e o Vital deu um emprego a ela na prefeitura. Mas ele, comigo, coitado, se portou muito mal. Não podia, depois daquele papelão que ele fez, vir me fazer pedidos. Fiquei com muita pena dele.

C.P. - Dr. Simões, todos os governos ajudaram a Fundação Getulio Vargas?

S.L. - Eu posso dizer que em princípio, sim. Não posso me queixar de governo nenhum, a começar pelo Dutra, e acho que todos foram sempre simpáticos à Fundação Getulio Vargas. Eles gostavam da Fundação porque mesmo quando... Porque o dr. Getúlio caiu duas vezes, não é? Quer dizer, o sujeito ser getulista, para eles era um defeito grave, mas nunca tive aqui intervenção de governo, de políticos, pelo fato de ser Fundação Getulio Vargas. Inclusive já contei que, quando fiz a Assembléia da Fundação, eu convidei vários adversários políticos do dr. Getúlio. Eles todos aceitaram, vieram e votaram no nome dele para a Instituição.

C.P. - Qual é a relação que a Fundação mantém com os políticos em geral?

S.L. - Muito pouca. Não temos quase relação nenhuma com eles. Porque eles também não se interessam pela Fundação. Nunca recebi aqui uma visita de um político, uma coisa assim, interessado em saber o que a Fundação está fazendo, o que...

C.P. - Dr. Simões, dos ministros da Fazenda e do Planejamento, quais os que mais ajudaram a Fundação Getulio Vargas? Em que momento a Fundação foi sustentada com mais facilidade?

S.L. - Bom, na verdade, depois do acerto com o Dutra nós tivemos relativa tranquilidade. Sempre a gente precisa estar pedindo, exigindo, fazendo coisas para obter isso e aquilo, mas até 1980 nós tivemos uma situação razoavelmente boa na Fundação. Em 80 nós tivemos aqui uma divergência que surgiu com o Delfim, que era todo-poderoso, por causa de problemas de índice. Agora está outra vez em cartaz. E, na realidade, eles queriam que a gente mexesse nos índices de uma maneira disfarçada e tal... Eles estavam agindo de maneira disfarçada, mas eu percebi bem o que eles queriam e, naturalmente, dissemos que não. E aí passamos a ter a má-vontade do Delfim. Mas o Delfim, antes de sair do governo, eu atribuo a esses... Eles nos deram um dinheiro e eu atribuo esse dinheiro, porque eu assisti a conversa, ao ministro da Fazenda, que era o Galvêas. O Delfim era ministro do Planejamento, mas era ele que fazia o Orçamento e era ele que mandava. E o Galvêas foi quem disse a ele, na minha presença, que ele devia dar dinheiro à Fundação. E ele deu.

C.P. - E o senhor acha que a relação foi toda motivada pela questão do índice?

S.L. - Eu acho que foi, porque até aí o Delfim vivia muito bem conosco. Depois saiu esse problema dos índices, ele passou a nos castigar, disfarçadamente, que é o jeito dele.

C.P. - Quer dizer, essa talvez seja mais uma contradição dentro da Casa. Nós vivemos de verba orçamentária do governo e, ao mesmo tempo, temos que ter uma independência acadêmica em relação ao governo.

S.L. - É isso mesmo. Agora está muito perigosa a situação para a Fundação.

C.P. - Eu acho que nós estamos em uma encruzilhada.

S.L. - Extremamente perigosa.

C.P. - Estamos em uma encruzilhada.

S.L. - É. Bom, nunca faremos nada que deixe moralmente a Fundação mal colocada. Isso não faremos de jeito nenhum. Prefiro ver a Fundação fechada a fazer qualquer coisa que redunde em dar alguma razão para eles julgarem, quem quiser julgar a Fundação. A Fundação não sai do seu sistema, quer dizer, os índices continuarão a ser feitos da mesma maneira como são. A não ser para serem melhorados por novos estudos etc. muito bem, mas partindo daqui de Casa, nunca com a intervenção de terceiros. Jamais. Isso é a nossa maneira de proceder. Será sempre assim e nunca vai mudar. Mas, realmente, é uma instituição que está em uma situação perigosa, eu acho. Porque, na realidade... Isso aqui é bom fechar.

[FINAL DO DEPOIMENTO]